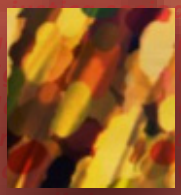
Lendo e Refletindo

Volume 1

OLMA | 5 anos

Observatório Nacional de Justiça Socioambiental
Luciano Mendes de Almeida



Companhia de Jesus
IHS
Jesuítas

Casa Leiria

LENDO E REFLETINDO

VOLUME 1

OLMA

Observatório Nacional de Justiça Socioambiental
Luciano Mendes de Almeida

5 anos

LENDO E REFLETINDO
VOLUME 1

Autores

Pe. Aloir Pacini, S. J.
Pe. Thierry Linard de Guertechin, S. J.
Franclim J. Sobral de Brito e Marcelo Kokke
Luiz Felipe Lacerda
Selvino Heck
Magnólia Said
Pe. José Ivo Follmann, S. J.
Grupo Diversidade Cristã de Brasília
Mayá Regina Müller Schwade
e Pe. Guillermo Cardona, S. J.
Johny Fernandes Giffoni
Luiz Felipe Lacerda, Márcia Kambeba,
Sônia Guajajara e Yashodhan Abya Yala
Gilbraz Aragão

Articulação e Organização

Cristina C. Brites e
Luiz Felipe Lacerda

OBSERVATÓRIO NACIONAL DE JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL
LUCIANO MENDES DE ALMEIDA - OLMA

Provincial da Província dos Jesuítas do Brasil
Pe. Mieczyslaw Smyda, S. J.

Secretário para Promoção da Justiça Socioambiental
da Província dos Jesuítas do Brasil e Diretor do OLMA
Pe. José Ivo Follmann, S. J.

Secretário Executivo
Dr. Luiz Felipe B. Lacerda

CENTRO CULTURAL DE BRASÍLIA – CCB
Diretor do CCB e Superior do Núcleo Apostólico Brasília
Pe. Antonio Tabosa Gomes, S. J.

EDITORA CASA LEIRIA

CONSELHO EDITORIAL
Ana Carolina Einsfeld Mattos (UFRGS)
Ana Patrícia Sá Martins (UEMA)
Antônia Sueli da Silva Gomes Temóteo (UERN)
Glícia Marili Azevedo de Medeiros Tinoco (UFRN)
Haide Maria Hupffer (Feevale)
Isabel Cristina Arendt (Unisinos)
Isabel Cristina Michelan de Azevedo (UFS)
José Ivo Follmann (Unisinos)
Luciana Paulo Gomes (Unisinos)
Luiz Felipe Barboza Lacerda (UNICAP)
Márcia Cristina Furtado Ecoten (Unisinos)
Rosangela Fritsch (Unisinos)
Tiago Luís Gil (UnB)

Cristina C. Brites
Luiz Felipe Lacerda
(Organizadores)

LENDO E REFLETINDO

VOLUME 1

Casa Leiria
São Leopoldo/RS
2021

LENDO E REFLETINDO
VOLUME 1

Cristina C. Brites e Luiz Felipe Lacerda
(Organizadores)

Os textos e as imagens são de responsabilidade dos autores.

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Edição: Casa Leiria.

Arte da capa e diagramação: Cristina C. Brites.

Revisão: Eilana Rose Müller.

L564 Lendo e refletindo: v.1 [recurso eletrônico] / Cristina C. Brites, Luiz Felipe Lacerda (organizadores). - São Leopoldo: Casa Leiria, 2021.
Iniciativa do Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA)

Disponível em:<http://wwwguaritadigital.com.br/casaleiria/olma/lendoerefletindo/1/index.html >

ISBN 978-65-89503-16-3

1. Ciências sociais – Justiça socioambiental. 2. Justiça socioambiental – Reflexões e práticas. I. Brites, Cristina (Org.). II. Lacerda, Luiz Felipe (Org.).

CDU 304

Catalogação na publicação
Bibliotecária: Carla Inês Costa dos Santos – CRB 10/973

A série Lendo e Refletindo é uma iniciativa do Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA), que busca socializar, através de sucintos textos, reflexões pertinentes às diferentes práticas e/ou pensamentos ligados ao conceito de justiça socioambiental, economia solidária, educação popular, diálogo inter-religioso, educação para as relações étnico-raciais, povos tradicionais, trabalho em rede, cenários políticos e administrativos nacionais, entre outros. Para ler os textos já disponibilizados acesse: http://olma.org.br/serie-lendo-e-refletindo/.

SUMÁRIO

Apresentação Cristina C. Brites e Luiz Felipe Lacerda	9
Responsividade é mais que responsabilidade, compromisso com os pobres é o Pacto das Catacumbas! Pe. Aloir Pacini, S. J.	13
Pensamento e Ação do papa Francisco - cinco anos de pontificado Pe. Thierry Linard de Guertechin, S. J.	23
O mal da terceira pessoa e o cientificismo hegemônico Franclim J. Sobral de Brito e Marcelo Kokke	31
Redes sociais/Redes de compromisso social Luiz Felipe Lacerda	35
Elementos da Conjuntura nos Novos Tempos Selvino Heck	53
Reforma da Previdência – Seletividade no Direito de Viver Magnólia Azevedo Said	61
O "Cuidado da Casa Comum" como caminho de espiritualidade e justiça Pe. José Ivo Follmann, S. J.	73
LGBT+ E SEGREGAÇÃO: Rompendo o silêncio em busca de um lugar Grupo Diversidade Cristã de Brasília	85
Agrotóxicos: porque falar deste assunto? Mayá Regina Müller Schwade e Pe. Guillermo Cardona, S. J.	103
Consulta e consentimento prévio, livre e determinado e a proteção territorial e socioambiental de terras indígenas, territórios quilombolas e povos tradicionais Johny Fernandes Giffoni	117
A Nova-normalidade Luiz Felipe Lacerda, Márcia Kambeba, Sônia Guajajara e Yashodhan Abya Yala	133
Diálogo inter-religioso: impasses e passos Gilbraz Aragão	149

APRESENTAÇÃO

A obra **Lendo e Refletindo** *é uma iniciativa do Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA), que busca socializar, através de sucintos textos, reflexões pertinentes às diferentes práticas e/ou pensamentos ligados ao conceito de justiça socioambiental, economia solidária, educação popular, diálogo inter-religioso, educação para as relações étnico-raciais, povos tradicionais, trabalho em rede, cenários políticos e administrativos nacionais, entre outros.*

Esta publicação reúne todos os textos escritos no período de 2018 a 2020, por pessoas ou grupos conceituados em seus ramos de atuação e pesquisa.

Os textos utilizam uma linguagem usual e fluída, indicando também links dos vídeos que se relacionem ao tema, imagens dos eventos citados ou ilustrações, além de anexos com informações relevantes que podem trazer complementos àquela reflexão. Esta é, para nós, uma maneira de trazer outras linguagens e formas de experienciar a leitura.

Estas edições assim diagramadas também podem ser de grande utilidade para educadores e educadoras no preparo de materiais didáticos, aulas e oficinas que poderão usar as edições aqui compiladas como referências ou bases, já que são textos, em sua maioria, atemporais.

Esta publicação apresenta doze textos que contemplam diferentes temáticas, experiências e realidades, buscando apresentar a diversidade da própria realidade brasileira e suas interfaces com a justiça socioambiental.

Pe. Aloir Pacini, S. J. nos traz o ***primeiro texto*** *afirmando que "****Responsividade é mais que responsabilidade: compromisso com os pobres é o Pacto das Catacumbas!****". A partir da canonização de Dom Oscar Romero e da Missa da Terra Sem Males, com seu chamado para o compromisso, da concepção de responsabilidade de Emmanuel Lévinas, o autor traz o conceito de responsividade para chamar a atenção dos leitores sobre o compromisso de todos pelo cuidado da casa comum, um alerta que o papa Francisco trouxe na encíclica Laudato Si' e que foi assumido pelas Campanhas da Fraternidade da Igreja Católica no Brasil nestes tempos da Quaresma desde 2016. Assim, está indicado que as raízes desta maneira de ser da Igreja no Concílio Vaticano II se encontram profundamente vinculadas à Igreja dos primeiros tempos que buscam sua seiva nas catacumbas dos mártires em Roma e arredores.*

Já no ***segundo texto****, "****Pensamento e ação do papa Francisco - cinco anos de pontificado****", Pe. Thierry Linard de Guertechin, S. J. faz um balanço des-*

*te período através de sete características e, em "**O mal da terceira pessoa e o cientificismo hegemônico**", nosso **terceiro texto**, Franclim J. Sobral de Brito e Marcelo Kokke nos falam sobre o mal da escrita em terceira pessoa. Em um de seus exemplos citam: "A terceira pessoa projeta a isenção de responsabilidade. O indivíduo passa a dizer em sua ida ao trabalho que ele ou ela está no engarrafamento de veículos. Mas isso não é verdade. Ele ou ela é o engarrafamento. Cada um de nós forma o congestionamento no trânsito. Cada um de nós lota o ônibus, o metrô, forma a fila do caixa do supermercado. Cada um de nós é o problema ecológico, é a fonte da poluição. Cada um de nós integra o problema da violência". Mais um texto bastante crítico e reflexivo.*

*No **quarto texto**, "**Redes sociais/Redes de compromisso social**", de Luiz Felipe Lacerda, nos fala sobre como as redes sociais se apresentam para enfrentar os desafios ambientais, das desigualdades sociais e, inclusive, das mazelas econômicas.*

*Perspectiva que se une à temática "**Elementos da Conjuntura nos Novos Tempos**", título do **quinto texto**, onde Selvino Heck escreve logo após as eleições presidenciais de 2018 que elegeram o candidato conservador Jair Bolsonaro. Ele nos traz um registro histórico das reflexões e análise de conjuntura que foram feitas na época, o que nos permite perceber melhor o desenrolar de alguns temas também atuais.*

*No **sexto capítulo** desta obra, com o título "**Reforma da Previdência – Seletividade no Direito de Viver**", de autoria de Magnólia Azevedo Said, demostra-se que mesmo todas as pesquisas, análises e dados não foram suficientes para barrar o "atropelo" que foi esta reforma, afetando diretamente direitos constitucionais da população brasileira, de forma estrutural.*

*A seguir, Pe. José Ivo Follmann, S. J., no seu texto "**O 'Cuidado da Casa Comum' como caminho de espiritualidade e justiça**" - nosso **sétimo texto**, denuncia como "A humanidade sofre, sobretudo, de um descuido clamoroso para com a vida, em todos os sentidos, especialmente na forma como a 'mãe terra' é tratada."*

*Já o **oitavo capítulo** nos traz o texto "**LGBT+ E SEGREGAÇÃO: Rompendo o silêncio em busca de um lugar**" que nos chega em tom também de denúncia. De autoria do Grupo Diversidade Cristã de Brasília, o capítulo traz diversos relatos reais de pessoas que vivem ou viveram situações de discriminação e segregação nos espaços familiares, religiosos e na sociedade em geral. Além destes depoimentos comoventes, o texto explicita a urgência de desconstrução dos paradigmas culturais preconceituosos que ainda sustentam grupos dominantes defensores da "virtude moral".*

*No **nono texto** trazemos o tema "**Agrotóxicos: porque falar deste assunto?**", de autoria de Mayá Regina Müller Schwade e Pe. Guillermo Cardona, S. J., que trazem reflexões sobre as consequências do uso de substâncias químicas nocivas à saúde e ao meio ambiente, na produção de alimentos, além do histórico de como surgiram os agrotóxicos, seus impactos e alternativas.*

*"**Consulta prévia e a proteção territorial e socioambiental de terras indígenas, territórios quilombolas e povos tradicionais**", de Johny Fernandes Giffoni, é o **décimo texto** dessa obra, Lendo e Refletindo, e apresentou as ameaças a que estão expostos os povos da região Amazônica e dos diversos biomas. Trouxe também as consequências da crise socioambiental e elencou problemas tais como a apropriação e privatização de bens da natureza, como a própria água; concessões florestais e a entrada de madeireiras ilegais; caça e pesca predatórias; megaprojetos insustentáveis; a contaminação causada pela indústria extrativista e lixões urbanos, entre outras denúncias.*

*E sobre a atual crise mundial temos nosso **décimo primeiro texto**, "**A Nova-normalidade**", escrito por Luiz Felipe Lacerda, Yashodhan Abi Ayala, Márcia Kambeba e Sônia Guajajara, que nos instiga a reflexões sobre como a pandemia da Covid-19 colocou grande parte da população mundial verticalmente em quarentena e como vivenciamos uma mudança abrupta em nossos modos de viver. Fala também da disputa pela Nova-normalidade pós-pandemia que, neste momento, passa sem dúvida pela subjetividade de cada sujeito.*

*Por fim, "**Diálogo inter-religioso: impasses e passos**", é o nosso **décimo segundo capítulo**, de autoria do professor Gilbraz Aragão com o grupo de pesquisa vinculado ao Observatório Transdisciplinar das Religiões de Recife na Universidade Católica de Pernambuco, e nos traz um panorama de denúncias de discriminação e intolerância religiosa, histórico e perspectivas em busca de uma espiritualidade dialogal e transreligiosa, dialogando diretamente com a Caminha da Fraternidade de 2021.*

Como pode-se perceber, a sequência destes textos convida o leitor e a leitora a um percurso histórico sobre temas e acontecimentos que pautaram a vida do povo brasileiro nos últimos cinco anos. Pretendemos, com isto, colaborar na consolidação de uma consciência crítica, sistêmica e histórica que nos possibilite compreender melhor os dias de hoje e, assim, pautar melhor nossas ações no dia de amanhã.

*Nesta perspectiva histórica, esta obra inscreve-se também no **aniversário de cinco anos** do Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA), que, com todas as obras, centros,*

núcleos, programas e serviços que compõem a Rede de Promoção da Justiça Socioambiental da Província dos Jesuítas do Brasil, dedica-se diuturnamente a uma análise e uma atuação socioambientalmente justa, cooperativa e solidária.

Boa leitura!

Cristina C. Brites
Equipe Executiva/Comunicação – OLMA

Luiz Felipe Lacerda
Equipe Executiva/Secretário Executivo – OLMA

RESPONSIVIDADE É MAIS QUE RESPONSABILIDADE, COMPROMISSO COM OS POBRES É O PACTO DAS CATACUMBAS!

Originalmente publicado em 2018.

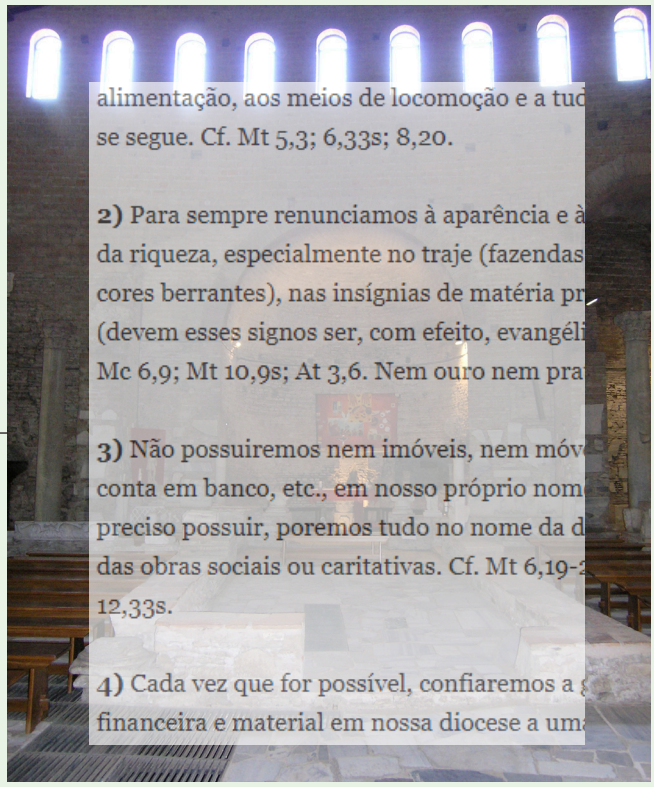
Pe. Aloir Pacini, S. J.[1]

RESUMO

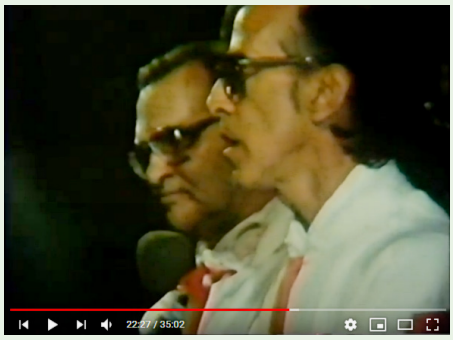
A partir da canonização de Dom Oscar Romero e Missa da Terra Sem Males com seu chamado para o ***compromisso****, da concepção de responsabilidade de Emmanuel Lévinas, o autor traz para a reflexão o conceito de responsividade para chamar a atenção dos leitores para o* ***compromisso*** *de todos pelo cuidado da casa comum, um alerta que o papa Francisco trouxe na encíclica Laudato Si' e que foi assumido pelas Campanhas da Fraternidade da Igreja Católica no Brasil nestes tempos da Quaresma desde 2016. Assim, está indicado que as raízes desta maneira de ser da Igreja no Concílio Vaticano II se encontram profundamente vinculadas à Igreja dos primeiros tempos que buscam sua seiva nas catacumbas dos mártires em Roma e arredores.*

[1] - **Aloir Pacini possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1990), graduação em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (1996), mestrado em Programa de Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999) e doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012). Atualmente é adjunto III da Universidade Federal de Mato Grosso. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Etnologia Indígena (Chiquitanos, Rikbaktsa, Manoki, Apiaká, Kawaiwete (Kayabi), Boe (Bororo), Xavante, Kysedje (Suyá), Terena, Guarani, etc.), Quilombolas e Comunidades Tradicionais.**

Com habilidade, José Oscar Beozzo[2] recorda os ***compromisso***s da Igreja Católica com os pobres, o que ficou conhecido como o Pacto das Catacumbas, porque foi selado com o sangue e a memória dos milhares de mártires que deram a vida no Império Romano, em Roma e nas periferias, pois os parentes de Jesus que aderiram ao cristianismo foram massacrados violentamente também. Penso que é importante rezar cada um dos *13 itens do Pacto Espiritual*, pois foi esta a aliança sagrada que moveu a Igreja nestes cinquenta anos de Concílio Vaticano II, que alguns insistem em colocar de lado, ou até jogar no ralo ou no lixo. Mas o papa Francisco reafirma que as maiores vítimas da degradação ambiental e da cultura do descarte são os pobres (*Laudato Si', 43-47*). Por isso, fez também ressuscitar, neste dia 24 de março de 2018, com Dom Oscar Romero o povo salvadorenho que fora massacrado pelos militares.



O "PACTO DAS CATACUMBAS" PARA UMA IGREJA SERVA E POBRE
http://www.ihu.unisinos.br/noticias/515573-o-pacto-das-catacumbas--para-uma-igreja-serva-e-pobre



CENAS DE "MISSA DA TERRA SEM MALES (CONRADO B BERNING 1980) - DOCUMENTÁRIO"
https://youtu.be/R2fWfTlDeSw?list=PLzyVojcJuBpQHxsr8LpXVza7ECEfuupwl
MISSA DA TERRA SEM MALES em pdf: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/prov62.pdf

Aconteceu em 22 de abril de 1979, na catedral metropolitana de São Paulo, a Missa da Terra Sem Males, com a participação de cerca de sete mil pessoas, concelebrada por quarenta bispos que se deixaram comover com a mística libertadora do Evangelho e o ***compromisso*** místico dos Guarani: a Terra sem males é nossa casa comum, a Terra Nova e o Novo Céu que Deus Pai criou e deu a seus filhos para cuidar. Por isso, foi uma Missa de memória, perdão, denúncia e ***compromisso***.

*A "Memória" fez com que aparecesse no ritual nove vezes a palavra "**Compromisso**".*

Precisamos de toda uma gestação para assimilar este desafio de responsabilidade pelo outro ameríndio de forma coletiva. Através da Missa toda, a Morte do Cristo e sua Ressurreição, sua Páscoa pessoal

[2] - BEOZZO, José Oscar. *Pacto das Catacumbas*. Por uma Igreja servidora e pobre. São Paulo: Paulinas, 2015.

já completada, contrasta-se com a Páscoa ameríndia, carregada de mortes, mas ainda com pouca Ressurreição no Brasil. Toda a Missa, entretanto, vem traspassada de uma incontida Esperança e uma inevitável responsabilidade evangélica e política, que torna acreditável e eficaz, aqui e agora, a Escatologia cristã. Por isso a **Missa da Terra sem males é uma missa que faz memória, denuncia e traz o perdão, para que, livres do pecado passado, possamos assumir a** *responsividade* **com uma terra mais justa e fraterna nestes tempos de criminalização das lideranças indígenas e populares no Brasil**, desde o tempo do martírio de Marçal de Souza Tupã-Y (25/11/1983) até o de Marielle Franco (14/03/2018).

A ética da responsabilidade mostra que somos dependentes dos outros sem nos dar conta. Há algo irredutível nas interações sociais e Emmanuel Lévinas é claro quando afirma que a responsabilidade é para com o outro, se dá intrinsecamente na relação de liberdade com o outro: "Só um ser livre é responsável" (LÉVINAS, 1978, p. 79), isto é, só podemos ser responsáveis se formos livres, o que supõe uma prioridade da responsabilidade sobre as discussões filosóficas a respeito da liberdade. Sentir-se impulsionado para agir em favor do outro é desempenhar a responsabilidade livremente acionada por quem pode viver o amor ágape.

Por isso vamos pensar a responsabilidade com Emmanuel Lévinas nas suas concepções interligadas: como uma reação ao outro de forma indeclinável; como uma reação a partir de nós mesmos diante da outra pessoa e suas exigências, pois somos responsáveis por nós mesmos diante de outra pessoa. Assim, Dom Oscar Romero não tinha dúvidas ao clamar para os soldados que não matassem o povo, pois Deus tem um mandamento maior: não matar! Contudo, a reação para o outro não pode substituir a outra pessoa em suas responsabilidades. Ou seja, ele só podia clamar para a consciência, mas não podia parar as balas dos fuzis: somos responsáveis pela outra pessoa que se encontra diante de outros mais.

Fiquei impressionado com um casal de uma das comunidades periféricas da cidade de Cuiabá que possui um filho dependente químico e que o assume com uma responsabilidade singular, dizendo que ele saiu deles. Por isso, dizem que vão estar sempre ali para auxiliar quando ele tiver suas recaídas. Foi justamente a este casal que me dirigi para acolher um outro rapaz de 28 anos que estava dormindo na rua, dependente da bebida alcoólica, extremamente carente porque a mãe faleceu quando tinha 3 anos e o pai com a madrasta não conseguiram manter o menino sob os laços de um amor verdadeiro. O pai veio a falecer quando tinha 9 anos e o mecanismo de compra de afeto virou um vício, um problema maior do que a dependência química, uma dependência afetiva que não permitia uma relação de responsabilidade e amor verdadeiro.

E a reação foi a esperada. O casal, já idoso, marcado pelas inúmeras decepções com o filho mais velho, que também já é avô, acolheu o novo menino. Estávamos procurando conduzi-lo ao equilíbrio com vários auxílios para que ele fizesse uma experiência de amor responsável no seu aspecto maior, a *responsividade*. Algo enigmático e indeterminado foi acontecendo, pois o ***compromisso*** com este novo filho era escolha livre, não era da mesma maneira que o assumido com o filho que está se tratando e também já é pai e avô, mas que não consegue a liberdade diante da bebida. A face do outro trazia a memória da responsabilidade indeclinável para com o filho natural, "porque é meu sangue", argumenta a mãe. Uma obrigação brota nela e não pode ser evitada. Torna-se superior, apesar da outra pessoa ser indigente. O indigente que se aproximou e se destacou da multidão, sem estes laços de parentesco, se tornou um filho do coração, mas ambos permanecem outras pessoas, ambas carentes de afeto e de auxílio.

Observo que a questão da responsabilidade por nós mesmos aflora diante das exigências do outro. Expostos ao olhar do outro somos agentes livres ou fragmentados para auxiliá-lo a se autogovernar, pois ninguém pode nos substituir na nossa responsabilidade. Embora seja difícil nos colocar "na pele do outro" indigente, podemos assumir o ponto de vista deste outro com o auxílio valioso da perspectiva antropológica. Este processo não reversível enquanto ainda acontece na dependência química, pode ser mudado quando cada um assumir a responsabilidade por si mesmo. Por isso, só por um tempo se pode responder pela outra pessoa, conscientes do estranhamento de si mesmo e das exigências desta responsabilidade mais transitória em relação ao filho do coração.

A responsabilidade pelo outro quer chegar a responder ao outro. Assim somos responsáveis por nós mesmos, pelos outros e pelas ações dos outros, o que, na oração de São Benedito nesta cuiabania, pede para "ter comiseração com o próximo", um sentimento por outra pessoa, especialmente em situações de sofrimento. Mesmo que não tenhamos causado esta dor ou outras dores, também não podemos declinar ou substituir esta responsabilidade de ser solidário, como fez o Bom Samaritano que é Jesus (Lucas 10, 30-37), o Cristo que sofreu a morte de Cruz, para ressuscitar.

Assim, ficamos expostos à face das pessoas que sofrem e nos colocamos numa posição como se fosse o nosso próprio sofrimento.

Jesus Cristo mostra que somos responsáveis pelo outro que é perseguido, e a responsabilidade pode levar as pessoas a desejarem a ocupar o lugar do outro nestes momentos de suplício.

Depois ficamos sabendo que ninguém ocupa o lugar do outro, somente morremos no nosso lugar. O Brasil tem uma dívida enorme com os indígenas e os negros e só terá paz se reconhecer este lugar de reverência para os que constroem esta Nação. Os genocídios e etnocídios de tantas nações indígenas, entre elas os Charruas, tocam fundo em mim, como se o sofrimento das vítimas fosse meu e mesmo o sofrimento dos agentes também fosse meu. No caso do assassinato do meu pai, o sofrimento do perseguido e perseguidores também foi meu. Somente Jesus Cristo é o Cordeiro imolado no nosso lugar, o "bode expiatório" que clama aos perseguidores para que cessem a perseguição aos negros e índios para não haver mais sofrimento. Para Emmanuel Lévinas[3] as responsabilidades são infinitas e me atrevi ao neologismo para compreender que estaremos verdadeiramente livres se não deixarmos a violência tomar conta de nós, o apelo da Campanha da Fraternidade deste 2018.

Somos mais responsáveis que qualquer outra pessoa desde a nossa perspectiva. Falo isso para não nos apegarmos a qualquer desculpa, pois o próprio Jesus indica que "o próximo" é quem agiu, ou seja, quem se aproximou e não o Levita que só se preocupava com as regras do ritual, o sacerdote que tinha as mãos postas para trás para não comungar na Missão do Senhor e ficar só a comer o seu corpo e sangue sem ***compromisso*** ou o escriba que só tinha palavras vazias, também sem ***compromisso***. Assim chegamos a um bom lugar: somos todos responsáveis uns pelos outros, de modo especial pelos perseguidos e marginalizados, mas os níveis de

[3] - Emmanuel Lévinas, por passar pelos Campos de Concentração e extermínio de judeus, teve a lucidez de consciência de sua responsabilidade também pelo perseguidor, chegou ao extremo da responsabilidade até pelos que não eram reconhecidas ou assumidas por ele. Por isso repete o que já dizia Dostoievski: "Somos todos culpados de tudo e por todos os homens antes de tudo e eu mais do que os outros" (LÉVINAS, 1985, p. 98-101). Examinamos os vários estados subjetivos da reação consciente diante da ansiedade e da falta de limites da existência, o medo da morte e a insônia, características dos dois filhos do casal mencionado que tornam mais vulneráveis as relações face a face.

responsabilidade podem auxiliar a nos ver face a face e o nível mais elevado está indicado no Bom Samaritano. Isso seria o bem viver na cultura dos povos indígenas.

A temática abordada neste ensaio deseja trazer para a mesa do dia a dia, para não dizer logo da Eucaristia, o conceito de responsividade, quer falar da necessidade de **pensarmos o cuidado da nossa casa comum (oikos, sacra gaia, Mãe Terra...) e das pessoas em geral através de um atalho.** Não quero falar apenas a partir do cristianismo que traz a compreensão de que todos somos irmãos em Cristo Jesus, o Filho de Deus, nem do ano dedicado à Vida Consagrada ou do Ano da Misericórdia que o papa Francisco iniciou em 08/12/2015, mas a partir de uma percepção simplesmente humana (indígena) de que somos todos seres vivos interligados.

Temos uma sociedade que produz alimento suficiente para todos os seres humanos, mas uma parcela da população passa fome e a forma de organização social e econômica do mundo tem aceitado isso quase que como algo normal. Enquanto alguns são obesos por excesso de alimentos e gastam grande parte dos recursos do planeta, a grande maioria da população vive com migalhas, são desnutridos e lhes falta até o mínimo necessário.

Em outubro 2014, o Credit Suisse mostrou que o 1% mais rico detinha 48,2% da riqueza mundial, enquanto os outros 99% ficavam com os 51,8%.3 Definitivamente essa lógica capitalista não é a lógica indígena e não pode ser a lógica dos discípulos de Jesus Cristo.

Tenho observado que o fluxo de recursos entre os indígenas tem suas lógicas culturais de distribuição e os laços familiares e étnicos possuem mecanismos de preservar os direitos das pessoas. Esclarecendo, juridicamente os pais, esposos, parentes possuem mecanismos de distribuição dos bens e uns trabalham para o sustento dos outros, especialmente dos mais fracos em muitos casos. Apesar de termos problemas nesta forma jurídica de imputar responsabilidade das pessoas e dos Estados para com os seus cidadãos, parece que se pode, por exemplo, no Brasil, chamar a responsabilidade do pai para o sustento dos filhos com o auxílio do teste de DNA. Não é este aspecto que desejo trabalhar, mas chamar para pensarmos que viver bem tem a ver com o cuidado do outro de forma mais geral, **pois não posso estar totalmente bem se outra pessoa sofre, não posso cruzar os braços enquanto ainda existem pessoas doentes, sofrendo com fome etc.**

Por isso, o princípio da *liberdade* e da *igualdade* da Revolução Francesa precisam encontrar a *fraternidade* para o seu justo equilíbrio.

Ou alargamos o conceito de responsabilidade social ou vamos esculpindo o da responsividade para abrir os olhos, a mente e o coração para irmos além do que temos visto até os dias de hoje, pois exacerbamos o individualismo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e não conseguimos articular bem o sentimento de que somos todos irmãos, ao menos os que oficialmente fazem parte da humanidade e, muito menos, o que o papa Francisco tem recuperado pela *Laudato Si'* e que os indígenas desde sempre têm afirmado, que **somos também irmãos de todos os elementos da natureza.**

Imagem que ilustra a entrevista "CHIQUITANOS E A BUSCA PELO TERRITÓRIO. ENTREVISTA ESPECIAL COM ALOIR PACINI"
De: http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/507557-chiquitanos-e-a-busca-pelo-territorio-entrevista-especial-com-aloir-pacini

Para elucidar um pouco mais este conceito vou utilizar um caso concreto, pois estamos acostumados com as responsabilidades de cidadãos ou de laços familiares e desejo ir adiante. Aqui quero discutir como a antropologia compreende a questão etnográfica indígena na contemporaneidade e os seus desafios para desvencilhar os entraves e os engessamentos de algumas posturas em torno da questão do afirmar-se indígena ou negar tal condição. **Aqui quero falar da atitude reflexiva do povo Chiquitano e das lutas coletivas** por eles engendradas para reconquistar o território perdido que estão ligadas à conquista e o reconhecimento da sua identidade étnica.

Partindo dessa questão, desejo desencadear um conjunto de escritos e ações que influenciem e tragam visibilidade para as estratégias históricas constituídas pelos indígenas Charruas, Guaranis, Wapichanas ou Chiquitanos. Nesse devir do efetivo exercício da profissão antropológica com muitas dualidades que não são dificuldades, mas oportunidades para articular campos diferentes do ser e do saber, defendo, por exemplo, a tese de que a identidade étnica e o território Chiquitano estão ligadas como as dobradiças numa porta na fronteira para formar a casa do Brasil ou da Bolívia. Por meio da produção de conhecimentos acadêmicos, revela-se o domínio do poder político que quer desumanizar e despersonalizar as comunidades indígenas que vivem como "minoria", apesar de serem a maioria da população da fronteira em estudo.

No entrelaçar desta teia cosmológica Chiquitana, um dos "nós" pode se ajustar e muitos sujeitos se desvelam perguntando-se: "Onde estou e quem sou eu?" O cenário já está montado e o "sujeito subversivo" Manoel Chiquitano Brasileiro[4] grita denunciando a sua condição, não aceitando mais se ver "refém" dos processos da ideologia reinante na região da fronteira com a Bolívia que quer abafar as consciências Chiquitanas.

[4] - Nesse particular, com base nos textos já escritos e usando o material etnográfico da Tese (PACINI, 2012), assessorei o documentário produzido pela Etnodoc: Manoel Chiquitano Brasileiro, e cedi as imagens e o tempo para a produção deste filme que sofreu censura, mas resistiu e sobreviveu às intempéries. Para detalhes a respeito da produção do filme ver: PACINI (2015, p. 143-167) (Manoel Chiquitano Brasileiro, 2013, Brasil. Roteiro e montagem; Glória Albuês. Duração: 26 minutos. Disponível no Youtube com milhares de acessos).

Alguns corajosos agora reivindicam o seu direito de terem "identidade indígena" e o de serem reconhecidos como "cidadãos" no Brasil, pois nascidos nestas terras, possuem direitos e deveres no exercício das suas políticas diferenciadas.

O "grito de guerra" que o índio Manoel Chiquitano Brasileiro deu, foi pano para manga, pois ecoou para além da fronteira Bolívia-Brasil, assustou e acordou até os colonizadores e apadrinhados políticos do estado de Mato Grosso que tomaram suas terras para além do espanhol e do português, e estes agora já não estão mais com medo do comunismo, mas dos processos de descolonização atuais. Nesta tentativa de conseguir um documento pessoal de identidade, a etnografia suscita a discussão a respeito da cidadania que esta identidade indígena possui e faz dela sair a confirmação de que ele é um índio Chiquitano, descendente dos primeiros habitantes das Américas. Interessante é ressaltar que **a luta de todo o povo Chiquitano é coletiva, porque atravessa um conflito de identidade étnica destes indígenas que vivem nos dois países e que foram sendo separados ao longo de sua história por uma fronteira política que não desejaram e nem sequer foram consultados para poder passar por este ou aquele local**.

Manuel Chiquitano Brasileiro

Frame do vídeo "MANUEL CHIQUITANO BRASILEIRO"
De: https://youtu.be/yQZN0QZ5ha0

Tendo em vista que os Chiquitanos vêm buscando a demarcação de suas terras tradicionais, **o filme** mostra as consequentes pressões que esta etnia sofre por parte dos que tomaram estas terras, ou seja, grandes fazendeiros e pecuaristas da região na fronteira Brasil-Bolívia, a maioria políticos e militares do Mato Grosso. Apesar destas mazelas, não se trata de um filme apelativo ou triste. A cineasta Glorinha Albuês conseguiu colocar arte na montagem deste documentário, e as imagens selecionadas estão cheias da esperança, da força que atravessa a religiosidade enraizada que faz esta etnia resgatar as suas origens.

Através da Romaria de Santa Ana, que sai de Santa Ana na Bolívia e percorre as comunidades indígenas de ambos os países, os Chiquitanos cheios de fé desafiam os limites impostos pela fronteira, na tentativa de se reencontrarem e se reconhecerem como iguais. O filme é intrigante, inquietador e, sobretudo, comovente, pois conseguiu captar a "essência do ser" Chiquitano.

Enquanto sujeitos no mundo contemporâneo, podemos agora buscar e levantar os conhecimentos relevantes que norteiam a trajetória do povo Chiquitano da região de fronteira entre o Brasil e a Bolívia, pois os processos de construção dos caminhos e descaminhos (cabriteiras que são usadas para contrabandos, roubos e tráfico de drogas) e a análise antropológica apurada foi feita com esmero. Esta mesma problemática encontramos entre os Charruas na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai e a Argentina, entre os Guaranis no Mato Grosso do Sul na fronteira com o Paraguai e entre os Wapichana na fronteira de

Roraima com a Guyana. Pelo processo colonizador, os povos mais antigos são postos como invasores de suas próprias terras quando estes reivindicam seus direitos a ela com o argumento de que a terra não nos pertence como um bem a ser negociado, porque a ela pertencemos enquanto seres vivos.

Os 300 mil cristãos mortos no Oriente Médio se reproduziram nos 300 mil Guaranis que foram arrancados das Missões e levados escravos para São Paulo, com os 300 mil dos campos de concentração da Alemanha e aos 300 mil que foram mortos pelos militares em El Salvador. Por um ou por milhares somos responsáveis: o que foi acolhido pelo casal de idosos como um filho do coração voltou para a casa antiga da madrasta e os noticiários anunciaram que este foi morto a pauladas por ela. Nem tudo conseguimos evitar, mas o que podemos fazer está na nossa responsabilidade. Mas cremos firmemente na Páscoa e, mesmo com todas as mazelas deste nosso tempo, passamos da morte à vida eterna.

A nossa responsividade continua enquanto estamos insistentemente trabalhando para construir este Brasil sem violência, mais justo e fraterno para ser de justiça e paz.

É importante que os estudantes de todos os níveis promovam uma mudança de mentalidade nos debates das Ciências Humanas, pois como cidadãos também nós estamos para intervir no contexto atual, ressignificando os conflitos sociais, proporcionando compreensões mais adequadas da realidade das etnias indígenas e interagindo no processo histórico-social. Este processo requer cada vez mais pessoas conscientes da diversidade étnica humana e da necessidade de respeitar o Outro.

Somente com responsividade que é mais do que a responsabilidade que estamos vendo brotar aqui e acolá nos momentos de catástrofes, de mãos dadas, é que podemos exercer a cidadania, conscientes de que ela continua relativa, ou melhor, relacional e nos torna verdadeiramente humanos.

Referências

FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica Laudato Si'*. Louvado sejas: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus; Loyola, 2015.

LÉVINAS, Emmanuel. *Ethics and infinity*: conversations with Philippe Nemo. Pittsburgh, PA, USA: Duquesne University Press, 1985.

LÉVINAS, Emmanuel. *Existence and existents*. The Hague, Netherlands: Martinus Nijhoff, 1978.

PACINI, Aloir. As identidades nas fronteiras: o caso de Manoel Chiquitano. *In*: CÓRDOBA, Lorena; COMBÈS, Isabelle (eds.). *En el corazón de América del Sur*: Antropología, Arqueología, História. v. 1. Santa Cruz de la Sierra, Bolivia: Biblioteca del Museo de Historia, UGRM, 2015. p. 143-167. ISBN 978-99974-858-8-5.

PACINI, Aloir. *Identidade étnica e território chiquitano na fronteira (Brasil-Bolívia)*. 2012. 634 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PENSAMENTO E AÇÃO DO PAPA FRANCISCO

CINCO ANOS DE PONTIFICADO[1]

Originalmente publicado em 2018.

Pe. Thierry Linard de Guertechin, S. J.[2]

De: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Su_Santidad_Papa_Francisco.jpg

1. *Mudança de MÉTODO pela noção de "ESTILOS DE VIDA", que se reflete no ESTILO dos seus textos, Francisco faz apelo à experiência concreta e unifica a esfera social à mensagem evangélica (VER A DIMENSÃO SOCIAL DA EVANGELIZAÇÃO E UMA ECOLOGIA INTEGRAL). Apela além da inteligência, à afetividade, aos nossos sentidos e ao coração, tornando possível verdadeiras decisões e ações individuais e coletivas (Discernimento como percurso "espiritual" de conversão).*

Ao lermos as Escrituras, fica bem claro que a proposta do Evangelho não consiste só uma relação pessoal com Deus [...] A proposta É O REINO DE DEUS (cf. Lc 4,43) (EG 180). A dimensão social não se acrescenta ao Evangelho, mas faz intrinsecamente parte dele.

[1] - **NOTAS do Pe. Thierry para o programa "DIÁLOGOS EM CONSTRUÇÃO", sobre o papa Francisco: cinco anos de pontifcado.**

[2] - **Padre Jesuíta, demógrafo e geógrafo, membro da Comissão Brasileira Justiça e Paz – CBJP e da Comissão Justiça e Paz da Arqudiocese de Brasília, assessor da CNBB, Coordenador do "Diálogos em Construção" do Observatório de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida – OLMA.**

Como o Evangelho do Reino pode efetivamente se encarnar na nossa realidade social, econômica e política? Aqui entra o vocabulário estilístico.

"Trata-se do estilo de vida que uma determinada sociedade possui, da forma peculiar que têm os seus membros de se relacionar entre si, com as outras criaturas e com Deus" (EG 114) e retomado na LS 66 (relações com Deus, com o próximo e com a terra)

> *Na pluralidade cultural, surge uma diferença discriminatória entre "um estilo de vida que exclui os outros" (EG 54) "que debilita o desenvolvimento e a estabilidade dos vínculos entre as pessoas e distorce os vínculos familiares" (EG 67), seja "um estilo individualista" (EG 195) versus "um estilo de vida e pensamento mais humano, mais nobre, mais fecundo, que dignifique a sua passagem por esta terra" (EG 208).*

O critério do discernimento é o "*estilo de vida do Evangelho*" (EG 168) Este estilo tem sua forma plena no itinerário de Jesus.

EVENGELII GAUDIUM distingue dois planos diferentes: nossos estilos de vida, constitutivos de nossas culturas e "*estilo de vida do Evangelho*". Na LS, o papa opõe um novo estilo de vida (LS 16) ao estilo consumista (LS 204) e ao seu modo de produção de consumo (LS 23 e 59) tentando superar o domínio do paradigma tecnocrático sobre a economia e a política (LS 108-109). Porque "tentando superar"? *"É preciso reconhecer que os produtos da técnica não são neutros, porque criam uma trama que acaba por condicionar as possibilidades sociais na linha dos interesses de determinados grupos de poder"* (LS 107).

"Tornou-se anticultural a escolha de um estilo de vida, cujos os objetivos possam ser, pelo menos em parte, independentes da técnica (pois paradigma homogêneo e unidimensional redutor), dos seus custos e do seu poder globalizante e massificador. Com efeito, a técnica tem a tendência de fazer com que nada fique fora de sua lógica férrea e 'o homem que é o seu protagonista sabe que, em última análise, não se trata nem de bem-estar, mas de domínio; domínio no sentido extremo da palavra'" (LS 108).

2. *Mudança de PARADIGMA: uma pequena transição. Já no Concílio Vaticano II, os bispos criticaram o caráter a-histórico e intemporalmente unívoco dos documentos preliminares, indo rumo a um novo paradigma não só teológico, mas histórico-cultural, para revalorizar a categoria de "relação" (e não mais a substância), a partir da diferença ou da alteridade, reconhecendo as realidades históricas e culturais "plurais" dos povos e das culturas.*

As doutrinas ficam as mesmas, mas formuladas numa linguagem "analógica" do mistério própria à expressão teológica e à sua explicitação inculturada na história. Essa mudança não implica por si mesmo a das doutrinas. Mas leva, ao mesmo tempo, a uma reinterpretação enriquecedora das verdades já conhecidas e a uma explicitação histórica de novas verdades (porque nota-se uma distinção entre o campo do sentido e o da verdade entendida e praticada como ordem objetiva e absoluta que não considera a objetividade dos fatores humanos subjetivos e históricos). Sem mudar as doutrinas, uma reinterpretação numa fidelidade

criadora, segundo uma hermenêutica analógica que responda à leitura dos sinais dos tempos à luz da Palavra de Deus, vivida e entendida na tradição da Igreja.

Assim, por exemplo, a "irrupção do pobre" evidencia alguns aspectos da Palavra de Deus ainda não bem percebidos em GS. Pois, o Concílio não levou em consideração o engajamento com os povos pobres como também a pobreza da Igreja: uma Igreja pobre para os pobres. "*Para a Igreja, a opção pelos pobres é mais uma categoria teológica que cultural, sociológica, política ou filosófica*" (EG 198).

Com gestos concretos e palavras, num estilo evangélico que, sendo profundamente teológico, é também pastoral, simples e acessível a todos. Daí seu impacto grande que corresponde aos sinais dos tempos na nossa época de globalização e de exclusão.

3. *NOVO PARADIGMA SOCIOCULTURAL: o papa Francisco diz NÃO a uma economia e de exclusão de disparidade social, à idolatria do dinheiro, à ditadura da economia, às ideologias que defendem a autonomia absoluta dos mercados e da especulação financeira, a uma globalização da indiferença. Ele se opõe à ideologia neoliberal.*

O que está subjacente a tamanha iniquidade e injustiça é o paradigma sociocultural atual com sua lógica que atinge todos os níveis da existência individual, social, cultural, política, econômica, internacional e inclusive religiosa (ver o mundanismo espiritual na EG 93-97). Uma mudança de estrutura é necessária, mas insuficiente se não se transforma o paradigma sociocultural atual (tecnocrático ou tecnoeconômico) que rege as mentes e os corações.

"A cultura ecológica [...] deveria ser um olhar diferente, um pensamento, uma política, um programa educativo, um ESTILO de VIDA e espiritualidade que opunham resistência ao avanço do paradigma tecnocrático" (LS 111), numa corajosa revolução cultural (LS 114), que, na crítica à autorreferência da Igreja e das sociedades, se abre à cultura do encontro, da comunicação e do diálogo. Tudo isso visa a possibilidade real de um novo paradigma SOCIOCULTURAL integral.

4. *O POVO de DEUS: o povo fiel de Deus e o "sensus fidei"*

"Esta salvação, que Deus realiza e a Igreja jubilosamente anuncia, é para todos, e Deus criou um caminho para se unir a cada um dos seres humanos de todos os tempos. Escolheu convocá-los como povo, e não como seres isolados" (EG 113).

"Este povo de Deus se encarna nos povos da Terra, cada um dos quais tem a sua cultura própria. [...] Trata-se do estilo de vida que uma determinada sociedade possui, da forma peculiar que têm os seus membros de se relacionar entre si, com as outras criaturas e com Deus [...] A graça supõe a cultura, e o dom de Deus encarna-se na cultura de quem o recebe" (EG 115).

O papa reconhece a **pluralidade** dos povos-nações e os considera como protagonistas de suas histórias e culturas específicas. Aqui há uma compreensão dos laços estreitos que unem a religião (a fé cristã) às diferentes dimensões da cultura,

política inclusiva. Na Argentina, tenta-se articular num discurso teológico a sabedoria do povo de Deus inculturado, apresentando uma reflexão teológica inculturada. *"Quando um comunidade acolhe o anúncio da salvação, o Espírito Santo fecunda sua cultura com a força transformadora do Evangelho* (EG 116). O papa acentua uma doutrina tradicional reconhecendo que "Deus dota a totalidade dos fiéis de um *instinto de fé – sensus fidei* – que os ajuda a discernir o que vem realmente de Deus.

5. *Os quatro princípios que perpassam o pensamento do papa Francisco: da ESFERA ao POLIEDRO na TEOLOGIA do POVO rumo à CONSTRUÇÃO de um POVO.*

Na EG 116, o papa Francisco refere-se ao "rosto pluriforme" do Povo de Deus e à sua harmonia multiforme graças à diversidade das culturas que o enriquecem. Igualmente, quando fala dos povos, utiliza de maneira análoga a imagem do poliedro para significar a unidade plural, no seio do conjunto, de diferenças irredutíveis. Para entender uma realidade dinâmica e sempre em construção, a categoria SUBSTÂNCIA não serve, mas serve bem a da RELAÇÃO e de PROCESSO.

Esses quatro princípios estão relacionados com *"as tensões bipolares próprias de toda a realidade social. [...] À luz deles, desejo agora propor estes quatro princípios que orientam especificamente o desenvolvimento da convivência social e a construção de um povo em que as diferenças se harmonizam dentro de um projeto comum,* [...]" verdadeiro caminho para a paz (EG 221).

O TEMPO É SUPERIOR AO ESPAÇO (EG 222-225)

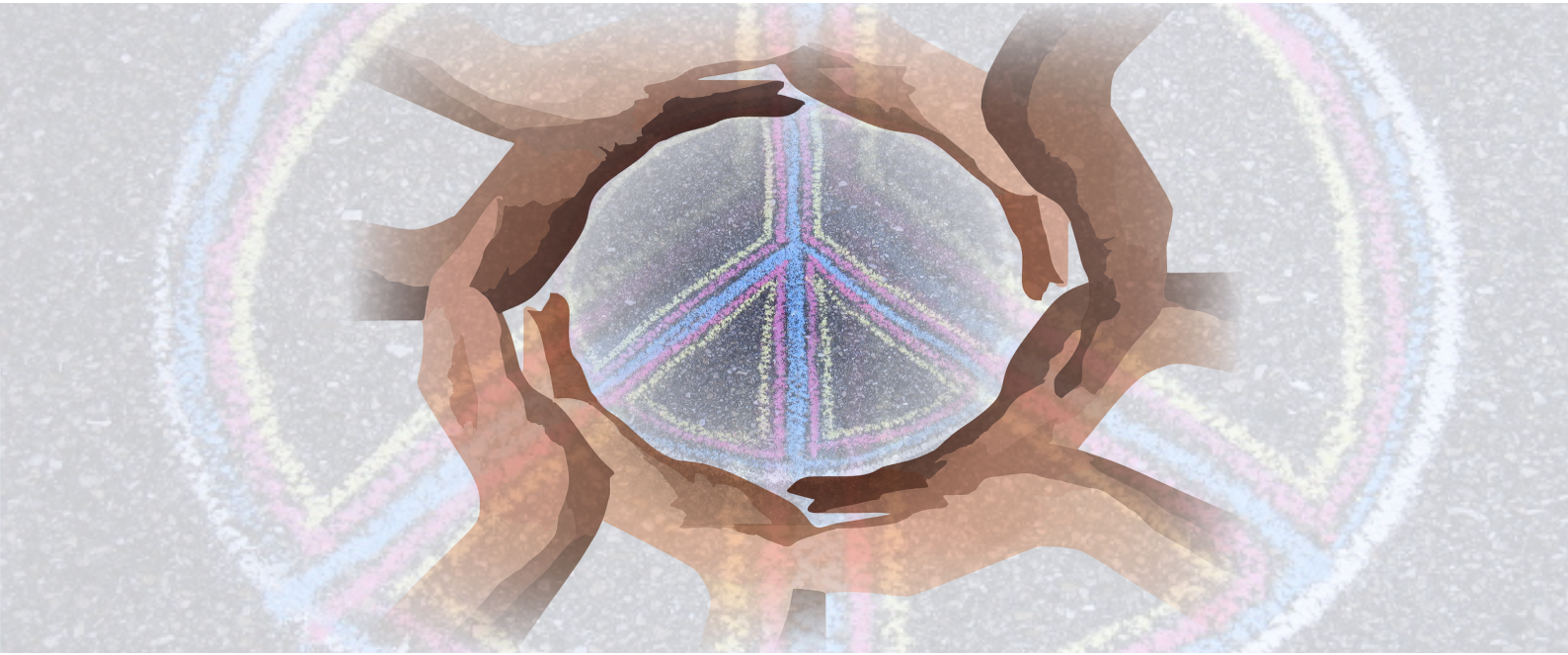
O tempo nos projeta para o futuro com horizonte aberto, plenitude que se opõe à limite, muro que fecha o horizonte.

Dar a prioridade ao tempo significa INICIAR PROCESSOS em vez de POSSUIR ESPAÇOS. Tomar ao sério o TEMPO e o OUTRO, e renunciar ao controle dos espaços. Não ficar com a obsessão de resultados imediatos; dar tempo ao tempo. Uma plenitude em acordo com o caráter particular, singular e suas possibilidades (Ricoeur).

***"Um dos pecados que, às vezes, se nota na atividade sociopolítica é privilegiar os espaços de poder em vez dos tempos dos processos [...] para tentar tomar posse de todos os espaços de poder e autoafirmação. É cristalizar os processos e pretender pará-los"* (EG 223).**

Critério válido também para a evangelização assumindo processos possíveis via uma conversão pastoral e missionária com a reforma das estruturas caducas da Igreja (Aparecida) .

Bíblia: esperar o Espírito Santo (Jo 16, 12-13); parábola do trigo e do joio (Mt. 13, 24-30) onde o grão madurece com o tempo e o inimigo semeia no espaço do Reino; na demanda da mãe dos filhos de Zebedeu ocupar espaços de poder em oposição ao convite de Jesus a segui-lo na temporalidade do processo redentor.



A UNIDADE PREVALECE SOBRE O CONFLITO (EG 226-230)

O conflito não pode ser ignorado ou dissimulado, lavando as mãos como se nada estivesse acontecendo, o que fez o levita e o sacerdote da parábola do Samaritano.

Ele deve ser aceito, mas se ficarmos encurralados nele perdendo o horizonte e reduzindo a realidade ao conflito e assim perdendo o sentido profundo da realidade (ver a tensão plenitude- limite).

Assumir o conflito é SUPORTAR, RESOLVER e TRANSFORMAR os conflitos num novo processo. Isso exige tempo.

SUPORTAR como o Cristo, fazendo a paz pelo sangue de sua cruz, pacificando o coração da gente.

RESOLVER tem um PRESSUPOSTO: a dignidade humana de todos e cada um, adversário ou inimigo, sem cair num sincretismo ou absorção de um no outro, nem uma paz negociada, mas a COMUNHÃO NAS DIFERENÇAS, seja AMIZADE SOCIAL, seja uma UNIDADE PLURIFORME como OBJETIVO.

Unidade pluriforme que supõe alteridades irredutíveis segundo o modelo do POLIEDRO onde as diversidades confluem numa unidade que os respeita sem os reduzir à uniformidade (cf. EG 236).

Entre o pressuposto e o objetivo, há uma CONDIÇÃO *SINE QUA NON* que consiste em não absolutizar sua própria posição, nem diabolizar a posição contrária, visando uma harmonia multiforme (EG 220) e a comunhão nas diferenças (EG 228). Isso exige levantar-se a um nível superior (união dos espíritos e corações) a partir do qual é possível entender e assumir como tais as oposições bipolares na suas tensões vivificantes, na busca partilhada do bem comum e no reconhecimento mútuo da dignidade de todos.

Não se trata somente de suportar e resolver o conflito, mas de "TRANSFORMÁ-LO no elo de ligação de um novo processo" (EG 227), para o bem de todos, adversários incluídos, dando ao tempo a prioridade em relação ao espaço. O método é o DIÁLOGO numa CULTURA do ENCONTRO. A paz social fundamenta-se na "convicção de que a unidade do Espírito harmoniza todas as diversidades [...] num processo de reconciliação" (EG 230).

A REALIDADE É MAIS IMPORTANTE DO QUE A IDEIA

Existe e deve existir uma tensão bipolar entre a realidade que é, e a ideia que se elabora. Viver no reino só da palavra, da imagem e do sofisma é separar-se da realidade. Ou pior, chegar a um extremo afirmando que se a ideia não funciona, é porque a realidade está errada. E leva à postura autoritária dizendo que o que não pode existir não existe. O conflito, para alguns bem-intencionados ou não, não pode existir, então não existe.

Reconhecer a primazia da realidade sobre a ideia supõe *"evitar várias formas de ocultar a realidade: os purismos angélicos, os totalitarismos do relativo, os nominalismos declaracionistas, os projetos mais formais que reais, os fundamentalismos anti-históricos, os eticismos sem bondade, os intelectualismos sem sabedoria"* (EG 231).

Esses "ismos" se opõem ao histórico concreto, à relatividade e contingência da realidade histórica, à ambiguidade "impura" da realidade. O eticismo formalista, casuístico e rigorista se opõe à bondade (misericórdia) sem a qual não há ética cristã. A sabedoria que é intelectual e afetiva faz sentir e saborear as coisas inteiramente. Para o papa Francisco, "*o neopelagianismo [...] se sente superior aos outros por cumprir determinadas normas ou por ser irredutivelmente fiel a um certo estilo católico próprio do passado"* (EG 94), com *"uma suposta segurança doutrinal ou disciplinar que dá lugar a um elitismo narcisista e autoritário"* (EG 94).

O papa Francisco põe este critério em relação com a fé e a pastoral da Igreja. *"Este critério está ligado à encarnação da Palavra e ao seu cumprimento. [...] Não pôr em prática, não levar à realidade a Palavra é construir sobre a areia, permanecer na pura ideia e degenerar em intimismos e gnosticismos que não dão fruto, que esterilizam o seu dinamismo"* (EG 233).

O TODO É SUPERIOR À PARTE

"É preciso prestar atenção à dimensão global para não cair numa mesquinha cotidianidade. Ao mesmo tempo, convém não perder de vista o que é local, que nos faz caminhar com os pés por terra" (EG 234). As duas coisas impedem de cair, seja num universalismo abstrato que nos tornam puros espectadores, seja, num fechamento que nos torna incapazes de nos deixar interpelar pelo diferente.

"É preciso alargar sempre o olhar para reconhecer um bem maior, [...] sem se evadir nem se desenraizar" (EG 235). O modelo, não a esfera, mas o poliedro que *"reflete a confluência de todas as partes que nele mantêm a sua originalidade"* (EG 236) O modelo não é a esfera, que não é superior às partes, onde cada ponto fica a igual distância do centro e onde não há diferença entre um ponto e outro.

No tudo da Igreja e da sociedade, na busca do bem comum, entram os pobres com sua cultura, as pessoas consideradas desviantes formando um povo, mas conservando sua peculiaridade.

Aqui, o conflito fica subordinado a uma unidade superior que respeita a diversidade original. Por outro lado, permite fazer entender, ao mesmo tempo, a mutação do "doutrinal" numa concepção estilística da fé e a distância em relação com *Gaudium et Spes.*

Os diferentes capítulos da segunda parte de *Gaudium et Spes* representam dimensões do humano que formam um tudo; são como projetadas sobre uma esfera onde a Igreja ocupa o centro a igual distância de cada nível da realidade, propondo uma regulação doutrinal fundada sobre a primeira parte do texto que trata "da Igreja e da vocação humana", onde estamos num universo homogêneo e unidimensional, segundo o vocabulário da *Laudato Si'*, universo dominado por uma "doutrina". De fato, na GS, o singular, tal indivíduo, tal cultura ou língua, tal povo não tem lugar, pois não é considerado como objeto de interesse.

Na EG, o discurso doutrinal, que insiste sobre os princípios, não perde sua necessária função reguladora, mas não tem condição de encontrar cada cristão, cada pessoa segundo sua singularidade. Só uma aproximação estilística o permite, pois se sensibiliza à confluência de todos os elementos parciais, conservando sua originalidade e sendo habitadas pelo tudo que é a plenitude da riqueza do Evangelho.

6. RETOMADA DOS PRINCÍPIOS NA LAUDATO SI'

A realidade superior à ideia aparece quando constam especializações e fragmentações dos diversos saberes científicos que tornam difícil resolver os problemas complexos, sobretudo os do meio ambiente, dos pobres e da desigualdade social.

7. OS PRINCÍPIOS COMO CRITÉRIOS DE DISCERNIMENTO

Consonâncias e dissonâncias = consolações e desolações para o sujeito e até para um povo.

Na véspera da festa de Santa Marta, 28 de julho de 2018,
Thierry Linard de Guertechin, S. J.

De: https://www.flickr.com/photos/ouishare/8708948149

O MAL DA TERCEIRA PESSOA E O CIENTIFICISMO HEGEMÔNICO

Originalmente publicado em 2018.

Franclim J. Sobral de Brito[1] e *Marcelo Kokke*[2]

A construção do pensamento e da própria compreensão social estão sempre enlaçadas com a linguagem e a forma como o ser humano se apresenta no mundo e para com o mundo. Pequenas manifestações do dia a dia não são, de maneira alguma, lançamentos isolados ou desvinculados de um todo que influi na visão e condução do ser humano em sua realidade.

Dentre as pequenas coisas que são reveladoras da impessoalidade e do distanciamento do ser para com a efetiva implicação de sua participação na realidade e na vida está o malfadado roteiro do terceiro observador, pretensamente distante, infenso à realidade. O indivíduo passa a apreciar e se postar no mundo como se não fosse ele uma expressão do todo.

[1] - Doutor em Direito Público pela PUC-Rio. Mestre em Direito. Graduado em Direito e Filosofia. Coordenador do Curso de Direito (Direito Integral) da Escola Superior Dom Helder Câmara. Pesquisador conveniado à FAPEMIG. Colaborador da Revista Eletrônica domtotal.com. Contato: franclimbrito@gmail.com

[2] - Pós-doutor em Direito Público – Ambiental pela Universidade de Santiago de Compostela – ES. Mestre e Doutor em Direito pela PUC-Rio. Procurador Federal da Advocacia-Geral da União. Professor de Direito da Escola Superior Dom Helder Câmara. Professor colaborador da Escola da Advocacia-Geral da União. Membro da Associação dos Professores de Direito Ambiental do Brasil. Membro da Academia Latino Americana de Direito Ambiental. Membro do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública. Contato: marcelokokke@yahoo.com.br

A forma como se aprende a escrever e a interpretar está envolvida nesse problema. O ser humano não só aprende, é quase que constrangido por uma deturpação da herança cartesiana e mesmo kantiana a escrever em terceira pessoa. E a ironia aqui existente é que Descartes escrevia em primeira pessoa. Desde textos de redação até textos científicos, todos são postos em orientação para que o indivíduo não use a primeira pessoa, para que use a terceira, como se fosse ele desprendido de sua visão de mundo.

Escrever em terceira pessoa é um mal. Significa se desatar de sua posição, significa nos distanciarmos (ou pretender isso) do fato de que nosso produto do pensamento e da ação não podem ser desconectados de quem somos. Mas não se resume o efeito puramente ao ato de escrever. A construção da linguagem está relacionada à formulação do pensamento. A dimensão da linguagem se impregna na leitura da vida como um todo. A institucionalização propagada do uso da terceira pessoa desliga o indivíduo de seus problemas e lhe projeta uma errônea perspectiva de que o mundo é algo externo que o arrebata.

A terceira pessoa projeta a isenção de responsabilidade. O indivíduo passa a dizer em sua ida ao trabalho que ele ou ela está no engarrafamento de veículos. **Mas isso não é verdade. Ele ou ela é o engarrafamento.** Cada um de nós forma o congestionamento no trânsito. Cada um de nós lota o ônibus, o metrô, forma a fila do caixa do supermercado. Cada um de nós é o problema ecológico, é a fonte da poluição. Cada um de nós integra o problema da violência.

O uso da terceira pessoa permite afirmar que o problema "não é meu", permite indispor-se à consciência de que não somos donos de nossos pensamentos, como pretendia Descartes. Nossos pensamentos são conformados por nosso roteiro de vida, por nossa perspectiva de utilidade ou inutilidade. A falência em compreender essa paisagem crítica de formação de visões de mundo deságua em crises de intolerância. O Direito não se vale mais como via de paz social, é ele operado como forma de interditar debates ou manejar revides.

Há uma diferença filosófica e de perspectiva enorme entre as visões aqui situadas, da primeira em face da terceira pessoa.

Dizer "eu estou lotando o ônibus" atrai uma carga de responsabilidade e envolvimento no problema muito diferente da perspectiva que dita "o ônibus está lotado".

O ato de escrever é interligado ao de pensar, e pensar em terceira pessoa, em um contexto de problemas como o vivido no Brasil, **conduz ou à indiferença ou à vitimização, seguida pelo fatalismo, como se não fizéssemos parte do problema.**

Mais: a terceira pessoa abre o espaço para o instrumento de fuga. E os instrumentos de fuga são proliferados na era tecnológica, na era do isolamento.

A impessoalidade avança a tal ponto que o interagir com o outro fica cada vez

mais tortuoso e a incomodar os juízos críticos do terceiro observador (todos nós) que insiste em não se mesclar no todo. **A institucionalização da terceira pessoa leva ao não envolvimento.** As pessoas desaprendem a discordar umas das outras. O percurso entre o início de um debate entre pessoas próximas e o resultado final de virulência é antevisto como uma consequência irrefreável, quase natural.

Nos elevadores dos condomínios, escolas e faculdades, o celular é o refúgio daquele ou daquela que não quer abrir mão do muro existente para com a pessoa do seu lado. **O celular nos mantém como terceiros observadores.** A tela das redes sociais permite agressividades que não seriam expostas em um diálogo pessoal. Afinal, o dissabor virtual permite que o contato seja excluído ou bloqueado. A fuga é sempre possível. O terceiro observador se mantém impassível em seu posto de julgador do mundo que lhe é projetado como algo puramente exterior. A terceira pessoa não se impregnou apenas em nossa escrita, está impregnada em uma prática de ação social para com o outro, nós nos tornamos observadores de nosso próprio destino.

Enquanto no Brasil ainda se prega o uso da terceira e impessoal pessoa nas escolas, nas faculdades, nos seminários científicos, nos Estados Unidos a prática é há muito posta de lado. O American Institute of Physics, em seu manual de estilo[3], trata a questão como um tabu, um injustificado tabu. O uso de terceira pessoa é visto como uma construção impessoal sujeita à crítica justamente porque não existe posição ou visão de mundo em si impessoal.

Como expressara Spinoza, o ser pensante está ligado à forma de pensar. Ou então, em outra vertente, tomando o ser humano e seu tempo, poderíamos aqui nos refugiar em Heidegger. Não há discurso fora de contexto do autor ou do auditório que o ouve. Fazemos parte do contexto que julgamos e criticamos, dos problemas que vivemos.

Não somos terceiros observadores. E nem mesmo devemos ler ou entender alguém sem pensar no contexto e plano em que o indivíduo que escreve está situado.

Como expressa Ulrich Beck, a crença na neutralidade não encontra mais espaço em uma sociedade sujeita à modernização reflexiva.

A modernização reflexiva abre espaços para uma reconformação da sociedade em que não são as mazelas ou projeções de insucesso que levam à crise. É o inverso, é o sucesso, o alcance dos objetivos da máquina produtiva e consumista que foi desenhada que leva ao nível de insustentabilidade ambiental e social que abatem a sociedade contemporânea.

Ulrich Beck destaca que no passado as crises e revoluções foram escoradas em resultados antagônicos aos prometidos ou contrários dos objetivos da sociedade. A geração presente se depara com um problema novo. Foi justamente o sucesso e expansão do modelo precursionado como ideal que está levando à **falência ecológica e ao comprometimento da própria vida.**

[3] - https://publishing.aip.org/wp-content/uploads/2021/03/AIP_Style_4thed.pdf

Desmatamento ilegal no Mato Grosso é alvo de operação do IBAMA (Foto: SEMA/Christiano Antonucci) em https://www.flickr.com/photos/brasildefato/48585413831/)

A crise recém vivenciada no Brasil pela greve dos caminhoneiros é expressão do insucesso do sucesso. A dinâmica empresarial e produtiva brasileira, no suporte de um modelo ocidental, concentrou-se em propagação de um modelo dependente dos combustíveis fósseis e de baixo estoque, concentrado em grandes centros urbanos. A contundência dos resultados da greve, com escassez em poucos dias, de gêneros alimentícios e colapso no transporte é sinal de que o modelo foi um sucesso em termos de alcançar seu objetivo. Isso não quer dizer que tenha sido favorável para a sociedade, quer dizer que o sucesso do modelo explicita o insucesso de sua compatibilidade.

O discurso científico hegemônico, que desdenhava dos saberes tradicionais, mostrou-se insuficiente e incapaz de responder aos conflitos socioambientais. Metodologias de produção, de gestão do território, empregadas por indígenas e povos tradicionais, antes postas em crítica por terceiros observadores em discursos e textos impessoais, tanto científicos como de senso comum, são agora valorizadas. Mas não uma valorização impessoal. Passa-se a tematizar como necessário um diálogo de saberes, nada impessoal, um diálogo que construa efetivamente um texto do "nós" a agregar o discurso científico clássico ao discurso dos saberes tradicionais.

O irrefletido discurso da impessoalidade, da terceira pessoa, precisa de ser substituído por um discurso que situe o autor, que explicite a posição, que venha a assumir plenamente posicionamentos e o contexto de sua produção. O modelo hegemônico é um modelo de consumismo irrefreado, geração de resíduos e energia acumulada que recai em aquecimento global, como esclarece Enrique Leff.

O ecodesenvolvimento depende de um efetivo diálogo de saberes, depende da superação da impessoalidade para situar o autor, para situar o discurso, para situar o pensamento. Superar a barreira do terceiro observador não é afetar apenas a forma de se escrever ou pregar a ciência (qual ciência), é também redesenhar a forma de pensar e os arranjos sociais e culturais que envolvem saberes tradicionais e saberes científicos.

REDES SOCIAIS/REDES DE COMPROMISSO SOCIAL

Originalmente publicado em 2018.

Luiz Felipe Lacerda[1]

População em comunidade rural da cidade de Paratinga, em agosto de 2014.
De: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:População_em_comunidade_rural_de_Paratinga,_2014.jpg

1. INTRODUÇÃO

"Diamantes não brilham por que os átomos que os constituem brilham, mas devido ao modo como estes átomos se agrupam em um determinado padrão. O mais importante é frequentemente o padrão e não as partes, e isto também acontece com as pessoas" (MARC BUCHANAN, 2012, p. 25).

Os desafios socioambientais dos tempos atuais são complexos por serem multidimensionais e plurifacetados. A raiz dos problemas sociais é também foco de propulsão dos desafios ambientais, das desigualdades sociais e inclusive, das mazelas econômicas.

Para enfrentar tais desafios são necessárias repostas também complexas, multifacetadas e pluridimensionais que busquem articular diferentes atores, em distintas localidades, sob dinâmicas de ações estratégicas também diversas. Sob estas perspectivas é que as redes sociais se apresentam como uma estratégia clássica, mas também renovável ao longo dos tempos.

[1] - Psicólogo, docente de Universidade Católica de Pernambuco, secretário executivo do Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA).

Ayres (2001) afirma que existem pelo menos três respostas teóricas que merecem ser consideradas em termos das ações coletivas das redes:

- **a)** As redes são **estruturantes** da sociedade contemporânea globalizada. Uma das importantes contribuições desta concepção encontra-se nos estudos de Manuel Castells (1999; 2000). Segundo este autor, a sociedade das redes é uma forma específica de estrutura social, que pode ser identificada pela pesquisa empírica como característica da era da informação. Assim como a sociedade industrial caracterizou a estrutura social da capitalismo e estatismo do século XX, as redes seriam figuras chaves da morfologia social, permeando os níveis culturais e institucionais da maioria das sociedades atuais, e, como tais, elas também são estruturantes dos movimentos sociais contemporâneos.

- **b)** A análise de redes é uma **metodologia adequada** para investigar e pensar a complexidade da sociedade contemporânea. Seguindo esta concepção, vários autores a tem empregado nos estudos sobre os movimentos sociais (EMIRBAYER; GOODWIN, 1994; DIANI, 2003; RISSE; ROPP; SIKKINK, 1999). Nesta linha, Diani considera que a "agência" assume supremacia em relação ao enfoque estrutural, sendo a rede tanto um produto como uma precondição da ação.

- **c)** As redes referem-se a um tipo de **relações/articulações** sociais que sempre existiram, mas que na sociedade globalizada e da informação assumem características específicas e relevantes que merecem uma atenção especial das ciências sociais. Diferentes metodologias e teorias propõem-se a apreender e retratar aspectos diversos deste fenômeno (MELUCCI, 1996; LASH, 1997; SCHERER-WARREN, 2003; 1999).

Para aqueles que pretendem influir nos processos sociais, de maneira a reorientar programas e decisões políticas e implementar soluções de caráter inclusivo, democrático e emancipatório, abordar o fenômeno das redes e aprender a operá-las torna-se de fundamental importância.

Conforme ressalta Ayres (2002, p. 3),

> *"participar de uma rede organizacional envolve algo mais do que apenas trocar informações a respeito dos trabalhos que um grupo de organizações realiza isoladamente. Estar em rede significa realizar conjuntamente ações concretas que modificam as organizações para melhor e as ajudam a chegar mais rapidamente a seus objetivos".*

Surge, então, a noção de **inteligência coletiva**, segundo a qual o conhecimento e a capacidade de criação local são ampliados pela atuação de cada participante envolvido em redes.

Além disto, participar de uma rede confere publicidade às ações. Muitas organizações têm sua missão baseada na defesa de uma causa ou direito, são as chamadas **"organizações cidadãs"**

(GOHN, 1997). Para estas entidades, a articulação em redes é uma forma importante de criar massa crítica, difundir sua causa e pressionar os governos.

Como afirma Martinho (2013, p. 55), *"las redes son el medio más efectivo de lograr una estructura social sólida, armónica, participativa, democrática y verdaderamente orientada al bienestar común".*

> *Cualquiera que se percate de la rápida proliferación de las redes y perciba su fuerza, puede comprender el impulso que suponen para la transformación mundial. La red es la institución de nuestro tiempo: un sistema abierto, una estructura disipativa tan rica y coherente, que se encuentra continuamente en estado de flujo, en un equilibrio de reorganización continua, abierta indefinidamente a la transformación. Esta forma orgánica de organización social es más adaptativa desde el punto de vista biológico, es más eficaz y más "consciente" que las estructuras jerárquicas de la civilización moderna. La red es plástica, flexible. Realmente cada miembro es el centro de la red. Las redes cooperan, no compiten. Tienen auténtico arraigo popular: se autogeneran, se autoorganizan, y a veces se autodestruyen. Su existencia supone un proceso.*

Um dos principais benefícios das redes é assegurar condições de sobrevivência e desenvolvimento para entidades que, devido a suas limitações de ordem dimensional, estrutural e financeira, dificilmente conseguiriam sobreviver se atuassem de forma isolada. Porém, mais que recursos, as redes podem ser, também, espaços para as organizações compartilharem conhecimentos e adquirirem capacitação.

Adulis (2002), sistematiza alguns dos principais benefícios das redes sociais:

- Fortalecimento e ampliação da capacidade de ação;
- Realização de projetos e ações conjuntas;
- Compartilhamento de recursos;
- Troca de conhecimentos e aprendizado.

Muito se argumenta a respeito da filosofia e dos benefícios das redes socais; contudo, não é tarefa simples constituí-las e animá-las. Apesar de inúmeros autores e teorias apresentarem a própria sociedade moderna como uma sociedade em rede, analisando principalmente os profundos processos de conectividades da revolução tecnológica, quando tratamos de redes sociais que envolvem atores que pretendem operacionalizar uma mudança no cenário social, ambiental, cultural e econômico, os processos não são assim tão simples e espontâneos, requerendo aprofundamento teórico, destreza metodológica e planificação estratégica.

> *Será preciso, então, em primeiro lugar, estudar o fenômeno, compreender seu alcance, analisar seu funcionamento, avaliar seu impacto, identificar seus pontos fracos e fortes. Num segundo momento, será preciso aprender a constituir, articular, operar, animar e gerenciar redes. Hoje, na verdade, devido à incipiência das experiências em redes no Brasil, será praticamente impossível dissociar os dois momentos: vamos ter de aprender a fazer redes fazendo-as* (FRANCO, 2010).

É importante também desmistificar a beleza do modelo no plano teórico, para minimizar os sobressaltos e a frustração com a realidade da prática da articulação de redes, que se revela muito difícil e traiçoeira, na medida em que, muitas vezes, estamos maquiando com tons de rede estruturas organizativas assentadas em modelos velhos ou com pessoas que, dentro de si, trazem referência de antigos padrões de organização (RIBEIRO, 2009).

Acima de tudo, o trabalho inicial deve estar focado no comportamento das pessoas que compõem a rede, pois ***"as redes fornecem estruturas de significado que permitem que os indivíduos criem (ou solidifiquem) identidades mais coletivas e estabeleçam proximidade cultural com uma disputa política específica, até entenderem que juntos chegarão todos mais próximos de seus objetivos"*** (PASSY, 2003, p. 41). Para que isso ocorra, é indispensável a existência de convivência, do diálogo e da confiança nos laços sociais.

Sem dúvida, as redes e as mudanças de concepções e comportamentos que elas operam em seus integrantes, mostram-se como uma das poucas saídas viáveis para a crise socioambiental atual e a melhoria da sociedade em que vivemos.

2. DEFINIÇÃO

A terminologia Redes Sociais vem sendo indiscriminadamente utilizada como reflexo dos profundos processos de conectividade propagados pela revolução tecnológica da sociedade atual. Plataformas virtuais onde as pessoas compartilham fotos, textos e imagens são comumente nominadas desta forma e inclusive, por vezes roubam a cena, buscando para si o caráter de "novas manifestações sociais", "mobilizações de massa" e "militância virtual". Contudo, na maioria das vezes, resumem-se a cliques, *likes* e compartilhamentos estéreis do ponto de vista das lutas sociais.

Claro que não podemos desconsiderar exemplos como a Primavera Árabe em 2011[2] ou as Manifestações de 2013 no Brasil[3] que foram fortemente organizadas por estas redes sociais tecnológicas e tomaram as ruas, inaugurando movimentos sociais de caráter apartidário e pluridemandantes. Mesmo que, futuramente, como se mostrou no caso brasileiro, parte significativa dessa massa de "militantes virtuais" que foram as ruas acabassem vertiginosamente tornando-se massa de manobra[4].

Mas, de que tipo de redes sociais estamos tratando?

Não negamos a importância das mídias contemporâneas no processo de articulação das redes; pelo contrário, compreendemos estas como uma eficiente ferramenta para articulação de atores sociais dispersos em diferentes territórios e envolvidos em múltiplas causas. Mas, de fato, nossa compreensão parte de uma concepção mais solidificada que deriva das referências dos movimentos sociais, de atores locais engajados em organizações que sistematicamente lutam pela transformação social (MANCE, 2000).

Como definem os amigos venezuelanos Machado e Itriago (1999):

[2] - Para saber mais: https://brasilescola.uol.com.br/geografia/primavera-Arabe.htm

[3] - Para saber mais: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/15200

[4] - Para saber mais: SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe*: entenda como e porque você foi enganado. LeYa, Rio de Janeiro – RJ, 2016.

> *Por red debe entenderse una organización independiente, representativa, participativa, horizontal, interactiva, estable, flexible y corporativa, principalmente integrada por instituciones y personas sin ánimo de lucro, que tiene por finalidades:* **a)** *representar, promover, potenciar y defender derechos e intereses comunes de sus afiliadas;* **b)** *Tratar de lograr de los órganos, del Estado una creciente participación en los asuntos propios de la comunidad; así como la adopción o modificación de las políticas y leyes que de una manera u otra puedan interesar o afectar los intereses comunes que representa;* **c)** *propiciar la actuación armónica y coordinada de sus integrantes en los asuntos que les conciernan o interesen;* **d)** *facilitar el intercambio de informacioneo-cimientos y experiencias para un mejor y más económico aprovechamiento de sus recursos;* **e)** *asesorarlas y guiarlas en el establecimiento y aplicación de sus respectivos sistemas de autosostenibilidad y autorregu-lación; y* **f)** *realizar o ejecutar investigaciones, estudios, obras o programas sociales, en las materias de su incumbencia, y que individualmente las instituciones que la integran no podrían realizar solas.*

Assim, chegamos a uma propícia definição de rede que seriam as **Redes de Compromisso Social.** Estas redes têm como foco questões sociais, ambientais, culturais e econômicas, visando complementar, instigar ou enfrentar a ação do Estado ou suprir a sua ausência no equacionamento de problemas da sociedade (ITRIAGO, 1999).

Nestas Redes de Compromisso Social as relações nascem e se nutrem de uma visão compartilhada sobre a sociedade ou sobre determinada questão social, além da necessidade de uma ação cooperativa e solidária calcadas sob um modo de fazer comum.

3. CLASSIFICAÇÃO

Existem diferentes formas de classificar as redes e enganam-se aqueles que pensam que classificá-las é uma tarefa de importância secundária. **A classificação das redes desvenda suas abrangências, modos de funcionamento, campos de incidência e necessidades de alianças.**

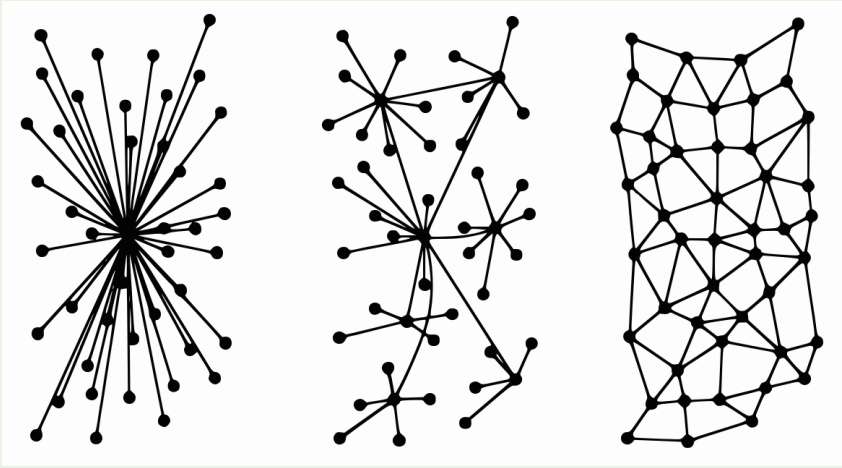
As redes podem ser classificadas por sua **abrangência territorial**, podendo assim serem internacionais, continentais, nacionais, estaduais, municipais ou locais. Para isto, leva-se em conta, basicamente, a localização de todos os elos da rede no espaço geográfico (DIANI, 2003).

Uma segunda forma de classificá-las é partindo da **generalidade de seus fins**. Elas podem ser mais gerais, levantando bandeiras amplas onde são abarcados diversos temas como Justiça Socioambiental, Direi-

tos Humanos, Populações Tradicionais; ou podem ser **setoriais**, debruçando-se sobre temas mais específicos, como Inclusão de Jovens, Luta pela Moradia, Movimento contra barragens e hidrelétricas, por exemplo (DIANI, 2003).

Um terceiro modo de classificá-las refere-se ao **perfil dos organismos que a compõe**. Muitas vezes as redes são articuladas entre instituições homólogas, por exemplo, entidades de assistência social, ou centros sociais; por outras vezes as redes são elas mesmas, exemplo da diversidade de instituições que atuam em uma mesma causa ou território, como conselhos de gestão territorial onde encontram-se representantes da sociedade civil, poder público e setores privados (DIANI, 2003).

Uma última forma que ressaltamos para estudar as redes é aquela proposta por Paul Baran, ainda em 1964. Ele afirma que basicamente **as redes podem ter três dinâmicas distintas:** Centralizadas, Descentralizadas e Distribuídas, conforme a imagem a seguir (FRANCO, 2009):



Centralized (A) Decentralized (B) Distributed (C)

Se observarmos com atenção, os três gráficos unem os mesmos pontos de diferentes maneiras. Essas três disposições, tecnicamente denominadas **topologias**, descrevem **três formas completamente diferentes de organizar uma rede** (UGARTE, 2008, p. 12).

As redes centralizadas **(A)** correm sérios riscos de não obter constância e permanência na medida em que dependem de um centro unificador para estabelecer a dinâmica relacional entre todos os demais pontos. Na ausência deste único ponto a rede torna-se inviável. Apesar de não ser o modo mais desejável, o autor salienta que a maioria das redes inicia com esta formatação (UGARTE, 2008).

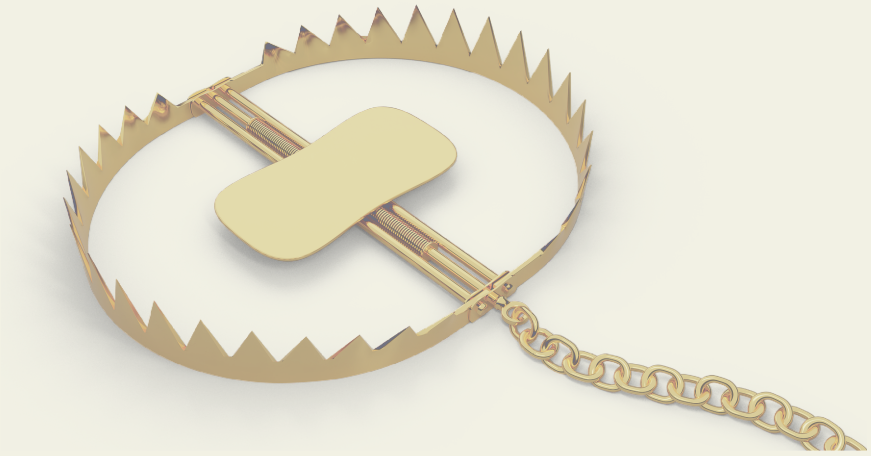
O segundo modo de organização **(B)** refere-se às redes descentralizadas. Dentro deste espectro elas seriam de qualidade intermediária, pois apesar de descentralizarem consideravelmente as articulações e os fluxos informacionais, ainda dependem de nodos localmente centralizados para que esse trânsito flua (UGARTE, 2008).

Por fim, as redes distribuídas **(C)** são aquelas que não apresentam nodos de intersecção entre seus diferentes pontos, todos os nodos são de igual centralidade e importância e, desta forma, a comunicação e as ações podem fluir de maneira orgânica e volátil por todos os pontos da Rede (UGARTE, 2008).

> *Apesar de teoricamente poder ser considerada a formatação de rede mais adequada e desejável, diversos autores ainda consideram as redes distribuídas raras e muito arrojadas para os tempos atuais. As redes distribuídas não podem desejar nenhum tipo de coordenação fixa ou liderança estável, muito pouca centralidade na informação, além de um enorme potencial de autogestão* (UGARTE, 2008, p. 33).

Como referido anteriormente, a classificação das redes é um parâmetro de auxílio para seus componentes e animadores pensarem as formas de organização, alianças e modos de ação que serão realizadas. A clareza neste processo classificatório **deve acarretar na compreensão e no respeito ao fato de que cada elo possui seu ritmo, suas metodologias, suas alianças e sua própria história imersa dentro de uma cultura local específica.** Tal diversidade é uma das maiores riquezas que as redes podem ofertar e o único elemento capaz de gerar soluções integradas aos problemas complexos da atualidade, o que se relaciona diretamente com os interesses das Redes de Compromisso Social (FRANCO, 2009; ITRIAGO, 1999).

4. ARMADILHAS



Estando em voga a utilização do termo *redes sociais,* espalhando-se por áreas tão distintas como movimentos sociais, empresas, sistemas de informática, franquias de *fast food*, etc. e sendo nossa cultura organizacional tão hierárquica e piramidal, devemos estar atentos a algumas armadilhas para que de fato possamos inovar frente aos desafios, sem repetir padrões que historicamente sustentam as desigualdades socioambientais na própria sociedade a qual desejamos transformar. Neste sentido, Ribeiro (2009, p. 24-32) nos auxilia na compreensão **destas possíveis armadilhas:**

1. **RESISTIR À TENTAÇÃO DE FAZER REDES DE INSTITUIÇÕES:** Muitas vezes, é necessário, para começar um projeto ou mesmo para dar respaldo à sua implantação, reunir instituições em torno de um propósito. Pode-se até chamar esse conjunto de instituições de rede. Contudo, redes devem ser de pessoas. Portanto, é necessário conectar as pessoas diretamente, mesmo que essas pessoas ainda imaginem estar ali representando suas instituições. Ocorre que um membro conectado à rede não pode ser substituído por outro membro da mesma instituição. Óbvio que a representatividade institucional é relevante, mas a rede se constrói através da relação que as pessoas estabelecem entre si.

2. **RESISTIR À TENTAÇÃO DE FAZER APENAS REUNIÕES PARA DISCUSSÃO OU DELIBERAÇÃO:** Rede é uma forma de organização que não se baseia no ajuntamento, onde, em geral, discute-se o que outros (que não estão ali) devem fazer. Apesar do debate ser um passo importante e estratégico, as Redes de Compromisso Social devem caminhar para o compartilhamento de projetos e ações conjuntas, ultrapassando a fase do discurso em direção a prática.

3. **RESISTIR À FALÁCIA DO VOTO COMO EXPRESSÃO DEMOCRÁTICA:** A democracia está presente no direito que cada um possui de ser escutado por todos e no dever de escutar a todos, tudo isto permeado pelo respeito às diferenças. A ideia de que as decisões alicerçadas pelo voto são expressão de um processo democrático é uma falácia. Em uma rede deve-se chegar a um consenso, deve-se debater o tema exaustivamente até que, cedendo um pouco, todas as partes sintam-se contempladas. Se houver necessidade de votar para decidir, é sinal de que o assunto não está maduro.

4. **RESISTIR À FALÁCIA QUE AMIZADE E TRABALHO NÃO SE MISTURAM:** Ter sempre presente que fazer rede é fazer amigos! Então, as pessoas devem estabelecer comunicações pessoais entre si. Cada membro da rede é um participante único, insubstituível, totalmente personalizado, que deve ser valorizado pelo que tem de peculiar, incluído pelo reconhecimento de suas potencialidades.

Nos novos mundos altamente conectados do terceiro milênio começa a brotar a consciência de que fazer rede é fazer amigos. Amigos políticos, no sentido original, grego, do termo 'político', que se refere à interação e à inserção na comunidade política; i. e., à polis – que não era a cidade-Estado e sim a koinonia política (como assinalou Hannah Arendt em "A condição humana" (1958): "a polis não era Atenas, e sim os atenienses") (FRANCO, 2010, p. 37).

5. **RESISTIR À TENDÊNCIA A CENTRALIDADE NA LIDERANÇA:** Deve-se levar em conta que rede é um campo para a emergência do fenômeno da multiliderança. Cada um pode ser líder em algum assunto de que goste e domine. Redes não podem ter líderes únicos, líderes de todos os assuntos, dirigentes autocráticos que tentam monopolizar a liderança e impedir que os outros a exerçam. Mas, aqui também há uma outra armadilha: as pessoas geralmente criticam a centralidade da liderança, mas não se dispõem a assumi-la.

6. **RESISTIR À IDEIA DE QUE A REDE ACONTECERÁ POR CONTA PRÓPRIA:** Para que a rede dê certo é fundamental que haja uma inclinação individual para fazer rede. As redes não acontecem naturalmente, elas são fruto de um movimento voluntário e consciente, de cada pessoa, em cooperar, em buscar a integração, a partilha, a troca. Assim, à cada indivíduo deve, dentro de suas possibilidades, a responsabilidade tanto pelo processo de articulação, quanto de liderança.

As pessoas pensam que as redes são uma nova forma de organização baseada em princípios cooperativos, como se eles fossem uma condição a priori para que alguém se conecte a uma rede, tendo que aderir a tais princípios. Assim, as redes seriam colaborativas porque, ao compô-las, as pessoas fariam uma espécie de profissão de fé nas vantagens da cooperação e mudariam pessoalmente seu comportamento para participar das redes. Nada disso. As redes sociais convertem, de fato, competição em cooperação, mas como resultado de sua dinâmica e essa dinâmica passa pela postura de cada membro (RIBEIRO, 2009, p. 27).

7. **RESISTIR A TRABALHAR EM REDE APENAS NA ESFERA MACRO DA ARTICULAÇÃO:** Outra armadilha muito comum é as pessoas juntarem-se nas grandes esferas de debate e deliberação da rede, mas essa rede não se prolongar até suas equipes locais e seus públicos atendidos. Para que uma rede realmente se enraíze é necessário que os representantes tenham uma metodologia clara de como fazer o conteúdo da rede chegar até suas equipes. Além disto, é necessário ampliar a participação para que os colaboradores e colegas interajam como os demais de outras equipes e entidades; que por vezes mais pessoas possam participar das reuniões de diretoria (CONSULTA POPULAR, 1999).

   Além disto, a rede deve implicar, a médio e longo prazo, a articulação de diferentes níveis e esferas de atuação. O coletivo não é necessariamente de todos que fazem tudo, ao contrário, há distintos fazeres e habilidades. Daí a necessidade de criar espaços que estimulem e oportunizem diferentes fazeres, que se articulam em torno de objetivos comuns mais específicos. Nestes pontos, por vezes, se optam, dentro das redes, pela formação de grupos de trabalho, e isso por si já é um exercício de descentralização.

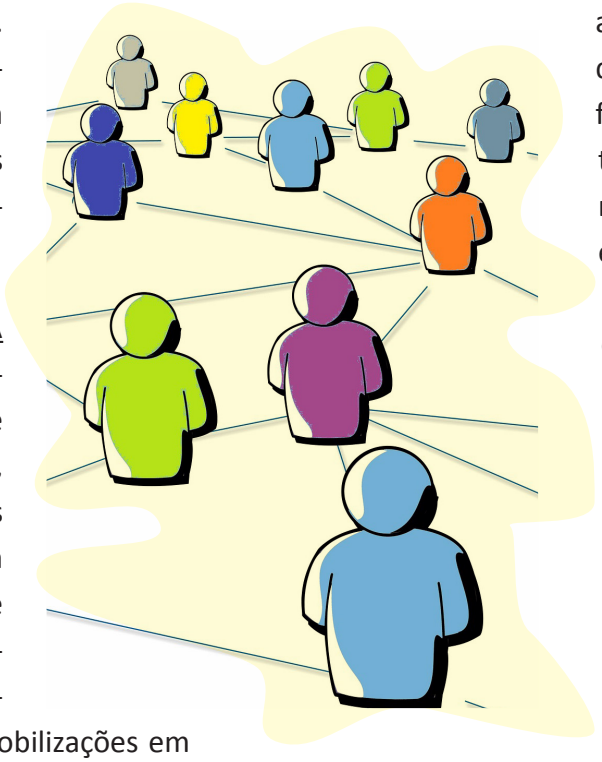
8. **RESISTIR À REPETIÇÃO DOS ANTIGOS PADRÕES:** O ponto central é que estamos entrando na filosofia da rede; no entanto, como as culturas e as organizações mudam muito mais lentamente que as técnicas, muitos de nós mantêm ainda uma visão de relações interinstitucionais que obedecem a dinâmicas mais tradicionais. Ficamos nos perguntando: onde estão o "centro", a coordenação? Na realidade, entendemos racionalmente a evolução dos novos sistemas horizontais, mas a nossa cultura continua sendo essencialmente vertical e centrada na autoridade. Passividade e projeção são sintomas comuns desse embate, centralizando cobranças e expectativas em uma liderança e abrindo mão da autonomia que possui enquanto membro.

5. CARACTERÍSTICAS

Trabalhar em rede traz grandes desafios pessoais e profissionais, pois a evolução no domínio das técnicas de comunicação, o uso habilidoso e criativo das ferramentas tecnológicas, a revolução cultural, a internalização dos fundamentos não podem ser processos apenas individuais, têm que ser coletivos (AMARAL, 2002, p. 2).

Tendo em vista a definição, as formas de classificação e as armadilhas que devemos estar atentos ao longo do trabalho com redes, podemos avançar para alguns elementos de categorização básica das Redes de Compromisso Social. Quem nos auxilia nesta categorização é Scherer-Warren (2003).

- PARTICIPANTES ATIVOS, AUTOMOTIVADOS, NÃO LIMITADOS POR HIERARQUIAS. **Participantes ativos geram interligações voluntárias, podendo escolher seus interlocutores e optar por trabalhar em projetos que os ajudem a cumprir seus objetivos pessoais e organizacionais.** A cooperação entre os integrantes de uma rede é o que a faz funcionar. Uma rede só existe quando em movimento. Sem participação, deixa de existir. Praticamente, o "modelo" de rede é decorrência da interconexão de entes autônomos e que preservam sua autonomia.



- RELATIVA AUTONOMIA DE AÇÃO, isto é, expressão de um conjunto de práticas sociais dispersas, com agendas e projetos próprios, mais abertas a parcerias, intercâmbios e cooperações com sujeitos e associações congêneres, ou receptivas a mobilizações em decorrência de uma afinidade ética ou política. Com isto, uma rede pode se desdobrar em múltiplos níveis ou segmentos autônomos, capazes de operar independentemente do restante da rede, de forma temporária ou permanente, conforme a demanda ou a circunstância. **Sub-redes têm o mesmo "valor de rede"** que a estrutura maior à qual se vinculam. Como não há poder central, os pressupostos são partilhados e as decisões circulam, as ações (e seus efeitos) que se realizam em parte da rede são o resultado de toda a rede. Parte da rede, por inércia dos membros, pode morrer. Se outra parte vive, vive a rede inteira (MARTINHO, 2013).

- A LIDERANÇA PROVÉM DE MUITAS FONTES. **Multiplicidade de líderes**, que podem ser caracterizados como pessoas que assumem e mantêm compromissos, mas que também sabem atuar como seguidores. **Descentralização**, independência, diversidade e fluidez de lideranças são atestados de autenticidade de uma rede que visa à transposição de fronteiras. O conjunto resultante é como uma malha de múltiplos fios, que pode se espalhar indefinidamente para todos os lados, sem que nenhum dos seus nós possa ser considerado principal ou representante dos demais. A liderança varia de acordo com a potencialidade de cada membro.

- VALORES E OBJETIVOS COMPARTILHADOS: O que une os diferentes membros de uma rede é o conjunto de valores e objetivos que eles estabelecem como comuns. Não basta a existência de objetivos comuns para se constituir rede, mas uma orientação comum em relação a determinados objetivos. Os valores e objetivos compartilhados são orientação ética e política para os sujeitos individuais e coletivos situarem-se e agirem em seus contextos sociais, no que concerne às questões indenitárias daquele movimento.

- COMUNICAÇÃO CLARA E DINÂMICA QUE SISTEMATIZA E SOCIALIZA AS EXPERIÊNCIAS: Redes sociais são redes de comunicação, é óbvio, mas ainda que o conceito de informação seja bastante elástico, isso não é a mesma coisa que dizer que elas são redes de informação. Redes são sistemas interativos e a interação não é apenas uma transmissão-recepção de dados: se fosse assim não haveria como distinguir uma rede social (pessoas interagindo) de uma rede de máquinas (computadores conectados, por exemplo).

> *O tratamento cooperativo e paralelo das dificuldades exige a concepção de ferramentas de filtragem inteligente dos dados, de navegação na informação, de simulação de sistemas complexos, de comunicação transversal e de localização mútua de pessoas e de grupos em função das suas atividades e dos seus saberes* (LÉVY, 1998, p. 69).

A proposta não é mais, apenas, de eternas reuniões e de complexos acordos interinstitucionais, mas de um pool interativo de conhecimentos que deixa na iniciativa de cada um o acompanhamento dos parceiros que estão fazendo trabalho semelhante. Conhecer as redes é interpretar modos-de-interagir **(reconhecendo padrões)**. O ritmo da fluição está implicado no modo de interagir. Diferentemente do que se pensava, não é o conteúdo do que flui a variável fundamental para explicar a fenomenologia de uma rede e sim o modo-de-interagir e suas características (DOWBOR, 2005).

- PROFISSIONALIZAÇÃO DA ANIMAÇÃO DE REDE. É preciso tratar a animação da rede como trabalho e não necessariamente como decorrência natural da liderança. A tarefa de zelar pelo funcionamento da rede deve ser constante, frequente e permanente, exigindo assim infraestrutura, tempo e estratégia para implementá-la. As experiências de êxito neste sentido são o trabalho de animação que conselheiros, multiplicadores ou representantes da rede realizam em suas regiões ou territórios de atuação.

- A REDE É UM ATOR POLÍTICO: Este talvez seja o maior desafio: conseguir, mantendo coerência na horizontalidade da gestão e democracia nos processos decisórios para que a rede possa constituir-se em sujeito político, interlocutor legítimo com governos, ONGs e empresas, no debate sobre políticas públicas e melhorias sociais. Nesse sentido, o fundamental é que o desenho da rede já preveja, no âmbito do sistema, os mecanismos de transparência, prestação de contas, decisão e gestão compartilhada em relação à ação política para fora da rede. É importante também que as redes assumam para si, como tarefa estratégica, o trabalho de formação e **capacitação de lideranças, para que de fato, todos os integrantes, empoderados, possam exercer o comando e usar a voz em nome da rede.**

- ESCASSEZ DE RECURSOS: Como em todas as iniciativas no campo social, a sustentabilidade é questão crítica nas redes. Deve-se, sempre que possível, utilizar a infraestrutura de pessoal, instalações e equipamentos das organizações, contabilizando este usufruto como doação de cada membro. O mais importante é que, articulando projetos coletivos, a rede possa captar recursos de forma organizada e também coletiva aos seus membros. Tais recursos, além de aplicados diretamente no projeto em questão, deixam na instituição um substrato de conhecimento, utensílios e, por vezes, até de recursos humanos, que não seriam adquiridos se buscados de maneira individual (HECKERT; SILVA, 2014).

6. CRIANDO REDE E AGINDO EM REDE

A questão que se coloca, a seguir, é de **como tratar metodologicamente as redes, como incitá-las, organizá-las**. Para Ayres (2001), redes são baseadas em objetivos específicos em comum; participantes definidos; pessoas interligadas com ampla utilização da tecnologia da informação; **multiplicação de lideranças e interligação e livre trânsito entre os níveis hierárquicos** da organização e existência de um propósito unificador, que pode ser definido como o espírito ou a missão da rede.

Visto isto, para a constituição de uma rede algumas definições são fundamentais:

a) Qual a nossa Missão?

A missão representa papel preponderante das organizações que estão em rede. A missão aglutina profissionais, voluntários e financiadores, direcionando os esforços de todos para o seu cumprimento. Refere-se ao horizonte, aquele bem maior, aquilo que a Sociologia Crítica defende como Utopia[5].

A definição da Missão da Rede determina também aquilo que expressamos na segunda forma de classificação: *"As redes podem ser de âmbito geral, possuindo interesses maiores, como 'temas guarda-chuva' onde cabem muitas lutas, como Direitos Humanos, Justiça Socioambiental, etc. ou podem ser setoriais, debruçando-se sobre focos mais específicos, como Luta pela Morada, Saneamento Básico, etc."*.

b) Definição dos componentes da Rede

A princípio essa pode ser uma informação simples, visto que as pessoas e instituições já estão muitas vezes organizadas em rede e, portanto, ali estão seus participantes. Contudo, o relevante aqui é **um momento ou metodologia que possibilite um maior conhecimento entre os integrantes ao longo dos encontros.** Desta forma, pode-se avançar em dois outros elementos citados na classificação: abrangência territorial, que irá variar basicamente pela distribuição territorial de seus membros e o perfil da Rede, que é a composição do perfil institucional de seus integrantes (MANCE, 2000).

O perfil dos integrantes e, por consequência da rede, é muito mais do que sua personalidade jurídica, é sim, um espelho da diretriz que as organizações assumem ao longo de seus trabalhos e projetos, algo ligado aos princípios. Geralmente nas Redes de Compromisso Social destacam-se um perfil ligado a assistência social, a educação popular, aos processos de democratização e reconhecimento das minorias.

c) Objetivos

Definidas a Missão e o perfil é então prudente a definição de alguns objetivos específicos. Tais objetivos geralmente derivam-se com os temas abrangidos na Missão da rede e alinham-se com o perfil das instituições que a compõem. Objetivos específicos são concretos, viáveis e executáveis, com previsão de curto, médio e/ou longo prazo, podendo serem revistos a cada etapa. Deles, posteriormente, irão derivar ações, atividades e projetos. A soma dos objetivos a curto, médio e longo prazo, aos modos de funcionamento apresentará o Planejamento Estratégico da Rede.

d) Ações, projetos e funcionamento

Elencados os objetivos existem três perspectivas iniciais de ação (FALCONER, 1999; HECKERT; SILVA, 2014):

[5] - Para saber mais: GUARESCHI, Pedrinho. *Sociologia Crítica*: Alternativas de Mudança. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

- **Ações difusas:** ações que acontecem de forma espalhada, dispersa e autônoma. Por exemplo: um educador participou de uma formação que aconteceu por iniciativa de uma rede pela educação infantil. Ele nunca foi a uma reunião da rede, mas mudou a sua prática com as crianças depois da formação. Deste modo, ele se conectou à rede de duas formas: participou de uma ação promovida por ela e contribuiu para a qualidade da educação infantil, um dos objetivos desta rede.
- **Ações colaborativas:** ações que ocorrem a partir de iniciativas conjuntas de alguns membros da rede. Estas ações geralmente são organizadas entre os membros que compartilham objetivos institucionais mais próximos dentro da rede ou que se vinculam a uma mesma região ou localidade de ação.
- **Ações ou projetos coletivos:** ações que resultam do planejamento coletivo feito pela rede, geralmente organizadas em forma de projetos com objetivos, atividades, orçamento e cronograma. A rede decide de forma coletiva qual projeto será realizado naquele momento e acompanha todo o processo de implementação.

De início, geralmente, as redes optam pela primeira opção ou pela segunda, delimitando objetivos comuns a serem trabalhados de maneira transversal em ações que já estão planejadas. Passada essa primeira experiência é que as redes ousam a elaboração de ações mais conectadas, alinhadas e coletivas, dentro da perspectiva de um projeto unificado (HECKERT; SILVA, 2014).

Delimitadas as formas de ação ou projetos que buscarão contemplar os objetivos e, por conseguinte, a Missão da rede, é fundamental que se discuta o modo de funcionamento. **A essa altura, já deve estar claro se a Rede possui uma dinâmica centralizada, descentralizada ou distribuída** e o primeiro ponto de debate deve ser sobre esse perfil mais amplo:

se está adequado, se é o possível para este momento, se deseja-se estar sob esse perfil ou paulatinamente migrar em direção a outro?

Visto isto, alguns outros elementos devem ser observados e eles levam em conta as caracterizações expostas anteriormente e o cuidado a algumas armadilhas:

- Como funcionará a **comunicação** entre os membros: existirá uma plataforma ou ferramenta específica para que todos possam saber o que vem acontecendo a cada passo em direção ao objetivo? Quem será responsável pela gestão dessa ferramenta? Quem será responsável, em cada instituição componente da rede, por enviar tais informações para aquele que maneja o sistema?

- Como funcionará a **sistematização dos resultados:** cada instituição fará e disponibilizará um relatório (seja escrito, visual, etc) ou através das informações enviadas, um ou alguns sistematizarão esses resultados?

- Como funcionará a **execução** propriamente dita: cada instituição fará sua parte, haverá agrupamento por território, ou por temas de interesse, ou um grande projeto?

- Como funcionará a **gestão da Rede:** com que periodicidade haverá reuniões? Virtuais ou presenciais? Com todos ou em grupos (territoriais ou temáticos)? E quem cuidará das articulações e construção de pautas para que estes encontros aconteçam? Quais são os elementos comuns que não podem faltar nesses encontros?

- Como funcionará a **animação da rede em suas redes locais:** quem e como serão animadas as instituições que se ligam indiretamente a rede? Isto é, que não participam de algum conselho ou diretoria, mas são de alguma forma abrangidas pela rede?

- Como funcionará o **processo de incidência** desta rede: além de ser debatido e aprofundado o conceito de incidência e seus diferentes níveis, é necessário acordar como ela irá acontecer. A nível local, estadual, nacional, internacional? Junto a quais instituições e em que espaços? Por quais veículos ou ferramentas[6]?

A questão essencial para o **"agir em rede"** não diz respeito somente ao que é feito, mas ao como é feito. É claro que é esperado que as redes realizem ações em prol de seus objetivos. No entanto,

se as energias dos integrantes e dos facilitadores se dirigirem somente ao "fazer" e não houver preocupação com a forma como as ações são realizadas corre-se o risco de se perder a essência da rede: a mudança social que ela representa em si mesma (DOWBOR, 2005).

Isso porque, para ser de fato rede é indispensável que existam muitas conexões, sendo **o tipo de distribuição de conexões "ideal" aquele de todos-com-todos.** E o que determina a existência de uma conexão? Em nossa opinião, é o compartilhamento de ideias ou a realização de ações conjuntas, que resultam em aprendizagem. Por este motivo, textos de reflexão coletiva, encontros, debates são fundamentais, pois aos poucos vão alinhando concepções sobre o pensar e o agir, entre os integrantes.

Como a organização piramidal é o modelo mental da maioria,

é preciso haver pessoas preparadas para ajudar os integrantes da rede a se conectarem e gerirem as ações de um novo jeito, ***horizontal, participativo, emancipatório****.*

Esse é o principal papel do Grupo de Facilitadores, animadores, representantes técnicos e pesquisadores de apoio ou multiplicadores.

[6] - As redes de Compromisso Social caracterizam-se muitas vezes, também, por uma dinâmica de cartas-denúncia das desigualdades sociais que são um importante veículo de comunicação da rede com a sociedade mais ampla. Neste sentido, também é interessante discutir se isto está no horizonte da Rede e como será produzida.

A existência de facilitadores nas redes sociais é, ao contrário do que muitos podem pensar, uma forma de garantir a participação ativa e a multiliderança. É certo que para eles também pode ser um desafio exercer esse papel em alguns momentos, pois os demais integrantes tendem a lhes atribuir o papel de coordenadores. Daí a importância de haver formação continuada de facilitadores, a partir da reflexão permanente sobre sua prática (SCHLITHLER, 2003, p. 122).

Participar de uma rede envolve, portanto, algo mais do que apenas trocar informações a respeito dos trabalhos que um grupo de organizações realiza isoladamente. Estar em rede significa comprometer-se a realizar conjuntamente ações concretas, compartilhando valores e atuando de forma flexível, transpondo, assim, fronteiras geográficas, hierárquicas, sociais ou políticas, assim como padrões internalizados (RIBEIRO, 2009).

FINALIZANDO

As redes sociais, como já dissemos, são um espaço privilegiado de aprendizagem, porque suas propriedades inovadoras nos levam a rever nossos modelos mentais, e nos ajudam a fazer a adaptação ativa a este "novo" porque favorecem a reflexão em grupo. E toda **Rede de Compromisso Social** é formada por causa do desejo de promover mudanças sociais daqueles que se conectam.

A geração de um ambiente de rede, onde as diversas organizações possam participar de maneira flexível, sem perder as suas identidades e formas particulares de ação ainda constitui um desafio onde estamos todos aprendendo e só podemos apreender tentando.

Este tipo de cooperação exige que se crie um ambiente rico em informações, com transparência generalizada e uma cultura de solidariedade. Apesar de conhecermos racionalmente o potencial de colaboração que as redes de trabalho permitem, a nossa cultura ainda nos leva a trabalhar de forma muito tradicional, com sobrecarga de tarefas individuais e busca de hierarquias tradicionais.

As redes parecem tornar-se, assim, o padrão organizacional mais compatível com as necessidades dos processos de desenvolvimento emancipatórios e inclusivos. Porém, a rede não é apenas uma composição formal, um jeito de dispor os elementos de maneira horizontal num plano, como se fosse bastante "diagramar" um sistema para fazê-lo funcionar. Podemos estar dispostos em rede, sem operar em rede (FRANCO, 2010).

O que faz da arquitetura de rede uma rede é seu modo de funcionamento. No caso que nos importa aqui: **um modo de operar que contemple a autonomia dos membros da rede; que faça da horizontalidade, da descentralização, do empoderamento e da democracia uma ética de operação.** Redes são uma forma de organização que implica um conteúdo de natureza emancipatória e não outro. Não pode haver distinção entre os fins dessa política e os meios de empreendê-la (MARTINHO, 2003).

Para que a noção de redes possa ser usada de modo coerente quando os objetos de estudos forem movimentos sociais de contestação à reprodução dos ordenamentos do sistema do capital é preciso que ela própria seja libertada das amarras das abordagens teóricas produzidas por esses mesmos ordenamentos e para sua perpetuação. Portanto, não se trata de abandonar seu uso, mas de fazê-lo de modo crítico do senso comum em que o modismo atual a transformou, libertando-a para que não se transforme em obstáculo à experimentação no pensamento e na ação (MISOCZKY, 2009).

Referências

- ADULIS, D. Da Colaboração à Parceria. *Revista de Informações do Terceiro Setor*, Rio de Janeiro, 5 fev. 2002. Disponível em: http://www.rits.org.br. Acesso em: 14 mar. 2004.
- AMARAL, G. *As ações Inter setoriais na atenção à saúde na alta complexidade*: construindo marcos de referências para o exercício profissional dos assistentes sociais. 2007. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Centro Socio-econômico, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial286709.pdf. Acesso em: 10 maio 2016.
- Ayres, B. Redes organizacionais no terceiro setor: um olhar sobre suas articulações. *Revista de Informações do Terceiro Setor*, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: http://www.rits.org.br. Acesso em: 22 nov. 2004.
- AYRES, Karina Ribeiro Fernandes. Os centros de voluntários brasileiros vistos como uma rede organizacional baseada no fluxo de informações. *Revista de Ciência da Informação*, v. 2, n. 1, fev. 2001.
- BUCHANAN, Mark. *O átomo social*. São Paulo: Leopardo, 2012.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede* - a era da informação: economia, sociedade e cultura. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CONSULTA POPULAR. *A construção Coletiva*: Alternativas e Protagonistas, 1999.
- DIANI, Maria; McADAM, Doug (eds.). *Social movements and networks*: relational approaches to collective action. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- DOWBOR, Ladislau. Gestão de redes sociais: teorias em construção. *Revista Eletrônica de Gestão de Negócios*, Mestrado em Gestão de Negócios, Universidade Católica de Santos, v. 1, n. 3, p. 18-36, 2005.
- FALCONER, A. P. *A promessa do terceiro setor*: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. 1999. 152 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- FERNANDES, K. R. A Constituição de Redes Organizacionais como nova forma de Gestão das Organizações do Terceiro Setor. *Revista IntegrAção*, v. 7, n. 39, p. 1-11, 2004.
- FRANCO, Augusto. *A Rede*. São Paulo: Escola de Redes, 2009.
- FRANCO, Augusto. *A revolução do local*: globalização, glocalização, localização. Brasília: AED; São Paulo: Cultura, 2003.
- FRANCO, Augusto. *Sobre Redes Sociais*. São Paulo: Escola de Redes, 2010.
- GOHN, M. G. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997.
- HECKERT, Cristiano; SILVA, Márcia. A formação de redes para o desenvolvimento do terceiro setor. *Revista de Gestão da USP*, 2014.
- ITRIAGO, Machado; ITRIAGO, Miguel. *50 consejos y 50 respuestas sin fines de lucro*. Caracas, Venezuela: Miguel Angel Itriago Machado, 1999.
- LÉVY, Pierre. *Por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Loyola, 1998.

- MANCE, Euclides. *A revolução das redes*. A colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARTINHO, Cassio. Algumas palavras sobre Rede. *Revista democracia*, Rio de Janeiro, 2013.
- MISOCZKY, Maria Ceci. Abordagem de redes no estudo de movimentos sociais: entre o modelo e a metáfora. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 5, p. 1147-1180, set./out. 2009.
- PASSY, F. Social network matter. But how? *In*: DIANI, Maria; McADAM, Doug (eds.). *Social movements and networks*: relational approaches to collective action. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- RIBEIRO, Carlos. Uma introdução às redes sociais. *Revista de Coordenadores das Comunidades de Prática dos Clusters da Rede de CRC*, Curitiba, 2009.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Sujeitos e Movimentos Conectando-se Através de Redes. *Revista Política e Trabalho*, UFPB, 2003.
- SHELLER, M. From social networks to social flows: re-thinking the movement. *In*: *Social movement analysis*: the network perspective conference. Ross Priory, Scotland, 2000. Disponível em: http://www.nd.edu/dmyers/lomond/sheller2.pdf. Acesso em: 24 ago. 2016.
- UGARTE, David. *O poder das Redes*: Manual ilustrado para pessoas, Organizações e empresas chamadas a praticar o ciberativismo. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008.
- WHITAKER, Francisco. Rede - uma estrutura alternativa de organização. *Revista Mutações Sociais*, CEDAC, Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, 1993.

LENDO E REFLETINDO

ELEMENTOS DE CONJUNTURA NOS NOVOS TEMPOS*

Originalmente publicado em 2018.

Selvino Heck[1]

Não é fácil, a poucos dias da eleição, (tentar) entender tudo que aconteceu, e projetar o que vem ou pode vir pela frente. Há uma conjuntura subterrânea que ainda precisa ser, ou será, com o tempo, desvendada e descoberta. À luz do que se pode ver agora, arrisco algumas considerações iniciais.

A última semana de campanha presidencial de segundo turno vai para a História. As multidões nas ruas, especialmente mulheres e jovens, o debate político, a militância acesa, a esperança em crescimento, marcarão época. Talvez por isso, o choro da derrota tenha sido menos dolorido que o normal.

Na segunda-feira pós-eleição, foi possível ver e se emocionar com manifestações lindas de morrer, corajosas e cheias de esperança em muitas escolas, como em Fortaleza, e em colégios particulares de ponta no Rio Grande do Sul, na UNB, com jovens estudantes

Fotos: Cabine de votação e Ana Paula, educadora popular, após votação segurando os livros "Fome Zero - Uma História Brasileira" e "A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos".

Manifestação #EleNão *contra* o candidato a presidente do Brasil Jair Bolsonaro, em Vitória[2]

vestidos de preto[3], mostrando seu apreço pela democracia, e grandes manifestações populares, apesar da derrota eleitoral. O tempo e a história talvez ainda vão celebrar este tempo de vida e ressurreição. E conversas/encontros/reuniões de todos os tipos, já nos dias seguintes à eleição, reunindo intelectualidade, movimentos, povo da periferia, não só para avaliar o novo quadro e a conjuntura, mas, principalmente, em grande grau de unidade, pensar sobre o que fazer, como manter a luta acesa e defender a democracia.

Nada mais simbólico, e que vai entrar para a história: muitos eleitores levando um livro na mão, mais a carteira de trabalho, no momento de votar em Haddad e Manuela, com imagens que ficarão registradas eternamente.

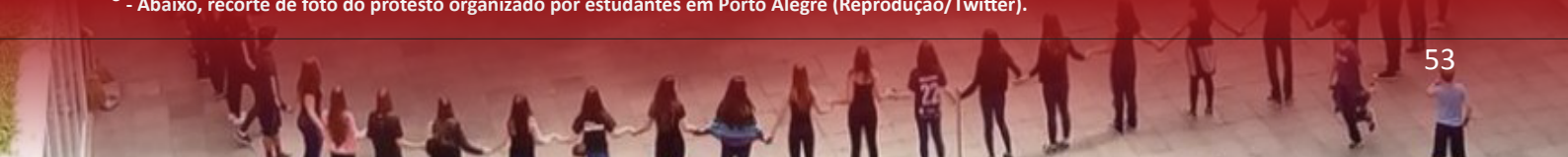
Aos fatos e análises possíveis neste momento.

*** - Registro histórico da análise feita por lideranças progressistas de esquerda logo após a eleição em 2018.**

[1] - Deputado estadual constituinte do Rio Grande do Sul (1987-1990); membro da Coordenação Nacional do Movimento Fé e Política; membro da direção do CAMP (Centro de Assessoria Multiprofissional); membro da Mesa Diretiva do CONSEA RS; membro da Coordenação do CEAAL Brasil (Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe.

[2] - Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:EleNão_Vitória_1.png.

[3] - Abaixo, recorte de foto do protesto organizado por estudantes em Porto Alegre (Reprodução/Twitter).



1. PRIMEIRA FALA DO PRESIDENTE ELEITO

A palavra do presidente eleito na noite da vitória é simbólica. É uma espécie de resumo/síntese do que ele pensa, do seu programa de governo, de como vai governar e agir.

Disse ele: "Não poderíamos mais continuar flertando com comunismo, populismo e com o extremismo de esquerda."

"Flertar com o comunismo": há uma volta fora de época à Guerra Fria e ao discurso que levou ao golpe militar em 1964 e à ditadura. "O populismo": ataque a Getúlio – CLT, criação da Petrobras e outras empresas públicas; ataque a Juscelino – desenvolvimentismo nacionalista; a Lula e ao PT – direitos para os mais pobres, políticas e programas como o Fome Zero, cisternas, entre outros, protagonismo dos historicamente excluídos, nordestinos, mulheres, jovens, LGBTTs, entre outros; "e com o extremismo de esquerda": tudo o que cheira a mudança, movimentos sociais como MST, MTST, partidos como PT, PSOL - movimentos e partidos citados nominalmente depois da eleição para serem combatidos, como terroristas, ou serem extintos -, transformação social, soberania. **São as palavras do ódio, da intolerância, do não saber conviver com o diferente**.

"Todos nós sabíamos para onde o Brasil estava indo": para onde mesmo? Isto é, relação soberana e solidária com outros países, articulação com outros continentes, participação social – Conselhos, Conferências, diminuição da desigualdade social.

"O que eu mais quero e, seguindo os ensinamentos de Deus...": Estado deixa de ser laico, mas guia-se, acima de tudo, como dizia seu lema de campanha, pelos ensinamentos de Deus, mas qual Deus, e de uma igreja ou religião em especial. E os ateus, os que não professam fé nenhuma, não poucos, e os agnósticos? "..., ao lado da Constituição, ..." : Constituição vem depois de Deus do ponto de vista do governo e do governante, da relação Estado-sociedade. "...me inspirar em grandes líderes mundiais": possivelmente Donald Trump, que o saudou efusivamente no dia da vitória, talvez Macri, os governantes conservadores e de direita, sinalizando uma nova articulação política internacional.

Está começando novo ciclo. Democracia disfarçada? Ditadura? Ultraneoliberalismo? Que ciclo será este? Um fascismo à brasileira, em pleno século XXI?

Venceu 'o anti' – antissistema, o antipetismo, o antidireitos humanos, o antinegros/as, LGBTTs, o antipolítica, o antidemocracia. Não venceu o 'a favor', seja do que for, o que explica, em parte, em tempos de grave crise econômica, política, social, de valores, o resultado eleitoral. E determina também os limites do futuro governo, que é apenas anti e não diz claramente a que veio e o que defende. Eleição ganha assim e governo eleito assim terão enormes dificuldades. E, tudo indica, a crise, em todos os sentidos, se aprofundará no próximo período.

2. OS CICLOS HISTÓRICOS

A maior parte da história brasileira foi de Colônia, Império e ditadura, ou democracia disfarçada, como tudo indica vai acontecer a partir de janeiro de 2019. Mas houve ou períodos. Por exemplo, a República Velha, Getúlio e a Revolução de Trinta, a democracia de 1945 a 1964, a ditadura de 1964 a 1985, o novo período de democracia, de 1985 até 2018, com a Constituinte, Collor, o neoliberalismo de FHC e os governos populares e desenvolvimentistas de Lula e Dilma.

Está começando um novo ciclo. Democracia disfarçada? Ditadura? Ultraneoliberalismo? Que ciclo será este? Um fascismo à brasileira, em pleno século XXI? O próprio candidato, hoje presidente

eleito, nebuloso, quase não apareceu; sem partido (seu partido, PSL, tinha quatro deputados federais, e agora terá mais de cinquenta), sem programa, fazendo campanha na base do ódio, do antipetismo e do antissistema, com programa pouco claro em muitas áreas: quem o sustenta, quem mesmo o fez chegar onde chegou, quem o sustentará?

Há muitas dúvidas sobre o que está por trás de Bolsonaro, assim como foi, de alguma forma, em 64. Há, no meio do caminho, as manifestações de junho de 2013. Há o golpe, Temer e Eduardo Cunha e suas tramoias. Há a Lava-Jato, a Polícia Federal, o Poder Judiciário e o STF acovardados, Sérgio Moro indicado/convite aceito ou para o Ministério da Justiça ou para o STF (Escândalo! O rei foi colocado a nu. O Sistema de Justiça mostrou/confirmou sua parcialidade.) Há o estranho acidente de avião e morte de Teori Zavascki. Há Marielle Franco, cujos assassinos não foram e, parece, nunca serão descobertos. Há as dúvidas da facada no então candidato: houve ou não houve, quais as circunstâncias, quem é mesmo o suposto agressor. Há o estranho episódio de policiais paulistas e mineiros em Minas com malas de dinheiro, fato não esclarecido e nebuloso. Há as *fake news* e sua matriz e articulação internacional, ainda por serem desvendadas em toda sua extensão.

Muita coisa nebulosa e, tal como na ditadura militar, a participação efetiva dos EUA no golpe foi descoberta e confirmada décadas depois. Hoje, porém, com as novas mídias e a internet, é mais fácil saber e/ou descobrir. De qualquer maneira, um novo ciclo começa. **Qual seu real alcance e contornos? Durará quanto? Qual a força popular para enfrentá-lo?**

Aparecem alguns dos seus homens fortes. Quem é mesmo e qual o papel do General Mourão? Fala em nome de todos militares e Forças Armadas? Onix Lorenzoni, até então quase obscuro deputado federal, sem nenhum papel expressivo nem mesmo na história política das últimas décadas no Rio Grande do Sul, e hoje todo poderoso Chefe da Casa Civil, historicamente ligado ao agronegócio e nada mais. O rico, especulador da Bolsa, Paulo Guedes, segundo quem o conhece inexpressivo economista, ancorado no ultraneoliberalismo privatista do Estado mínimo e do Mercado absoluto sem sociedade com vez e voz.

Luta de classes a pleno neste novo ciclo histórico, sendo difícil prever seu exato desenvolvimento, **como as classes em luta vão se desdobrar em sua luta por hegemonia, qual o exato custo econômico e social, quais as consequências concretas num projeto civilizatório de um Brasil soberano, de uma Nação**.

3. A QUESTÃO INTERNACIONAL

O quadro internacional tem muito a ver com as eleições brasileiras e seu resultado. Cresce o conservadorismo internacional, assim como os perigos, Trump à frente. Os governos democráticos e populares da América Latina minguaram ou foram derrotados. As articulações dos bons tempos de Lula – BRICS, CELAC, UNASUL – perdem espaço e peso. Sobrou apenas um grande líder mundial, progressista, o papa Francisco, mas também fortemente questionado dentro de sua própria Igreja.

Trabalho do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados em RR, com imigrantes venezuelanos e venezuelanas que chegam ao Brasil diariamente.

A democracia e a política estão diminuídas no mundo inteiro. Fala-se até em possibilidade de guerra. A questão dos refugiados é tema mundial. O Brasil ainda era um ponto fora da curva, até o golpe e o impeachment de Dilma.

4. A POLÍTICA, OS PARTIDOS E A DEMOCRACIA

Há uma quase falência da política tradicional, como a conhecemos desde pelo menos o pós Segunda Guerra Mundial. A política está em profundo descrédito, ou foi apanhada pela corrupção. Partidos estão esfacelados no mundo inteiro, embora surjam experiências novas como o PODEMOS espanhol, para citar um exemplo. Tradicionais partidos de esquerda, como o Comunista e socialista francês, o socialista inglês, mesmo os partidos sociais-democratas como o alemão, para citar apenas alguns, perderam espaço. China e Rússia são potências econômicas (e nucleares), mas quase sem rosto e identidade políticas.

O presidente brasileiro eleito é militar, amante da ditadura, despreza a democracia em público, não tem partido. Ou o que tem, dele nada se sabe sobre seu programa, sobre o que pensa, não tem prática de governar, tal como o candidato eleito, que nunca foi nada na vida a não ser capitão e inexpressivo deputado federal. Sua diferença de Collor: elegeu governadores, deputados e senadores, mas todos de extrema direita, a grande maioria evangélicos e do tradicional 'toma lá dá cá' e um discurso antipetista raivoso e despolitizado.

Como irá governar? Com que base de sustentação e com que discurso? Só do antiPT e antidemocracia?

Nesta eleição de 2018, partidos tradicionais estão quase desaparecidos ou muito enfraquecidos, sem deputados eleitos, sem força política. Pela ordem: MDB esfacelado e carregando Temer nas costas. PSDB, onde sobraram João Dória e Eduardo Leite. PDT, esfacelado à luz da história trabalhista, e onde sobrou Ciro Gomes, que vai de partido em partido e não se posicionou no segundo turno, perdendo oportunidade histórica e perdendo espaço, só preocupado com possível/candidatura em 2022.

Neste contexto complexo, surgem novos partidos, não formais, mas existente no cotidiano da sociedade e agindo como partidos de fato: o sempre existente partido da grande mídia, agora acrescido, e às vezes em confronto com a mídia tradicional; as Forças Armadas, sendo o presidente eleito um militar, alguns de seus nomes fortes, inclusive o vice-presidente, militares de alta patente (**um grupo de generais da reserva vem se reunindo em Brasília, e possivelmente outros da ativa nos quarteis, para planejar o governo e seu espaço e quinhão de poder**); as igrejas, especialmente as pentecostais, à frente a Igreja Universal do Reino de Deus.

Há, felizmente, partidos remanescentes e fortalecidos. É o caso do PT, que sobreviveu ao desastre dos demais partidos, e do PSOL, que cresceu muito, com discurso parecido com o PT das origens. E não se pode esquecer o PSB, fragmentado internamente, mas que foi importante sustentação da candidatura Haddad-Manuela no Nordeste e terá importante papel na oposição daqui para frente. Aliás, vale ressaltar a força política do Nordeste e do povo nordestino: é lá que está, neste momento histórico, o novo e o futuro. Além disso, Haddad e Manuela fortaleceram-se como lideranças políticas, junto com seus partidos, PT e PCdoB. E é preciso ressaltar Lula, mesmo que continue preso, o que é o mais provável, mantendo sua capacidade de mobilização e influência.

A democracia brasileira está muito enfraquecida, ou voltando à sua fragilidade histórica/secular enquanto democracia, quando parecia, que, pela primeira vez na história, ela estava consolidada e não mais haveria golpes como o de 2016 e retrocessos profundos ou estruturais.

5. AS NOVAS FORMAS DE COMUNICAÇÃO

Esta campanha eleitoral, em especial, revelou, tal como já tinha sido na eleição (ainda com muitas suspeitas e situações não ou mal explicadas), **o papel das novas mídias, das redes sociais, do Facebook e, principalmente, do WhatsApp**: seu papel, sua interferência eleitoral, sua capacidade de mobilização em geral, e via *fake news*. É um universo pouco ou mal conhecido, que relativamente poucos dominam, embora utilizado por milhões e com tudo que representa no cotidiano das pessoas, das famílias e das comunidades, na disseminação de notícias e informações, **e principalmente de valores e de novas formas de relação e comunicação.**

É um verdadeiro e novo poder, engolindo até mesmo as mídias tradicionais, predominantes no século passado, como rádio, jornal e TV. A fala é direta, pessoa a pessoa, disseminando pensamentos, valores, visão de mundo, muitas vezes à base de mentiras, onde **acontece uma guerra simbólica, com as palavras 'Pátria, Família, Deus', por sinal muito semelhantes às usadas no golpe militar de 1964.**

6. OS ATORES E AS FORÇAS POLÍTICAS E SOCIAIS

O grande capital nacional e internacional, especialmente o financeiro, depois de ter perdido espaço nas últimas décadas, voltou a dar as cartas, ligando-se ao agronegócio.

A mídia tradicional, ator político ainda muito forte, especialmente a Rede Globo, **está perdendo terreno** para os grandes conglomerados internacionais, em geral nebulosos, como a Microsoft e o império da internet, Facebook e WhatsApp, e querendo se reposicionar na cena política, social e cultural

Os partidos estão em decadência, no universo da política e da influência social. São conglomerados que o poder e suas vantagens a qualquer custo, a maioria sem programa e sem ideologia, a não ser os favores e o 'toma lá, dá cá' ou os poderes e a influência religiosos.

Merece destaque especial o Poder Judiciário e o Sistema de Justiça como um todo, que se tornaram partido, desnudados com o convite, aceito, ao juiz Sérgio Moro para ocupar o super Ministério da Justiça e Segurança a partir de janeiro de 2019. Toda a tramoia de perseguição a Lula, ao PT, aos movimentos sociais será melhor esclarecida com o tempo, a quem prestaram serviço e continência, inclusive em nível internacional.

As igrejas, em especial as pentecostais, através da Igreja Universal do Reino de Deus, com sua Rede Record, entre outras menores, tornaram-se atores políticos relevantes. Assumem posições públicas no campo político, têm fortes redes de comunicação, contam com o apoio de milhões de fiéis, têm políticas de assistência social nas periferias dos grandes centros, e mesmo dos médios e pequenos. A Igreja católica perdeu muito de sua capacidade de influência política, dividida internamente, apesar de contar com um grande líder, o papa Francisco.

Os movimentos sociais sofrem neste contexto relativo descrédito e enfraquecimento, até pelos processos neoliberais em curso, que não admitem o diálogo, a oposição e o fortalecimento dos direitos dos mais pobres e seu protagonismo político, que tinha crescido nas últimas décadas.

As mulheres e a juventude, com suas mobilizações, feitas em geral à base da coragem e da militância, fortaleceram seu protagonismo na sociedade. E tornaram-se contraponto no processo eleitoral e poderão continuar sendo contraponto ante a violência, as políticas conservadoras que devem ser implementadas e aos retrocessos na democracia.

É preciso olhar com mais cuidado as novas formas de organização e mobilização que surgiram e estão surgindo, dentro e fora do processo eleitoral, tais como o Levante da Juventude, do Hip-Hop, acima de partidos, de Centrais Sindicais ou outras formas tradicionais e conhecidas de organização e mobilização. E com as redes sociais jogando um papel fundamental na sua estruturação e seu fazer coletivo.

7. CENÁRIOS POSSÍVEIS/PROVÁVEIS

(sem, necessariamente, ordem de prioridade, bem como um cenário pode dialogar/entrelaçar-se com outro)

CENÁRIO 1:

A partir do resultado eleitoral e do(s) novo(s) governo(s) em janeiro de 2019, com o presidente eleito dentro das regras do jogo, portanto com legitimidade eleitoral pelo menos (descontado o Caixa 2 e o uso de *fake news*, ainda em investigação e decisão por parte do Poder Judiciário) haverá forte direitização em todos os sentidos, **com corte de direitos, reformas em favor dos mais ricos** – a Reforma da Previdência, entre outras, deverá ser feita ainda em 2018, a independência do Banco Central –, submissão internacional, com relações privilegiadas com EUA e governos direitistas do mundo.

O futuro ministro da Fazenda, Paulo Guedes, já anunciou a irrelevância do MERCOSUL e outras articulações deste tipo, bem como privatização geral, a venda definitiva do pré-sal e da EMBRAER para o BOEING, como medidas mais imediatas, dentro de um ideário e propostas ultraneoliberais, com todas as suas consequências.

A tensão social deve crescer no cotidiano, com forte, dura e direta repressão e controle dos movimentos sociais e dos que se opõem às políticas e reformas implementadas. O presidente eleito disse que o MST e MTST eram terroristas e sinalizou, de forma explícita, para as direções do PT e PSOL, a prisão e ou a fuga para o exterior. O novo governo manterá, ou tentará manter, o controle da sociedade e da oposição a ferro e fogo, com apoio do grande capital e da maior parte da grande mídia, da maior parte do Sistema Judiciário (Sérgio Moro, Ministro da Justiça) e da alta classe média. Violência e repressão aos movimentos, às lutas e mobilizações contra jovens, mulheres, LGBTTs, negros e negras, indígenas, quilombolas, população em situação de rua, Universidades, ONGs deverão se intensificar muito. O governo tentará empurrar esses setores para uma quase clandestinidade, impondo uma quase ditadura, ou uma ditadura de fato e na prática. A violência crescerá muito em todos os níveis e espaços. Lula continuará preso, tudo indica, dificultando sua capacidade de mobilização.

Por tudo isso, o esforço do presidente eleito e seus aliados, para poder implementar tudo isso, foi de ganhar a eleição no primeiro turno, o que não se realizou e os resultados do segundo turno foram aquém do esperado pelos vencedores, aumentando suas dificuldades e exigindo mais repressão, além da necessidade de implementar suas políticas e propostas o mais rápido possível, já a partir de 2018, contando com o apoio da camarilha do atual presidente golpista.

O governo, mesmo sob muitas pressões de todos os lados, à direita e à esquerda, governará, na base da força e da truculência, e do poder político de seus aliados internos e externos. Sem se esquecer que a crise brasileira atual – econômica, social, política – é muito profunda e de difícil solução, inclusive à luz dos resultados não tão expressivos do presidente vencedor, o que aumentará as tensões de um momento difícil para a sociedade brasileira, para brasileiras e brasileiros, especialmente os mais pobres, as/os trabalhadoras/es e o funcionalismo público em geral.

CENÁRIO 2:

Estabelece-se o (quase) caos político-institucional-político-econômico-social, com violência generalizada, ataque aos Direitos Humanos e seus defensores, crise em todos os sentidos. A sociedade brasileira se levanta, mas não consegue hegemonia, o governo perde o controle relativo, apela para uso extremo das Forças Armadas e das forças policiais, a repressão é brutal e cotidiana, o país torna-se (quase) ingovernável. A violência e a insegurança tornam-se absurdas, o crime organizado começa a tomar conta dos espaços, governo perde o controle.

A democracia se enfraquece ou sucumbe, os pobres e trabalhadores sofrem, as consequências de um (quase) caos são imprevisíveis. É de longe o pior cenário, mas não pode ser descartado (vide o que está acontecendo hoje na Argentina). Caso aconteça este cenário, e não se pode descartá-lo neste momento, levará um tempo, não se sabe quanto, até um lado sair vitorioso ou controlar a situação. Nem se pode saber, num cenário de (quase) caos, qual lado sairá vitorioso.

CENÁRIO 3:

A sociedade civil se organiza, cresce a desobediência civil, governo perde autoridade e não consegue implementar suas políticas ultraneoliberais e governar.

Especialmente, se tentar e conseguir votar e aprovar, ainda em 2018, reformas como a da previdência, mantendo o Teto de Gastos, destruindo ou quase destruindo o SUS, a educação pública, liquidando com as políticas ambientais e agroecológicas – ver a fusão do Ministério da Agricultura com o do Meio Ambiente.

Cresce a tensão social. O embate é na rua e na sociedade. Movimentos sociais e outras instituições, a esquerda com forte unidade, se organizam e começam a preparar o terreno, ou para a queda do governo, que se elegeu ilegitimamente, à base das mentiras, das *fake news*, do jogo sujo subterrâneo, ou para voltar a ter crescimento eleitoral nas eleições municipais de 2020 e nas eleições presidenciais de 2022.

É o cenário da vitória dos hoje derrotados eleitoralmente, ou pelo menos do enfrentamento de igual para igual entre sociedade/oposição unida ao governo eleito. Ou terá que recuar em suas políticas, ou será derrotado eleitoralmente em 2020 e 2022, ou mesmo não conseguirá chegar ao seu final.

8. CORRELAÇÃO DE FORÇAS

A esquerda, com grau de unidade maior que em outros tempos, saiu derrotada eleitoralmente, mas manteve um grau razoável de força política, pelo número de votos conquistados, pelas mobilizações na reta final de campanha, especialmente das mulheres, juventude e setores da intelectualidade e da cultura, pelo sentimento de que não foi derrotada definitivamente.

A mídia dividiu-se parcialmente, através das matérias e posicionamento da Folha de São Paulo e vacilações da Rede Globo.

Não será fácil para o governo Bolsonaro implementar suas políticas neste contexto complexo. Por outro lado, o grande capital nacional e internacional, as forças conservadoras tiveram uma vitória importante no maior país da América Latina e um dos mais importantes do mundo, com reflexos internacionais. A direita e a extrema-direita saíram fortalecidas, pelo menos no curto e médio prazos.

O embate político, social e cultural será de enormes proporções nos próximos anos. Difícil saber quem e quando alguém sairá do relativo impasse agora colocado. A direita canta vitória, mas sabe dos riscos e fragilidades. A esquerda não saiu dizimada e pode recuperar-se com o tempo.

9. AS TAREFAS DO PRÓXIMO PERÍODO

Tudo indica que o quadro conjuntural hoje será prolongado. Portanto, é preciso pensar e agir a médio prazo (cinco anos) e longo prazo (mais de dez anos).

- **Constituição de uma Frente Ampla pela Democracia**. Além dos partidos, juntando todos os que queiram se somar: partidos do campo democrático, movimentos sociais sindicais, populares, intelectualidade, Academia, setores da classe média, ONGS, igrejas: defender a democracia e os direitos em todos os níveis – sociais, culturais, humanos. As Frentes, Brasil Popular e Povo Sem Medo, unificadas, construirão os Comitês Populares pela Democracia, com grandes mobilizações nas ruas e o debate de um Projeto de Brasil. Aí se juntam as Redes como as de Economia Solidária, as ambientais e agroecológicas, de ONGs, as pastorais das diferentes igrejas, o movimento sindical e os movimentos sociais e populares, as organizações de jovens e mulheres, as de Direitos Humanos e todas e todos os amantes da democracia e da liberdade.
- **Estudar novamente e conhecer mais profundamente a estrutura de classes brasileira** e de como ela, de tempos em tempos, mostra sua complexidade e estruturação/constituição secular e historicamente escravocrata, patrimonialista, de profunda desigualdade social e econômica, entreguista e antinacional, antiparticipação social e popular, antidemocrática, não republicana. Estudar as falas e valores pregados por seus líderes, como se comunicam com a base popular, como usam os meios de comunicação contemporâneos para difundir seus valores e visão de mundo.
- **Mais Movimento, menos Instituição.** Diminuir o peso da institucionalidade. Mais rua e menos Parlamento e governos (sem desprezar Parlamento, governos e processos eleitorais).
- **Intenso trabalho de base, de formação e politização,** especialmente com as juventudes, as populações de periferia e mulheres, reunindo os Centros de Formação Populares que trabalham com a educação popular freireana e setores das Universidades dispostos a contribuir militantemente na formação política.
- **Apoio e reforço dos novos movimentos sociais**, especialmente os de mulheres e de juventude, com reforço na presença em Conselhos e espaços institucionais e formulação de políticas públicas, que não devem ser abandonados.

[4]

- Intensificar atuação via redes sociais, sem deixar as ruas. **Conhecer e dominar o mundo da internet.**
- **Luta em todas as frentes, com desobediência civil.** Denúncia da ilegitimidade do governo, pela forma como se elegeu – via mentiras e *fake news*. Organizar a resistência em todos os campos e espaços.

Preparar as eleições de 2020 de forma unificada, com programa comum de diferentes partidos que estiveram unidos no segundo turno da eleição presidencial, sem hegemonismos e sectarismos.

A crise é profunda e a luta será longa e difícil. Mas tal como foi enfrentada a ditadura militar e a redemocratização aconteceu, mais uma vez a democracia haverá de vencer. E 'ninguém solta a mão de ninguém'.

Selvino Heck
Outubro de 2018

[4] - Desenho que viralizou nas redes sociais após as eleições – da artista e taturadora mineira Thereza Nardelli.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA – SELETIVIDADE NO DIREITO DE VIVER

Originalmente publicado em 2019.

Magnólia Azevedo Said[1]

"A libertação está diretamente relacionada primeiramente ao exercício do Pensar."

Resolvemos escrever este texto, não apenas para expressar nossa **indignação diante do que se pretende com a Reforma da Previdência**, mas principalmente para tentar demonstrar para as pessoas, **as questões fundamentais que estão em jogo.** É preciso observar cada jogador que está em campo, como eles se movem, para perceber o tamanho do problema.

A ACEITAÇÃO PELO MEDO

A Reforma da Previdência foi insistentemente exigida pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial (os dois grandes desestabilizadores do sistema financeiro dos países encarcerados pela dívida), desde os sucessivos governos, a partir da década de 1990.

Vale salientar que logo no início de 2018 a diretora-gerente do FMI, em entrevista à imprensa durante reunião do Fundo em Washington, defendeu a necessidade urgente da Reforma da Previdência no Brasil, segundo ela fator-chave para a sustentabilidade das finanças públicas, tendo em vista o crescente endividamento público.

Seu caráter extremamente técnico e, portanto, de difícil entendimento para a maioria da população, deixa as pessoas na ilusão do que está sendo "ven-

[1] - **Magnólia Azevedo Said – Educadora feminista.**

dido" pela propaganda oficial e pelo noticiário que se escuta todo dia: "A Reforma igualará ricos e pobres." Ledo engano!

As finanças públicas serão "sustentáveis" à custa do sacrifício e morte da classe trabalhadora. É só observar que o único setor que comemora com a Reforma é o mercado financeiro (para o qual ela foi pensada) e os setores que o alimentam.

O governo federal investe na farsa de dizer à população que a Reforma vai corrigir distorções, combater privilégios e, ao final, tirar o país da crise econômica. Ocorre que os privilégios alegados vão ficar fora do Projeto de Reforma porque ela só atinge a Previdência Social, onde não existem privilégios.

Foto que ilustra notícia sobre a já anunciada reforma da previdência que em 2019, tem só piorado suas propostas: "Justiça manda tirar do ar propaganda da Reforma da Previdência". Link: https://www.adufepe.org.br/justica-manda-tirar-do-ar-propaganda-da-reforma-da-previdencia/

O governo utiliza-se ainda, para conquistar a aceitação passiva da população, do ardil de que ela é necessária e que sem ela, o país vai quebrar, transformar-se num caos. Esse método de convencimento (apelação ao medo), usado por governos populistas, já foi desvelado pelo filósofo Noam Chomsky quando escreveu sobre **as 10 Estratégias de Manipulação de Massas.** Na Estratégia 4, a "Estratégia do Deferido", Chomsky diz que os governos e as elites, para manipular as massas apresentam uma decisão impopular (Temer não conseguiu fazer), como dolorosa, mas necessária de aplicação futura. É o sacrifício em vista do futuro. Como a população tem a tendência a pensar que tudo será resolvido e melhorar, acaba crendo que o sacrifício exigido nunca chegará.

Lembre-se do triste desfecho na Alemanha sob o Nazismo. Durante o nazismo, judeus eram retirados de suas casas pelo exército, levados para campos de concentração e assassinados em câmaras de gás. **Hitler defendia uma raça ariana pura**, destinada a construir uma nação forte e próspera. **Mas para que isso viesse a acontecer, a diversidade étnica na Alemanha não deveria ser tolerada**. Hitler prometeu o fim da miséria e a prosperidade para o povo Alemão. Mas esse povo esqueceu de perguntar para quem o governo estava mesmo falando.

A ESTRATÉGIA DO DEFERIDO

Outra maneira de se fazer aceitar uma decisão impopular é a de apresentá-la como sendo "dolorosa e necessária", obtendo a aceitação pública, no momento, para uma aplicação futura. É mais fácil aceitar um sacrifício futuro do que um sacrifício imediato.

Primeiro, porque o esforço não é empregado imediatamente. Em seguida, porque o público, a massa, tem sempre a tendência a esperar ingenuamente que "tudo irá melhorar amanhã" e que o sacrifício exigido poderá ser evitado. Isto dá mais tempo ao público para acostumar-se com a ideia de mudança e de aceitá-la com resignação quando chegue o momento.

Leia todas as estratégias em detalhes no link original: https://www.olibertario.org/textos/manipulacao-midiatica-porque-ate-quando-e-jamais/

Creio que, em linhas gerais, já percebeu-se que alguma semelhança com as medidas já tomadas pelo governo federal que atingem, em especial, **povos indígenas, quilombolas agricultores/as familiares e juventude negra**, não é mera retórica.

Hoje, a classe trabalhadora não precisa ser retirada à força. Ela vai morrer dentro de casa mesmo (de fome, desnutrição, depressão, desespero). Assim, não haverá repercussão internacional a esse genocídio lento e gradual. Daí a propaganda ter um papel fundamental, principalmente porque levada para as redes pelo próprio Presidente, aproveitando-se ainda de sua boa popularidade. Queremos deixar evidente que não é o modo de fazer que é parecido; é a ideologia que o ampara, trazendo os mesmos resultados.

Foto que ilustra notícia "Reforma no Chile: sem previdência pública, número de suicídio de idosos é recorde".
Link: https://ctb.org.br/noticias/internacional/reforma-no-chile-sem-previdencia-publica-numero-recorde-de-suicidio-de-idosos/

Foto que ilustra notícia "Segundo a Fundação Sol, os fundamentos da poupança individual impulsionada no contexto ditatorial 'eliminou o fundamento da segurança social'/Claudio Riquelme/IPS" Link original: https://www.anonymousbr4sil.net/2014/03/as-10-estrategias-de-manipulacao-das.html

CHILE ONTEM – BRASIL HOJE

Caso não queiramos ir tão longe na história, podemos comparar a Reforma Brasileira com **a Reforma Chilena (decantada pelo Ministro da Economia como exemplo a ser seguido) que levou pessoas idosas à miséria e ao suicídio**, por receberem menos que um salário mínimo tendo trabalhado a vida inteira.

O Chile foi o primeiro país do mundo a privatizar sua Previdência em 1981, durante a ditadura de Augusto Pinochet. Antes do governo Pinochet, o modelo chileno era parecido com brasileiro (o que ainda está vigente) e aquele país só conseguiu fazer uma mudança tão profunda na Previdência porque estava em plena ditadura militar.

Hoje todos os trabalhadores/as chilenos/as são obrigados/as a depositar ao menos 10% do salário por, no mínimo, 20 anos para se aposentar.

Hoje todos os trabalhadores/as chilenos são obrigados a depositar ao menos 10% do salário por, no mínimo, 20 anos para se aposentar.

A idade mínima para mulheres é 60 anos e para homens 65 e não há contribuições dos empregadores ou do Estado.

A idade mínima para mulheres é 60 anos e para homens 65 **e não há contribuições dos empregadores ou do Estado**.

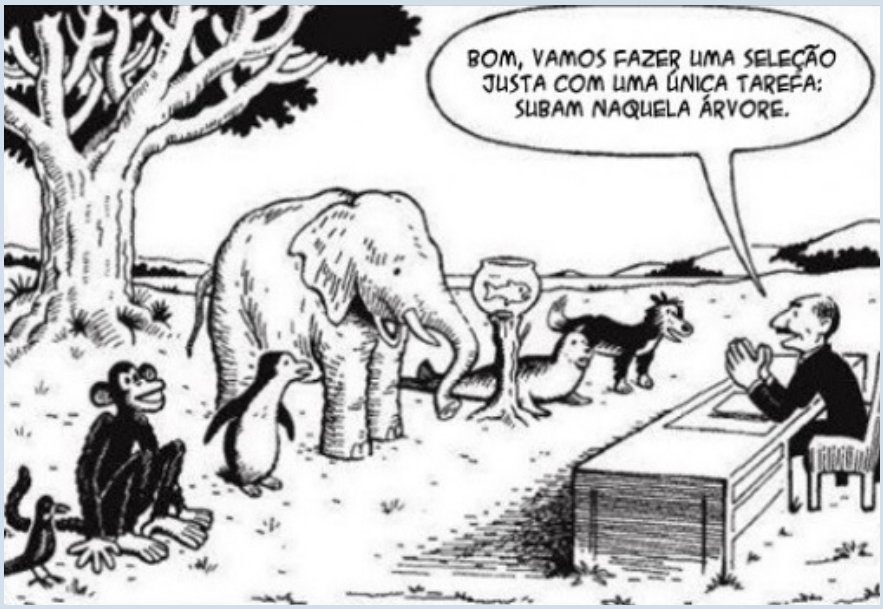
Quando o novo modelo começou a produzir os seus primeiros aposentados, o baixo valor das aposentadorias chocou: 90,9% recebem menos de 149.435 pesos (o equivalente a R$694,08). O salário mínimo do Chile é de 264 mil pesos (cerca de R$1.226,20). Vale salientar que Chile é um país que tem custo de vida maior do que no Brasil. **Resultado? Mais da metade dos trabalhadores/as do Chile hoje, não conseguem se aposentar, não conseguem formar poupança individual para se aposentar.** Quem consegue, mais da metade recebe menos de um salário mínimo, isso quando a pessoa está no emprego formal.

Aumentada a informalidade e não se tendo regularidade das contribuições previdenciárias, poucas são aquelas pessoas que conseguem acumular recursos suficientes para pagar uma aposentadoria decente. Para quem consegue, os valores são pequenos.

Além disso, os recursos acabam e se a pessoa der azar de viver mais, acabou o dinheiro! Consequência: desemprego, precarização nas relações de trabalho, informalidade, **altíssimo índice de suicídios entre pessoas idosas**, por não quererem ser um peso para suas famílias.

Foto que ilustra notícia **"Modelo de Previdência proposto por Bolsonaro levou idosos do Chile à miséria"** Link original: https://www.fup.org.br/ultimas-noticias/item/23444-modelo-de-previdencia-proposto-por-bolsonaro-levou-idosos-do-chile-a-miseria

ENTREGUE DIA 20 DE FEVEREIRO AO CONGRESSO NACIONAL, O QUE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA DETERMINA:



REGRA ÚNICA PARA APOSENTADORIA:

- Idade mínima de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres, num período de transição de 12 anos.
- Acaba a aposentadoria por tempo de contribuição. Para receber 100% da média da aposentadoria, a pessoa terá que perfazer 40 anos de contribuição.

Em uma sociedade onde o medo de toda ordem impera e as políticas culturais e sociais são totalmente precarizadas, é quase impossível alcançar esse patamar antes de morrer.

Explicando melhor: o homem que começa a pagar o INSS com 20 anos, terá de contribuir por 45 anos para ter direito de se aposentar (no caso da mulher, a contribuição será de 42 anos).

- Vai aumentar em cerca de 10 anos o tempo de trabalho.

Ora, esse tempo de contribuição é inviável, pois o mercado não abre as portas para quem envelhece. Em verdade,

a questão da idade mínima e tempo de contribuição não poderiam ser pensados sem levar em conta o preconceito em relação às pessoas mais velhas. É comum a demissão de pessoas mais experientes e rara sua contratação. **O fato de viver mais, não significa que consigam se manter por mais tempo nos empregos.** Ganham as empresas ao demitir pessoas mais experientes, para contratar outras mais jovens, em geral, com salário menor.

Para trabalhadores/as que ainda precisam de 2 anos para completar o tempo mínimo de contribuição junto ao INSS (35 anos para homens e 30 para mulheres), **HAVERÁ UM PEDÁGIO DE 50%** sobre o tempo que falta para conquistar o benefício, ou seja, a pessoa deverá contribuir por mais um ano.

RESTRINGE O ABONO SALARIAL DO PIS/PASEP a quem tiver remuneração de até um salário mínimo. Hoje esse direito é garantido para quem recebe até dois salários mínimos.

Professores/as poderão se aposentar a partir de 60 anos, desde que tenham contribuído por 30 anos. Caso estejam na rede pública, terão que comprovar 10 anos de serviço público e 5 anos no cargo, além de cumprirem a idade mínima. **O GOVERNO DESCONSIDEROU O TIPO DE TRABALHO DESSES EDUCADORES/AS CLARAMENTE EXTENUANTE**, uma vez que trabalham diariamente em pé, falando e preparando aulas, além do desgaste cotidiano na relação com alunos/as, estando sujeitos a manifestações agressivas em sala de aula. Muitos terminam sua carreira com desgastes psicológicos ou são afastados por transtornos psiquiátricos.

NA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, de 100% da média das últimas contribuições, passará a ser agora *[SÓ]* 60%, mais 2% por ano de contribuição que ultrapassar os 20 anos.

PARA A APOSENTADORIA RURAL, a idade mínima vai ser 60 anos para homens e mulheres. Trabalhadores/as terão que comprovar 20 anos de contribuição. Para o trabalhador e a trabalhadora rural é muito difícil comprovar na prática, porque passam muito tempo como informais. Ele e ela também deverão pagar anualmente, R$600,00 por grupo familiar, independentemente de vender sua produção ou usá-la como meio de subsistência. Sabemos que a realidade nas áreas rurais não permite que isso venha a acontecer, uma vez que a maioria desenvolve agricultura de subsistência, não produzindo excedente para a comercialização. Portanto, muitos não terão condições de desembolsar esse valor. Tanto o aumento do tempo de contribuição como a idade mínima proposta para as mulheres, poderão inviabilizar esse tipo de aposentadoria. Importante mencionar, ainda que a Reforma faz diferença entre a mulher que mora na cidade e a que mora em áreas rurais. A primeira pode se aposentar mais cedo do que o homem; a segunda, com a mesma idade do homem. Ocorre que a dupla jornada de trabalho acontece sobrecarrega ambas (sobretudo com as atividades reprodutivas), mas o trabalho no campo é sobremaneira mais cansativo e extenuante, o que significa que a trabalhadora rural será ainda mais penalizada.

Sobre o **BENEFÍCIO DA PRESTAÇÃO CONTINUADA- BPC**: homens e mulheres idosos, a partir de 60 anos, que vivem em famílias acima de quatro pessoas e que tiverem renda mensal inferior a ¼ de salário mínimo, só receberão R$400,00, ou seja, 40% do valor atualmente pago que é de um salário mínimo. O valor integral será pago apenas a quem tiver mais de 70 anos. O que resulta dessa regra? Aumento da desigualdade e crescimento, no médio prazo, da quantidade de pessoas na extrema pobreza. Um agravante a mais em relação ao BPC é que se a pessoa idosa tiver uma casa avaliada em R$98 mil, irá significar que o patrimônio é suficiente e não receberá BPC, perderá, portanto esse direito.

Outro elemento que pode também penalizar os mais pobres é a **EXTINÇÃO DA POSSIBILIDADE DE APOSENTADORIA APENAS PELO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**. Hoje, 85% dos trabalhadores/as ganha até dois salários mínimos e é justamente essa massa que, por uma questão de sobrevivência, entra no mercado de trabalho mais cedo. O que ocorrerá é que mesmo alcançando o tempo de contribuição não poderá aposentar-se sem que atinja a idade exigida. Por exemplo: uma pessoa do sexo masculino que começa a trabalhar aos 16 anos, precisará trabalhar durante 49 anos para se aposentar com 100% da média salarial.

Aposentadoria por Capitalização – será um sistema alternativo ao já existente, mas apenas os novos trabalhadores/as poderão aderir. **É O MODELO ADOTADO NO CHILE**. Nele trabalhadores/as financiam sua própria aposentadoria e as empresas não participam com nenhuma contribuição. As contribuições serão depositadas em Bancos, Seguradoras e Fundos de Pensão. A aposentadoria, tendo como exemplo o modelo chileno, será de valor inferior ao salário mínimo. Além disso, o trabalhador/a que está na informalidade e não consegue poupar, ficará desassistido, assim como o que sofrer um acidente de trabalho também. Por esse modelo, se você contribuir por 35 anos com R$100,00, receberá o valor de R$234,45. Será que isso dá para você sobreviver?

O valor da **PENSÃO POR MORTE**, que antes era do valor da remuneração/aposentadoria, será apenas de 60% do salário de contribuição, mais 10% por dependente.

EXTINGUE A MULTA DE 40% PARA DEMISSÃO DE TRABALHADOR/A aposentado/a. É extinta também a contribuição ao INSS daquela pessoa que se aposentou, ou seja, se o trabalhador/a ficar doente, não conseguirá mais se afastar pelo INSS.

Em resumo: a Reforma prejudica quem ganha menos, quem tem expectativa de vida mais baixa e entra no mercado de trabalho mais cedo, em profissões que exigem mais esforço físico.

Foto que ilustra notícia "**Sobre o fim da aposentadoria pública e os trabalhadores e trabalhadoras do campo**" Link original: https://mst.org.br/2019/03/22/sobre-o-fim-da-aposentadoria-publica-e-os-trabalhadores-e-trabalhadoras-do-campo/

Diante disso, são diretamente atingidas: a classe trabalhadora e população portadora de deficiência. Acaba com todos os benefícios assegurados pela Previdência, a aposentadoria e a seguridade social.

O impacto negativo dessa Reforma, em se tratando do Ceará, será bem maior, uma vez que em 2018, o estado figurou na 7ª posição entre os estados mais desiguais do Brasil. Essa medida tende a afastar a população do sistema da seguridade nacional, aumentando o número de pessoas que migrarão para a previdência privada.

É de se perceber, ainda, que para sua proposição, o governo não levou em conta os cálculos do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos) de que o valor do salário mínimo para uma família de quatro pessoas esse ano, deveria ser de R$3.928,73, portanto, bem acima da média dos benefícios pagos.

Foto que ilustra notícia **"Está sobrando (muito) dinheiro na Previdência; entenda os números. Especialistas desmentem números que anunciam rombo na previdência"** Link original: https://www.brasildefato.com.br/2016/07/22/esta-sobrando-muito-dinheiro-na-previdencia-entenda-os-numeros/

UMA NOTÍCIA QUE DESVELA O ENGODO PRODUZIDO

"Não existe déficit público no Brasil! Essa afirmação é fabricada!"

Assim tem dito Maria Lúcia Fatorelli, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida no Brasil.

Para entendermos, é necessário saber que a **Seguridade Social**, segundo a citada coordenadora, **é a maior conquista da Constituição Federal e não envolve apenas a Previdência**. Ela se compõe de:

1. Previdência;
2. Assistência e Saúde, sendo financiada por diferentes fontes:

- trabalhadores/as e empregadores contribuem para o INSS sobre a forma de pagamento;
- as empresas contribuem sobre seus lucros (a contribuição social sobre o lucro líquido);
- consumidores contribuem com a COFINS (que é a maior contribuição do país);
- o PIS/PASEP;
- a arrecadação sobre a venda de produtos da agricultura;
- a tributação também é fonte de arrecadação;
- as apostas de loterias e concursos pagos ao país; etc.

Como se pode ver, entra muito dinheiro para bancar a Seguridade.

O fato é que a apropriação indevida de recursos vinculados ao Orçamento da Seguridade Social vai ser fundamental para a viabilização do ajuste fiscal, implodindo a vinculação de recursos previstos originalmente na Constituição Federal de 1988. **Com isso, a seguridade social vivencia um verdadeiro desmonte no seu financiamento.** No âmbito do ajuste fiscal construído, a partir de 1993 foram engendrados mecanismos de desvinculação de recursos que atingiram, sobretudo, o financiamento da Seguridade. Desde 2000 vigora no país a DRU – Desvinculação de Recursos da União – que foi novamente prorrogada até 2023 e ampliada para 30%, agravando ainda mais a drenagem de recursos da Seguridade Social para viabilizar o pagamento de juros, encargos e amortização da Dívida Pública, **dinheiro que vai para fora do Brasil.**

Para Maria Lúcia Fatorelli, se não houvesse sonegação, ou seja, se as empresas não estivessem devendo 400 bilhões de reais à Seguridade Social, essa sobra seria muito maior. Além do dinheiro que não entra, de setores que o governo libera de contribuir – as chamadas desonerações, como o agronegócio, por exemplo. Vocês sabiam?

Como é então que o governo fabrica o Déficit?

Da seguinte forma: o governo pega somente a contribuição do INSS e compara o que se arrecada com essa contribuição, com todo o gasto da Previdência, que é o maior desse tripé. Considerando todas essas fontes e todos os gastos com a Seguridade, o que se tem é uma sobra de recursos e bilhões de reais todo ano.

Frame do vídeo **"A Capitalização destrói à Previdência Social"** Link original: https://youtu.be/FrdXZCOUWBM

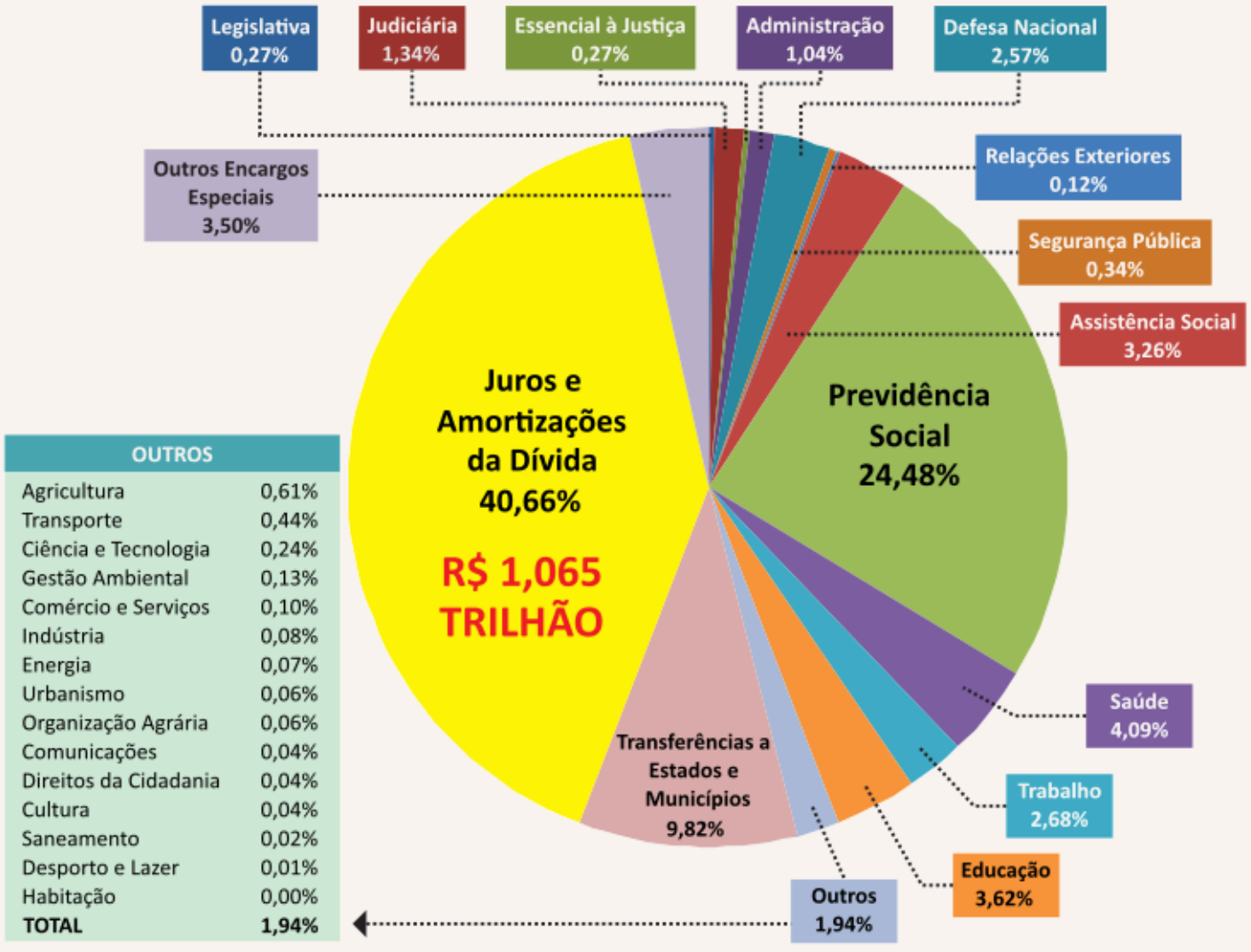
PARA CONCLUIR, UM ALERTA RELEVANTE!

Diante do desmonte do financiamento da seguridade social, não há sustentação econômica para realização de uma nova "Reforma" da Previdência Social, sem a devida devolução dos recursos que são desviados anualmente do Orçamento da Seguridade Social para o pagamento de juros da Dívida Pública e para o socorro ao capital.

O povo argentino recentemente conseguiu barrar a Reforma neoliberal do Presidente Macri. ***COMO SERÁ QUE NOSSOS IRMÃOS ARGENTINOS FIZERAM, HEIN?***

Orçamento Federal Executado (Pago) em 2018 = R$ 2,621 TRILHÕES

O valor previsto para 2018 havia sido R$ 3,527 Trilhões, diferença a ser investigada



OUTROS	
Agricultura	0,61%
Transporte	0,44%
Ciência e Tecnologia	0,24%
Gestão Ambiental	0,13%
Comércio e Serviços	0,10%
Indústria	0,08%
Energia	0,07%
Urbanismo	0,06%
Organização Agrária	0,06%
Comunicações	0,04%
Direitos da Cidadania	0,04%
Cultura	0,04%
Saneamento	0,02%
Desporto e Lazer	0,01%
Habitação	0,00%
TOTAL	**1,94%**

Fonte: SIAFI - http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa - Banco de Dados Access p/ download (Orçamento da União - Fiscal e Seguridade - até 31/12/2018)

Nota 1 – Somamos "Juros" e "Amortizações" porque o Tesouro contabiliza grande parte dos juros como se fosse amortização. Veja as explicações: https://auditoriacidada.org.br/explicacao/

O "CUIDADO DA CASA COMUM" COMO CAMINHO DE ESPIRITUALIDADE E JUSTIÇA*

Originalmente publicado em 2019.

Pe. José Ivo Follmann, S. J.[1]

Comitiva do EMCFA verifica avanços na infraestrutura de acolhimento aos imigrantes venezuelanos. Link: https://www.flickr.com/photos/ministreiodadefesa/27629755778/

INTRODUÇÃO

Vivemos tempos de degradação civilizacional na sociedade humana em geral e no Brasil em particular. Assertivas sobre este fenômeno que a humanidade enfrenta hoje não são novidade. Também são muitos os estudos e as manifestações, de toda ordem, que se debruçam sobre a temática dos sintomas crescentes e explícitos do estado de gravidade dessa doença da humanidade. **Muitas coisas se misturam nos diagnósticos dessa situação, que, segundo alguns, é quase terminal.**

A humanidade perdeu o seu senso de humanidade...

Os principais sintomas são: a humanidade perdeu o seu senso de humanidade, envolvida em superficialidades e abalada em valores que lhe são fundamentais, como a própria dignidade do ser humano. É escancarada a síndrome da prepotência arrogante e autossuficiente de uns poucos, mascarada de forma vil diante de todos.

* - O artigo desta edição foi publicado recentemente pela "Revista Convergência", número 523 - Julho e Agosto • 2019 • ANO LIV. A revista é distribuida em formato impresso. Mais informações: www.crbnacional.org.br

1 - Sacerdote jesuíta. Sociólogo das religiões. Professor e pesquisador na Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Secretário para a Justiça Socioambiental da Província dos Jesuítas do Brasil. Diretor do Observatório Luciano Mendes de Almeida - OLMA. jifmann@unisinos.br

Existem sinais claros do descaso do ser humano, que em muitas situações políticas, econômicas e sociais não é só equivocado, mas descaradamente irresponsável, resultando em acúmulo ignóbil de concentração de riquezas e de exclusão e morte dos mais sofridos. Em diversos lugares, tornaram-se assustadoras as manifestações de racismos, xenofobias e preconceitos discriminatórios de toda ordem.

A humanidade sofre, sobretudo, de um descuido clamoroso para com a vida, em todos os sentidos, especialmente na forma como a "mãe terra" é tratada.

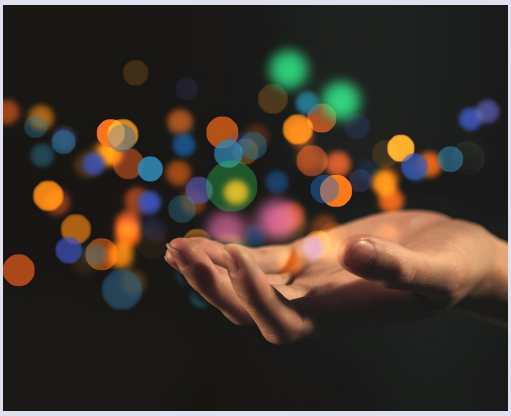
É a degradação, beirando a depravação, que ameaça e leva de roldão os esforços gigantescos e as conquistas da humanidade, após muita construção civilizacional.

Brumadinho, Minas Gerais. **Catástrofe socioambiental provocada pelo rompimento de barragem da mineradora Vale em Brumadinho (MG)**. Link original: https://www.flickr.com/photos/ibamagov/47021726992/in/album-72157678612078788/

Neste cenário, qual o papel da espiritualidade? Que espiritualidade precisamos? Que luzes a dimensão espiritual oferece para essa humanidade ameaçada e moribunda? Diversas podem ser as respostas; talvez mais perguntas apareçam. A literatura é grande. Vou tomar um atalho conhecido. Entendo que o "cuidado da casa comum" é uma das indicações mais originais e completas que chama para uma espiritualidade nos tempos presentes. É uma "fórmula" consagrada pelo papa Francisco na sua encíclica *Laudato Si'*, em 2015.

A espiritualidade leva a um modo de ser. A espiritualidade é o modo como orientamos as nossas vidas, o modo como vivenciamos a nossa dimensão de eternidade e a busca de comunhão com Deus. Significa colocar-nos no Espírito de Deus, a origem e a criação de tudo. Significa cultivar esta originalidade e criatividade em tudo o que somos e em toda a vida que nos envolve. Significa ajudar a colocar tudo no espelho do eterno.

Este modo de ser, esta comunhão acontece na medida em que as nossas vidas se orientam para o cuidado conosco mesmos, com os outros, com a sociedade e com os dons da criação. **Em suma, a espiritualidade leva ao restabelecimento de relações justas.**[2]



https://pixabay.com/pt/photos/mão-bokeh-dar-dom-oferta-aberto-3889288/

[2] - **Na busca por tornar operacional a ideia de "cuidado da casa comum" e o paradigma da ecologia integral em sua complexidade, o OLMA (Observatório Luciano Mendes de Almeida) trabalha, com uma chave tríplice, a "justiça socioambiental", a saber: 1) O reconhecimento profundo da dignidade de todos os seres humanos dentro de relações étnico-raciais, religiosas, de geração, de gênero, de origem nacional, de visões de mundo e opções, buscando sempre formas de estabelecer o diálogo, o valor da pluralidade e a inclusão de todos/as. 2) A redução das desigualdades, das exclusões sociais e da pobreza, pela busca do acesso universal aos direitos básicos de trabalho, assistência social, previdência, segurança, saúde, moradia, educação, alimentação e nacionalidade. 3) A constante atenção às práticas da boa conservação, preservação e usos adequados dos dons da criação, em vista do cuidado dos ecossistemas saudáveis e da vida para o presente e futuro do planeta terra e de seres nele habitantes (Pe. José Ivo Follmann, S. J.).**

A real noção de justiça está em Deus. É no Espírito de Deus. Nele está a fonte da justiça que brota da misericórdia e busca a reconciliação.

Segundo o Pe. Francisco Almenar, S. J. devemos colocar a nossa cabeça dentro do Espírito de Deus e não pretender colocar o Espírito de Deus dentro de nossa cabeça. A originalidade e a criatividade da nossa vocação humana se faz efetivamente fecunda nesta abertura radical ao Espírito de Deus, que nos ampara e envolve em seu regaço maternal de misericórdia.[3] É o "Meio Divino" para o qual, também, aponta a genial inspiração do Pe. Teilhard de Chardin, S. J.[4]

O "cuidado da casa comum" exige, em primeiro lugar, o "cuidado da alma da humanidade".

Ao longo da história da humanidade muitos caminhos marcaram sulcos fundos, palmilhados por inumeráveis mentes e corações, cujas vidas expressaram e expressam esse cuidado, através das mais diferentes tradições, religiosas e outras. As tradições religiosas podem ser agrupadas, de forma simplificada, em três grandes origens, com múltiplas vertentes:

- **As religiões animistas**, incidindo sobretudo nas expressões religiosas de raízes e matrizes africanas, americanas e australianas, suas formas de xamanismo e outras;
- **As religiões védicas ou sapienciais**, presentes a partir do continente asiático, através do hinduísmo, budismo, taoísmo, xintoísmo e outras; e
- **As religiões abraâmicas ou ético-proféticas**, como o judaísmo, o cristianismo, o islamismo e outras.

Junto às religiões são também sempre lembradas tradições não religiosas. O "cuidado da alma da humanidade" e o consequente "cuidado da casa comum" estão presentes, de múltiplas formas, em toda essa pluralidade da tradição humana, comportando um colorido infindável de caminhos na busca espiritual. Em todos estes caminhos somos surpreendidos por exemplos de testemunhos pessoais arrebatadores e intensos de vivência espiritual.

Frame do vídeo "**Episódio 02: Caminhos de Religação**" Link original: http://**olma**.org.br/2018/08/05/negritude-branquitude/

Frame do vídeo "**El papel del Dalai Lama en el Budismo Tibetano**" Link original: https://youtu.be/zNFfqLYyb4A

Frame do vídeo "**Reconhecimento dos direitos das comunidades cristãs**". Link original: http://www.**jesuitasbrasil**.com/newportal/2019/03/06/em-video-papa-pede-que-rezemos-pelos-cristaos-perseguidos/

[3] - **Anotações de Exercícios Espirituais. (Pe. David Romero, S. J.).**

[4] - **Ver sobre Pierre Teilhard de Chardin, cientista e místico, *Revista IHU On Line*, n. 140, 2005.**

A espiritualidade extrapola os limites das tradições religiosas, sendo impossível ser abarcada por elas, mesmo que se manifeste através delas.

Ela é a abertura radical à nossa dimensão espiritual, que repousa no Espírito de Deus e sua justiça, que é misericórdia e reconciliação. Na tradição cristã, a manifestação mais paradigmática da espiritualidade foi o momento da "Oração de Jesus de Nazaré", quando o "Céu se abriu" sobre ele, e o "Espírito Santo" o envolveu, ouvindo-se uma "Voz do Céu" que dizia: "Tu és meu Filho Amado" (Lc 3, 21-22). Ele se encarnava na história humana e em todo o seu envolvimento material, com o fim de regenerar e de lembrar a humanidade das respostas fundamentais que deve ao Espirito de Deus. Esta manifestação se deu num cenário em que Jesus de Nazaré, solidário com os pecadores, se esvazia (Kénosis) totalmente de sua condição para fazer-se um de nós, assumindo a condição dos seres da criação. (Fl 2, 5-9).

https://pixnio.com/nature-landscapes/night/night-space-star-cosmos-exploration-galaxy#

A VIDA REVELADA E QUE SE REVELA

O que faz esta grandiosidade explodir dentro do ser humano? Precisamos reconhecer que, em escala cósmica, somos, junto com o nosso planeta Terra, nada mais do que um pequeno ponto de luz. Toda prepotência material, por mais apurada e sofisticada que seja, é tristemente ridícula, quando não se submete a esta verdade. Só uma coisa nos faz grandiosos: o dom incondicional e gratuito de Deus. **Tornamo-nos grandiosos na medida de nosso agradecimento.** É o que nos converte para a saída de nossas ridículas amarras e querelas. É o caminho para que os progressos e avanços sofisticados, inovadores e inteligentes da humanidade, passem a estar efetivamente a serviço da nossa vida e da vida de tudo que nos envolve.[5]

Fazendo um atalho, poderíamos concluir que existem, com certeza, muitos caminhos ou canais, mais ou menos conhecidos e desconhecidos, de acesso à revelação da humanidade à própria humanidade...

[5] - **Anotações de Exercícios Espirituais. (Pe. David Romero, S.J.).**

Indico com os parágrafos iniciais que o meu foco, neste artigo, tem o seu recorte limitado próprio, a partir da visão cristã, na qual vivo e convivo. Não cabe aqui, também, nenhum esforço comparativo ou descritivo das diferentes características. O que interessa é a profunda contemplação e reverência frente a toda busca infindável da humanidade por ela mesma. Fazendo um atalho, poderíamos concluir que existem, com certeza, muitos caminhos ou canais, mais ou menos conhecidos e desconhecidos, de acesso à revelação da humanidade à própria humanidade, como está expresso na fórmula genial de definição da missão de Jesus Cristo, desenvolvida pelo teólogo alemão Karl Rahner.[6]

A própria experiência humana é um atalho para tal. Os seres humanos crescem em sensibilidade ao longo da vida. O convívio na casa comum faz com que nos humanizemos e nos tornemos mais justos. As experiências são evidentemente, diversas e, mais ou menos, felizes. Alegramo-nos quando esta sensibilidade transpira sereno contentamento. Preocupamo-nos quando esta sensibilidade vem revestida de expressões de amargura e dor fundadas no sentimento de injustiça sofrida ou nas reminiscências de algum passado odioso. É difícil penetrar no mistério da existência humana. O que é certo é que a sensibilidade parece crescer em todos os sentidos.

https://pixabay.com/pt/photos/tempo-relógio-hora-minutos-1485384/

O sol refulge ao entardecer da vida! Ou seja, quando estamos mais envelhecidos, vivenciamos uma etapa na vida em que algumas dimensões mais profundas do existir tendem a assumir mais importância. Na vida aprendemos a amar e o amor constrói eternidade. É muito lembrada a frase da escritora Adélia Prado: "O que a memória ama fica eterno".[7] A nossa memória nos ajuda a construir uma bela narrativa de nós mesmos, que nos amarra com a eternidade e nos livra ou faz esquecer os elementos e eventos em sua dimensão de aniquilamento no tempo. "A memória esquece não por ser fraca, mas por ser sábia", afirma o saudoso educador Rubem Alves (2013).[8]

A FÉ QUE TRANSBORDA

Talvez a humanidade tenha que reaver e reaquecer mais a memória da sua fonte originária! A nossa fé ajuda a manter vivas as nossas limitações históricas e a capacidade de nos projetarmos ao encontro de nossa originalidade e da origem de tudo. Em 31 de agosto de 2012 faleceu o Cardeal Carlo Maria Martini, S. J. O seu testemunho espiritual foi o de alguém que apresentava uma "fé que transborda fronteiras". Inspiro-me no teólogo Faustino Teixeira[9], ao formular esta frase e destacar que foi de um tremendo simbolismo o fato de o Cardeal Martini ter escolhido Jerusalém como sua morada, depois de ter-se tornado emérito como Arcebispo de Milão. A cidade de Jerusalém é considerada, por Martini, como a cidade "do seu primeiro amor", a cidade onde "Deus toca o mundo", a "cidade da paz", na qual se escancara também a dura percepção de que o trabalho

6 - Ver sobre Pe. Karl Rahner, S. J. sua teologia e espiritualidade na *Revista IHU On Line* n. 446, 2014.

7 - https://www.asomadetodosafetos.com/2012/07/o-que-a-memoria-ama-fica-eterno.html

8 - ALVES, Rubem. *Lições do velho educador*. Campinas: Papirus, 2013.

9 - http://amaivos.uol.com.br - 2015 - "Uma fé que transborda fronteiras".

em favor da paz envolve, sempre, um "processo doloroso". A ida de Martini tornou-se um espaço simbólico no qual ele mostra, em sua radicalidade, como foi um homem de um tremendo vigor espiritual. Este mesmo espírito, ao longo de toda a sua trajetória, soube elevar Martini, acima de querelas mesquinhas. Soube, também, fazer com que enxergasse, com dor, mas com fé, a "cidade da paz", no meio de um turbilhão de não transparências, tensões, conflitos e ódio entre grupos religiosos e outros grupos.

A partir desta sugestiva reflexão sobre o testemunho do Cardeal Martini, podemos concluir que espiritualidade é, também, fidelidade na dor. Talvez seja o testemunho mais radical de fé. É uma forma de martírio, às vezes no anonimato, vivido por muitas pessoas. É o mesmo amor que impulsionava Jesus a ir a Jerusalém, onde a casa do seu Pai havia se tornado um covil de ladrões e onde ele seria rejeitado e condenado pelos poderes humanos. São as lágrimas de Jesus sobre Jerusalém (Lc 19, 41-48).

É o mesmo amor que nos torna capazes de não nos escondermos de nossas próprias contradições e fragilidades, onde muitas vezes a "cidade da paz" que somos chamados a ser, foi habitada por um covil de ladrões e usurpadores da eternidade, fazendo de nós instrumentos de mesquinhez e obscuridade. É o mesmo amor que nos traz à memória o amor misericordioso de Deus que gerou e permanentemente gera a vida que nos é confiada em liberdade, clamando pela prática da justiça.

Os ambientes e contextos que simbolizam mesquinhez, vilipêndio humano, obscuridade e injustiça se multiplicam. As "cidades" sobre as quais Jesus chora se tornam incontáveis. O papa Francisco, poucos meses depois de assumir a missão de bispo de Roma e líder máximo da Igreja Católica Romana, num gesto que surpreendeu o mundo, no dia 8 de julho de 2013, visitou a ilha siciliana de Lampedusa, local que testemunha a tragédia cotidiana de grupos de africanos que buscam entrar em território europeu, arriscando a perder a vida na travessia do Mar Mediterrâneo e enfrentando a dura incerteza de um futuro sem retorno e sem perspectivas. Muitos perdem a vida antes de chegar ao destino incerto...

Foto que ilustra notícia **"FRANCISCO vai a Lampedusa..."** Link original: https://br.sermig.org/arsenais/arsenal-da-esperan-a-s-o-paulo-brasil/artigos/francisco-vai-a-lampedusa.html

> *"Vivemos em uma globalização da indiferença", clamou o papa. Ele orou, dizendo: "Peçamos ao Senhor que nos dê a graça de chorar por nossa indiferença, pela crueldade que existe no mundo, dentro de nós e naqueles que, no anonimato, tomam decisões socioeconômicas, a nível mundial, que levam a dramas como este".*[10]

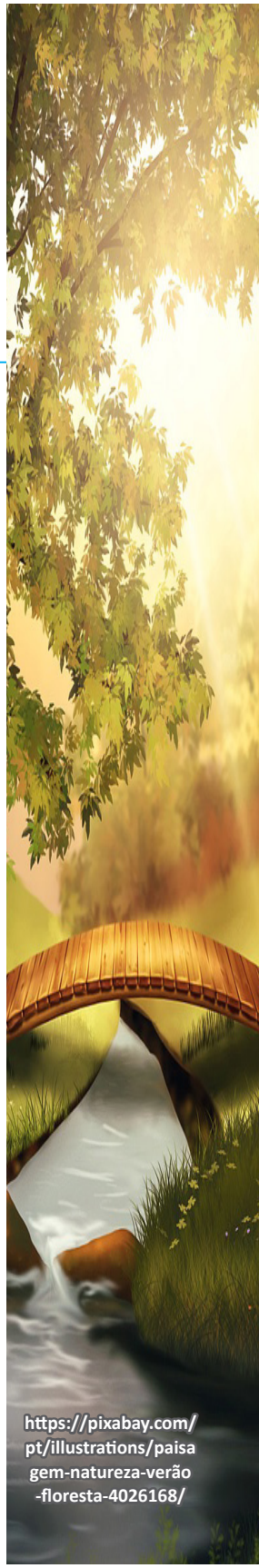
Vivemos tempos em que parece que a humanidade e a Igreja ficaram surdas aos apelos de Deus e de sua justiça, clamando: "onde estás; onde está o teu irmão"? (Gn 3,9; 4,9). A "globalização da indiferença" está associada a uma globalização da

[10] - http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/papa-denuncia-indiferenca-global-diante-da-tragedia-da-imigracao.html

"arrogância e da autossuficiência". Como está expresso de diversas formas na Encíclica *Laudato Si'* (2015), do papa Francisco, o ser humano continua explorando de forma irresponsável e exaustiva a terra que lhe foi confiada. Não está sendo cuidadoso.

Não está respeitando o mandato do Espírito de Deus, que reservou ao ser humano a missão de "cuidar do seu jardim" e "compartilhar os seus frutos".

Vivemos tempos em que parece que a humanidade e a Igreja ficaram surdas ao apelo de Deus com relação à própria responsabilidade originária por todos os dons da vida.[11]



https://pixabay.com/pt/illustrations/paisagem-natureza-verão-floresta-4026168/

TRÊS PERGUNTAS ORIGINÁRIAS

"Onde estás"?
Foi assim que Deus interpelou Adão (Gn 3,9).[12]

"Onde está o teu irmão"?
Foi assim que Deus interpelou Caim (Gn 4,9).

"Como está a criação"?
Assim interpela Deus a humanidade, não deixando que ela esqueça seu mandato de cuidar de tudo (Gn. 1, 26-31; 2, 15).[13]

As perguntas ressoam na Bíblia Cristã. O seu sentido ressoa, também, nos textos sagrados das outras tradições. Deus interpela a humanidade, que se esconde de si mesma acovardando-se na indiferença. Deus interpela a humanidade, ao longo de toda a história e interpela através de todas as religiões. São perguntas que ressoam no universo, desde os primórdios da humanidade. São perguntas que a humanidade formula a si própria. Adão se escondeu. Caim matou Abel. A humanidade se esqueceu.

A interpelação do Espírito de Deus é dirigida à humanidade que se esconde, à humanidade que mata e à humanidade que se esqueceu de sua condição mais original e divina, que é o cuidado da própria criação. A interpelação é dirigida a cada um/a de nós que fazemos parte desta covardia, desta mortandade e deste esquecimento vergonhoso. São perguntas de um Deus Justo que depositou sua confiança radical e incondicional na nossa liberdade.

Esta interpelação divina assume toda a sua radicalidade quando aprendemos, como nos ensina a tradição cristã, que tudo é dom e graça de Deus. Somos frutos da sua misericórdia. O amor incondicional de Deus deveria mexer tremendamente conosco. Adão não suportou esta consciência e se escondeu! De muitas formas e através de muitas iniciativas a humanidade demonstrou que ouviu o apelo. No entanto, as perguntas de Deus colocam em cheque a própria humanidade, quando ela dá claras mostras de que esqueceu de seu mandato original e se põe a tratar de forma irresponsável o seu próprio meio de vida e existência e o meio de vida e existência de todos os seres viventes. As três perguntas apelam para a justiça!

11 - ***"A dignidade da pessoa humana e o bem comum estão por cima da tranquilidade de alguns que não querem renunciar aos seus privilégios. Quando estes valores são afetados, é necessária a voz profética"***. **(EG 218).**

12 **- Interpelação originária dirigida à humanidade de todos os tempos, que se esconde, envergonhada de si mesma.**

13 **- No que se refere a Gn. 2, 15 e, especialmente, Gn. 1, 26-31, em termos teológicos "o ser humano na criação" está abordado de forma muito detalhada e profunda por Cirne (2013, p. 82-89).**

A ESPIRITUALIDADE QUE PRECISAMOS

A pergunta é:

Como reencontrar a nossa capacidade de ser e de sermos humanos? Como contribuir para a superação do abismo da desigualdade socioeconômica e suas implicações sociais, culturais e ambientais? Como cuidar da nossa casa comum? De que necessitamos para restabelecer a humanidade por dentro?

Precisamos de uma espiritualidade que nos mude, radicalmente, em nossas práticas. Que nos faça retomar o verdadeiro caminho da justiça. Leonardo Boff, em "Reflexões de um velho teólogo e pensador" (2018) nos aponta que:

Foto de Leonardo Boff. Link: https://www.flickr.com/photos/culturaargentina/16175154243/sizes/c/

> *A singularidade de nosso tempo reside no fato de que a espiritualidade vem sendo descoberta como dimensão do profundo do ser humano, como o momento necessário para o pleno desabrochar de nossa individuação e como espaço da paz no meio dos conflitos e desolações sociais e existenciais* (BOFF, 2018, p. 166).

A espiritualidade é geradora de mudança interior. O autor nos lembra um pensamento radical do grande líder religioso oriental Dalai Lama: *"Espiritualidade é aquilo que produz dentro de nós uma mudança"! ("Se não produz em você uma transformação, não é espiritualidade"!).*

Foto de Dalai Lama: por Christopher Michael. Disponível em: https://www.flickr.com/photos/cmichel67/14481761838/sizes/c/

O autor comenta esta frase, afirmando que existem mudanças e mudanças. O ser humano é um ser de mudanças, pois nunca está pronto. No entanto, há "mudanças que não transformam sua estrutura de base" e há mudanças que são verdadeiras transformações *"capazes de proporcionar um novo sentido à vida ou abrir novos campos de experiência e de profundidade, rumo ao próprio coração e ao Mistério de todas as coisas. Não raro é no âmbito da religião que ocorrem tais mudanças. Mas nem sempre"* (BOFF, 2018, p. 165-166).

Esta manifestação pelo valor da espiritualidade, como força regeneradora, está amparada no próprio grito do autor, que nos diz: *"vamos criar juízo e aprender a ser sábios e a prolongar o projeto humano, purificado pela grande crise que seguramente nos acrisolará"* (BOFF, 2018, p. 158). Acrescenta:

> *Incentivam-nos as escrituras judaico-cristãs: "Escolhe a vida e viverás"* (Dt 30, 28), *e Deus se apresentou "como o apaixonado amante da vida"* (Sb 11, 24). *Andemos depressa, pois não temos muito tempo a perder* (BOFF, 2018, p. 159)[14].

[14] - Cirne (2009, p. 191-197), com o subtítulo "ética ambiental e espiritualidade" fala em uma verdadeira conversão do ser humano. Refere dois caminhos paradigmáticos importantes na tradição cristã: a herança espiritual de Francisco de Assis, conhecida sobretudo pelo famoso "Cântico das Criaturas", que expressa o louvor ao Deus altíssimo, a humanidade que se faz irmã das criaturas e o respeito e admiração por todo o mundo criado; e a herança dos Exercícios Espirituais de Santo Inácio de Loyola, no qual o próprio Princípio e Fundamento apresenta um caminho de vida no qual Deus, o ser humano e o ambiente (o mundo) estão intimamente inter-relacionados; encontrar Deus em todas as coisas e todas as coisas em Deus é o grande horizonte na "oração para alcançar o amor" dos Exercícios Espirituais Inacianos.

É um pequeno grito que se soma a infinitos outros gritos, que se levantam em todos os recantos da terra, fazendo coro ao grande e insondável mistério de amor do "**grito regenerador**" de Jesus Cristo. As três perguntas originárias retornam e reboam: *"Onde estás"? "Onde está o teu irmão"? "Como está a criação"?*

A Espiritualidade, que hoje nos é solicitada, é a disposição de nossos corações para buscar os melhores caminhos para a construção de sociedades geradoras de vida; refazer-nos em nossa capacidade de reconhecer o outro em sua dignidade; de nos indignarmos frente às desigualdades escandalosas e inaceitáveis e à situação desumana, vivida, por muitos irmãos e irmãs; de cuidar da vida e dos dons da criação, impelidos pelo amor a toda a vida que pulsará neste planeta Terra, no futuro. É a disposição de sermos no cotidiano: **cultivadores/as de justiça socioambiental.**

A atenção à Amazônia é um símbolo de tudo isto, nestes tempos em que a Igreja Católica se congrega impulsionada pelo **Sínodo Pan-Amazônico**.[15] Em todas essas situações fazem-se necessárias e urgentes, fortes decisões políticas, acompanhadas de processos educacionais intensos; essas situações necessitam do alimento cotidiano da sensibilidade humana, do amor, do testemunho de fé, da esperança espalhadas permanentemente no chão da humanidade, quais sementes silenciosas que germinam na noite obscura de um contexto avassalado pelos radicalismos inócuos e assassinos. Hoje, mais do que nunca, a tríplice pergunta do Espírito de Deus nos convoca para sermos construtores decididos de uma sociedade geradora de vida.

Foto que ilustra a notícia "**#SinodoAmazonico é a hashtag do grande evento eclesial e ecológico",** que fala sobre o Sínodo - grande assembleia convocada pelo Papa Francisco, que será realizada de 6 a 27 de outubro de 2019, no Vaticano -, e seu processo de construção. Link original: http://repam.org.br/?p=2596

https://www.pexels.com/pt-br/foto/silhueta-de-pessoas-99820/

ACENDEDORES DA ESPERANÇA

Como Adão, que se escondeu envergonhado diante da verdade, muitos tendem a encolher-se, "esconder a cabeça" e deixar a onda passar, em tempos de degradação civilizacional como os tempos que vivemos. Além de muito perigoso, pode ser fatal, pois a própria "espiritualidade" tende a ser "des-espiritualizada" e transformar-se no seu próprio veneno mortal, reduzida a fórmulas estéreis viradas num obtuso campo de batalha sem sentido. A onda poderá ser demasiado avassaladora. O projeto humano poderá sucumbir, caso não corrermos e cuidarmos para que os respiradouros essenciais da humanidade se mantenham abertos e desobstruídos.

15 - **O *Sínodo Pan-Amazônico*, anunciado pelo papa Francisco em outubro de 2017, tem o seu momento culminante de encerramento em outubro de 2019.**

É urgente cuidar dos respiros da vida e das chamas da esperança. *"Deixa-me acender cem vezes, mil vezes, um milhão de vezes a esperança, que ventos perversos e fortes teimam em apagar. Que grande e bela profissão: acendedor de esperança"!*[16] É uma frase muito conhecida e muito repetida, que temos como um dos inesquecíveis legados de Dom Helder Câmara. Espiritualidade é cultivo da esperança. Nuvens obscuras, confundindo a visão, são agitadas por ventos perversos e indomáveis, que sopram em todos os espaços e níveis. São ventos perversos porque vêm revestidos de "sopros de esperança", mas resultam em apagadores de esperança. São indomáveis porque gerados na irresponsabilidade de quem não terá condições de dominá-los. Ventos que, portanto, podem estar anunciando caos e descontrole. Não adianta, no entanto, investir contra estes ventos com discursos inflamados e radicais. A verborreia radical de combate já demonstrou amplamente a sua ineficácia, sobretudo, nos "campos religiosos". Assim como a política do avestruz, que "esconde a cabeça" para não ver o desastre passar, pode ser outra perversidade que o "diabo mais gosta".

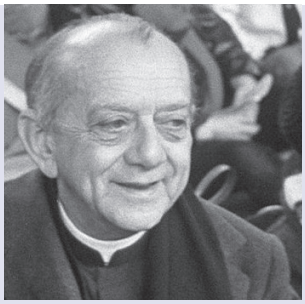


Foto de Dom Helder Câmara. Link: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Hélder_Câmara_(1974).jpg

A história sempre nos ensinou que tempos de dificuldades e de perversões, em geral, foram tempos também de forte manifestação da capacidade humana de superação e de afirmação da esperança. Foram tempos, muitas vezes, de purificação e fortalecimento, gerando, a rigor, mais vida do que morte. Tempos de acrisolamento, como refere Leonardo Boff. Falar em espiritualidade em tempos de radicalismos obscuros é falar em espiritualidade como forma de afirmar, no silêncio, a vitória da vida e da esperança humana. É tempo de colocar a humanidade frente ao próprio espelho humano. É tempo de a humanidade se reconhecer como permanente fruto do amor e da misericórdia de Deus. É tempo de a humanidade despertar para a sua face divina, tão manifesta e tão oculta em todas as tradições religiosas. É tempo de lembrar a humanidade deixar-se envolver pela sua dimensão espiritual, ou seja, pelo Espírito de Deus.

Frei Betto, em uma reflexão sobre "espiritualidade em tempos de crise",[17] afirmava que são tempos que nos apelam para o caminho de Jesus, que anuncia o Deus da vida. O caminho de Jesus é o caminho do grão de mostarda (a menor de todas as sementes), do fermento na massa e da esperança. O caminho de Jesus é o caminho daquele que se esvaziou totalmente de si (Fl 2, 7) para, fraternalmente, estar a serviço da regeneração da vida e da humanidade, por ela mesma. Como foi visto acima, o diálogo trinitário no batismo de Jesus, está posto no contexto do radical esvaziamento (Kénosis) de Jesus de sua condição divina para assumir a sorte de todos os seres da criação.

CULTIVADORES/AS DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

A fórmula perfeita é a que dá conta da proposta de Dom Helder Câmara, quando se apresenta com a profissão de "acendedor de esperança". A história humana está repleta de belos exemplos de acendedoras e acendedores de esperança. Nunca os encontramos nos exércitos das insurgências radicais, muito menos no exército das rotinas apáticas. Nestes meios a negação do humano e a negação do divino tem muito mais chances do que a humanidade e a divindade que habitam em nós.

16 - http://institutodomhelder.blogspot.com/2016/12/idhec-lanca-calendario-dom-helder-2017.html

17 - https://vermelho.org.br/2019/01/13/frei-betto-espiritualidade-em-tempos-de-crise/

Estes/as acendedores/as de esperança se encontram em todos os espaços sociais, mas sobretudo no meio daqueles/as que têm menos a perder, ou porque conseguiram libertar-se de suas falsas seguranças, ou porque nunca puderam ter acesso a falsas seguranças. São acendedores/as da esperança, portadores/as de uma espiritualidade que regenera a humanidade e engendra a prática da justiça socioambiental.

Foto que ilustra material de "Apresentação" do Sínodo referente a etapa "Agir" da metodologia. Link original: http://repam.org.br/?page_id=883

Estes/as acendedores/as de esperança se encontram em todas as pessoas que cultivam em si uma profunda espiritualidade de reconhecimento radical da dignidade humana, por dentro das diferenças étnico-raciais, de religião, de opções de vida. Encontramos acendedores/as em todas as pessoas que cultivam em si a decisão política de jamais transigir com as injustiças sociais e com o descuido com as políticas públicas de realização plena dos direitos humanos e em todas as pessoas que cultivam o cuidado com a mãe terra em todas as infinitas expressões dos dons da criação.

*Esta é a espiritualidade para a qual a humanidade está sendo chamada por uma questão de sobrevivência do próprio projeto humano. É uma espiritualidade de regeneração da alma humana para o "***cuidado da casa comum***", uma espiritualidade transformadora, de promoção da justiça socioambiental. Um caminho fundamental de salvação da humanidade!*

PALAVRAS PARA (NÃO) CONCLUIR

Nestes tempos de degradação civilizacional, em um contexto de total desagregação do ambiente humano de vida, o apelo se orienta para esta espiritualidade regeneradora da humanidade para a prática da justiça. Como estamos falando em degradação, talvez seja necessário cavar muito para reencontrar as verdadeiras soluções. O caminho de solução está no coração. Aprendi isso de líderes de outras religiões e, sobretudo, de pessoas sábias do povo. Quando queremos buscar soluções que sejam humanas precisamos substituir a cabeça pelo coração. O coração está mais próximo do Espírito de Deus. Ele está mais próximo das pessoas e da vida. A cabeça cria muitos subterfúgios, incertezas e máscaras de mentira.

Deixemos que o coração responda às perguntas originárias do Espírito de Deus: *"Onde estás"? "Onde está o teu irmão"? "Como está a criação"?* Parafraseando a referência feita ao Pe. Francisco Almenar, S. J., citada no início deste texto, podemos concluir: É preciso que nosso coração escute o pulsar do coração de Deus! Isto talvez nos ajude a entender a tríplice pergunta do Espírito de Deus.

Referências

BOFF, Leonardo. *Reflexões de um velho teólogo e pensador*. Petrópolis: Vozes, 2018.

CIRNE, Lúcio Flávio Ribeiro. *O Espaço da Coexistência*: uma visão interdisciplinar de ética socioambiental. São Paulo: Loyola, 2013.

FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica Laudato Si'*. Louvado sejas: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus; Loyola, 2015. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si_po.pdf.

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. Do Santo Padre Francisco ao Episcopado, ao Clero, às pessoas consagradas e aos fiéis leigos sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulus; Loyola, 2013. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html.

LGBT+ E SEGREGAÇÃO: ROMPENDO O SILÊNCIO EM BUSCA DE UM LUGAR

Originalmente publicado em 2019.

Diversidade Cristã Brasília

Ana, 28 anos, lésbica.[1]

"Quando eu era criança, perguntava ao meu pai: O que você faria se tivesse um filho homossexual? Ele dizia: 'Falaria para sua mãe, toma aí seu filho.'

No ensino médio, as pessoas comentavam que tinham nojo de mim. Espalharam que eu era lésbica e começou tudo. Onde eu passava, cochichavam e apontavam. Me colocaram o estigma da pervertida. A ponto de as meninas, e alguns homens, não quererem se sentar ao meu lado. Me olhavam com reprovação e desprezo. Até uma lésbica reproduzia isso. Ela fazia questão de dizer, quando me via passar, que eu era lésbica, metida... Nunca entendi porque me achava metida, eu mal falava! Um dia, na aula de DST, o professor mostrou umas imagens de vagina com gonorreia e alguém da turma falou: 'A lésbica da sala deve estar gostando de ver.' Era uma exclusão social. Muitas vezes as pessoas percebiam que eu não estava bem e diziam: 'A lésbica

[1] - **Todos os depoimentos usados aqui são de membros do Diversidade Cristã de Brasília e/ou do Prisma da Fé, ambos, grupos cristãos de acolhida aos LGBT+. Os nomes são fictícios.**

não está bem'. Mas, para eles, eu não era nada. Inclusive, às vezes, eu chorava em público e mesmo os professores não ligavam. Não era invisibilidade, porque me viam. Era ser ignorável. A vida toda, senti que queria me aproximar dos outros, fazer parte daquele meio social, mas não conseguia me integrar, não sabia como. Tinha algo errado comigo, e isso me desesperava. Me achava uma pessoa ruim e queria muito ser boa, para gostarem de mim. Mas estar atraída por mulheres era natural para mim. Se isso era errado, não podia fazer nada para mudar. Então, que caísse logo um raio na minha cabeça e acabasse comigo. Eu pensava: 'Sou assim' e ficava pesquisando livros que falassem sobre isso. Tentava entender porque eu tinha vindo desse jeito. Qual era o sentido?

Eu saía do colégio e começava a pensar em me matar. Entrava no banheiro, deitava no chão e ficava chorando. Até de noite era esse pensamento na minha cabeça, e eu planejava como ia morrer. Então, me convencia de que a vida valia a pena e que, mesmo sendo ruim e toda errada, eu ainda poderia fazer alguma coisa boa na vida. No dia seguinte começava tudo de novo. Eu achava que devia ser perfeita para gostarem de mim e também queria ser útil. Se era tudo uma porcaria, que fosse, ao menos, uma porcaria útil."

INDÍCIOS DE SEGREGAÇÃO

A LGBTfobia é real e preocupante. O problema afetou e afeta a muitos. Durante a Segunda Guerra, 100 mil pessoas foram perseguidas por serem homossexuais. Entre 5 mil e 15 mil, mandadas aos campos de concentração e assinaladas por um triângulo rosa. Várias sofreram com experimentos que buscavam a "cura gay". Hoje, as práticas sexuais e afetivas de LGBTs ainda são crime em 71 países e, em 13, há previsão de pena de morte.

Como no Brasil não há contabilidade oficial sobre homicídios de LGBT+, a ONG Grupo Gay da Bahia procura mapear os dados no país.

Em 2017, ocorreu uma morte violenta a cada 19 horas.

Os números vêm aumentando desde 2000. A ONG afirma também que os grupos mais afetados são gays e transexuais, sugerindo maior oposição social à homossexualidade masculina e mais intransigência com a questão de gênero do que com a orientação sexual. Numa pesquisa recente (*Violência LGBT+ no período eleitoral e pós-eleitoral*), conduzida pela organização de mídia Gênero e Números e financiada pela Fundação Ford, 51% dos entrevistados disseram ter sofrido algum tipo de agressão motivada por sua orientação sexual ou identidade de gênero, entre as eleições do ano passado e março deste ano. Dessas vítimas, 13% sofreram violência física e 94%, verbal, como ameaças e humilhações. Do total de agressões verbais, 38,5% ocorreram no ambiente familiar.

Também falta, no Brasil, um estudo amplo sobre sexualidade e suicídio. Portanto, o Grupo Gay da Bahia começou, em 2016, a recolher dados em páginas de obituários que relatam perfis das vítimas nas redes sociais. Há pouca informação, logo, o problema é subnotificado. Mesmo assim, a ONG registrou 26 casos de suicídio em 2016 e 100 em 2018. Como quem morre e sofre é pouco visível, a culpa da sociedade fica amenizada. De fato, existe aqui uma dupla invisibilidade: a da realidade do suicídio e a da comunidade LGBT+.

Onde encontramos dados comparando os problemas de saúde mental na população LGBT+ com os de indiví-

Proyecto WikiDDHH LGBT+. Creative Commons Genérica de Atribución/Compartir-Igual 3.0
Link: *https://es.m.wikipedia.org/wiki/Archivo:7_M_WikiDDHH_LGBT%2B_03.jpg*

duos heterossexuais e cis[2], vemos as marcas dolorosas da LGBTfobia. Segundo a revista científica *Pediatrics*, o risco de suicídio em LGBTs é seis vezes maior. A situação é pior entre aqueles que vivem em contexto hostil à sua orientação sexual ou identidade de gênero. Desse modo, a pesquisa aponta para a relação entre os índices encontrados e a rejeição social. Outro estudo, realizado pela Universidade de Columbia com adolescentes, afirma que

> *jovens gays são cinco vezes mais propensos a tentar suicídio.*

Ambientes mais abertos à homossexualidade apresentam um número 25% menor de casos. A relevância desses dados aumenta se considerarmos que, segundo pesquisas anteriores, o suicídio é a terceira causa de morte entre pessoas de 15 a 24 anos nos Estados Unidos. De acordo com o psicólogo Mark L. Hatzenbuehler, responsável pelo estudo, a criação de escolas acolhedoras para homossexuais tende a levar à melhora na saúde mental de todos os jovens.

Pesquisa realizada por quatro universidades britânicas e publicada na revista *Archives of suicide research* verificou que 35% dos estudantes britânicos que se declaram gays, lésbicas ou bissexuais tentaram suicídio. Além disso, 65% praticaram automutilação. Entre heterossexuais, 14% tentaram se matar e 41% se automutilaram. A partir da análise dos dados, os resultados foram associados ao comprometimento da autoestima resultante da discriminação. A Universidade de Milão-Bicocca reuniu 35 estudos acadêmicos, com amostra de quase 2,5 milhões de adolescentes entre 12 e 20 anos, de 10 diferentes nacionalidades. A conclusão publicada no jornal Jama Pediatrics é que o suicídio representa a segunda causa de morte entre adolescentes em todo o mundo. Os transexuais têm um risco 5,77 vezes maior que os demais jovens; os bissexuais, um risco 4,87 vezes maior; e os homossexuais, 3,71 vezes maior. Os pesquisadores associam os dados a fatores como isolamento, exposição à violência e estigmatização, tanto autoinfligidos como infligidos por outros. Por fim, um estudo norte-americano centrado tanto em adolescentes gays e lésbicas que tiveram contato sexual com o sexo oposto quanto em quem se identifica como heterossexual, porém já se aproximou sexualmente de pessoas do mesmo sexo, mostra que a propensão ao comportamento suicida aumenta entre aqueles que são vítimas de *bullying*, foram forçados a fazer sexo ou escondem sua orientação sexual. Os resultados publicados no *American Journal of Preventive Medicine* indicam que jovens com orientação sexual discordante sofrem com conflitos por medo da rejeição da família e de amigos. Quase metade deles tem pensamentos ou comportamentos suicidas.

Apesar desse triste cenário, a batalha contra a discriminação conta com algumas vitórias. No Brasil, o movimento LGBT+ é recente, começou nos anos 70, mas só se fortaleceu na década de 80. Em 2004, nasceu, da união da sociedade civil organizada com o Governo Federal, o programa *Brasil sem homofobia*. Sob a responsabilidade do programa, em 2008, realizou-se a primeira Conferência Nacional LGBT no país, colocando em pauta os Direitos Humanos e a necessidade de políticas públicas para um efetivo combate à segregação. Nos últimos anos, a luta contra a LGBTfobia ganhou espaço midiático e social. Conquistamos o direito à adoção de crianças, graças a uma deci-

2 - Pessoas cis são aquelas que se identificam com seu sexo biológico, diferentemente das pessoas trans, cuja identidade de gênero não coincide com o sexo biológico.

são jurídica de 2010. Devido a um decreto presidencial de 2016, transexuais e travestis podem usar, oficialmente, seus nomes sociais. A união estável entre casais homossexuais foi aprovada no Supremo Tribunal Federal em 2017. A vitória mais recente foi a decisão do STF de igualar os crimes de racismo e homofobia. No âmbito internacional, desde 1990 a OMS deixou de classificar a homossexualidade como patologia. A transexualidade continua a ser uma enfermidade, registrada como Transtorno de Identidade de Gênero. Entretanto, saiu do rol das doenças mentais e passou a constar numa categoria específica, a de Transtornos Sexuais.

No âmbito do Direito Trabalhista, em 1958 o combate contra a discriminação das minorias já alcançava uma grande conquista. Observando dicotomias regionais, surgiu a necessidade de um acordo internacional para que diferentes países tivessem uma legislação comum para proteger indivíduos discriminados. Com isso, a Organização Mundial do Trabalho (OIT), braço da ONU, aprovou a Convenção nº 111 sobre discriminação em matéria de emprego e ocupação, que dois anos depois já vigorava nos mais de 150 países signatários. O Brasil a regulamentou pelo Decreto Legislativo nº 104, vigente desde 1966. A Convenção nº 111 versa sobre igualdade de oportunidades ou de tratamentos no trabalho, bem como acesso à formação profissional. Cada país signatário se comprometeu a fomentar ações para que a segregação fosse reduzida e até erradicada. Ficou estabelecido que os agentes políticos deveriam assegurar a aplicação da Convenção por meio de leis, de atividades para promover conscientização e do apoio a quem sofreu preconceito. Embora a Convenção não trate, preferencialmente, da homofobia, também seríamos beneficiados.

Os ganhos legais podem dar algum respaldo àqueles que vivem à margem, mas o status histórico-cultural acabou respingando no status legal. *Em Cidadania Sexual: Estratégia para ações inclusivas*, Adilson José Moreira cita, por exemplo, que as melhores oportunidades de emprego ainda ficam com os grupos majoritários. Muitas instituições perpetuam a opressão e geram desigualdades através de mecanismos excludentes. Assim, impede-se, inclusive, que as minorias tenham força política para transformar a situação. Apesar da Convenção nº 111 e do princípio constitucional da igualdade, não há equiparação salarial entre homossexuais e heterossexuais. A regulação social da sexualidade gera preconceitos como, também, no caso da não equiparação salarial entre homens e mulheres. A resistência à mudança é grande, pois, como ressalta Moreira (2017),

> *a desconstrução de paradigmas culturais implica o questionamento da posição social dos grupos dominantes - um grande motivo para que defensores da política da "virtude moral" afirmem que a igualdade de direitos para minorias sexuais ameaça a sociedade.*

Não é apenas no campo das leis trabalhistas que precisamos fortalecer diariamente cada direito conquistado. Apesar de a homossexualidade não ser mais considerada doença pela OMS, a Resolução do Conselho Federal de Psicologia que impede a "cura gay" enfrentou litígio judicial recente. As chamadas *Terapias de Reversão Sexual* visam à (re)orientação sexual do indivíduo. O que sabemos desses "tratamentos", geralmente realizados com o apoio de igrejas, é que não curam nada e ainda aumentam o risco de problemas como depressão, ansiedade e suicídio. A recente criminalização da homofobia pelo STF corre o risco de ter seus efeitos amenizados por uma nova lei apresentada no Congresso, sob pressão de grupos religiosos. Os discursos de ódio contra os LGBT+ ganharam nova força dentro e fora do espaço virtual desde a última eleição e nada nos leva a crer que o número de mortes produzidas pela segregação diminuirá.

> *Fica claro que estamos longe de sermos os privilegiados por uma suposta ideologia hegemônica de desconstrução da família tradicional. Não somos antagonistas da família tradicional e, obviamente, não somos privilegiados.*

Por enquanto, a maioria dos crimes de LGBTfobia continua sem punição, muitos nem são registrados ou caem nas estatísticas gerais da violência. Lamentamos, pois há uma sólida relação entre crime e punição: *"Se é normal que haja crime, é normal que sejam punidos. A penalidade e o crime são dois termos de um par inseparável. Qualquer afrouxamento anormal do sistema repressivo tem por efeito estimular a criminalidade e lhe conferir um grau de intensidade anormal"* (DURKHEIM, 2000, p. 473).

A PRODUÇÃO DA SEGREGAÇÃO

Pixabay. Livre. Link: *https://pixabay.com/pt/photos/homem-solitário-parque-noite-1394395/*

Pedro, 25 anos, gay.

"Meu pai sempre teve a ideia de que estava me criando como homem, segundo o modelo dele. Sempre fez questão de que eu seguisse seus passos. Desde os 4 anos, eu o acompanhava em viagens e era apresentado como 'o filho homem'. Meu pai tentou me construir como igual a ele, sem melhorias. Ser homem era ser provedor, o macho que não participa de atividades domésticas, que domina a casa e é mulherengo. Nenhum constrangimento sobre infidelidade, muito pelo contrário. Toda mulher deve ser conquistada. Eu tinha desprezo pela forma como ele tratava as mulheres. Tinha uma repulsa total pela masculinidade que queria projetar em mim. Quando me entendi gay, senti muito medo por não corresponder a esse modelo e ao modelo social, apesar da repulsa. Hoje sinto alívio de não seguir esse modelo, mas, na época, não. É o medo de todo LGBT: ser hostilizado, maltratado, relegado. Quando meu pai soube de mim, disse que me amava, mas depois perguntou se não tinha como eu mudar.

Liguei para ele este ano, para saber da vida. Ele estava no bar, bebendo. Perguntou se eu bebia e com quem voltava para casa. Respondi: 'Com ninguém.' Ele falou: 'Sempre volto com mulher para casa. Sou o maior mulherengo da cidade.' Eu disse: 'Você percebe que está falando de trair minha mãe? Isso não é motivo para ter orgulho e sim para ter vergonha.' Então, meu pai respondeu: 'Você é a vergonha da minha vida!' Senti raiva, revolta, indignação. Perguntei: 'Por quê?' Ele cochichou: 'Veado!' Disse bem baixinho. Minha indignação foi aumentando e pedi: 'Fala mais alto.' Aí ele falou bem alto: 'Veado! Odeio veado!' Eu disse: 'Sou seu filho. Você falou que me ama e sou veado.

Então, você me ama ou me odeia?' Primeiro, ele respondeu: 'Te amo'. Repeti: 'Mas eu sou veado.' Eu o confrontei. Aí veio o: 'Te odeio!' Só falei: 'Mas eu te amo.' Depois, desliguei o telefone. Não entendo direito. Meu pai é contraditório. Um dia pede desculpa por dizer que me odeia, no outro fica falando de mulher comigo. Conta que votou para presidente pensando em mim, mas faz piada homofóbica na minha frente. Acho que ele vive uma contradição interna."

O historiador William Naphy, em sua obra Born to be gay: *A history of homosexuality*, apresenta quatro discursos históricos que nos acompanham diariamente em pensamentos e posições. O primeiro se centra na ideia de **natureza humana** e trata de aspectos biológicos - como uma predisposição genética - que seriam o fator principal para definir a atração sexual. Isso não significa que o indivíduo vá atuar, forçosamente, movido por tais aspectos. O segundo discurso evidencia a **cultura**, considerando a educação determinante para que o sujeito seja ou não homossexual. O terceiro, o **essencialismo**, fala de identidades que sempre foram verdadeiras e inerentes aos indivíduos e/ou à condição humana. Por fim, o **construtivismo**, mais relevante em culturas orientais sem fortes conceitos religiosos sobre as atividades sexuais, sustenta que as categorias sexuais foram criadas pelas culturas como forma de classificar e diferenciar os indivíduos. Então, alguém seria homossexual quando assim nomeado. Ou seja, a homossexualidade seria criada pela sociedade ao classificar o comportamento, isolando e dando importância ao critério "gostar de pessoas do mesmo sexo". Em outro contexto, a orientação sexual poderia ser apenas um detalhe da personalidade vista como um todo. A dicotomia dos dois primeiros discursos (natureza e cultura) coloca a questão, sobretudo, no campo do indivíduo e das suas experiências. Já o construtivismo situa o problema na construção social da sexualidade.

Sem pretender que algum desses discursos apresente, sozinho, uma explicação completa sobre a sexualidade humana, queremos dar ênfase à produção cultural de modelos e discriminações. Gilberto Freire, em *Casa Grande e Senzala*, indica que diferentes papeis de gênero eram, comumente, bem aceitos nas aldeias indígenas brasileiras. O atual cenário de preconceito começou a se instalar com a chegada dos europeus e sua religião.

As minorias sexuais sofrem, primeiramente, o efeito do estigma religioso.

O discurso da Igreja clássica sustentou um único modelo de família e conduta sexual como legítimos - além de reforçar a ideia de um rígido binarismo de gênero. Tudo o que se afastava desse padrão foi condenado com um argumento tão impossível de refutar quanto de validar: a Vontade de Deus.

Até hoje, apesar do Estado laico, é o discurso religioso que apoia a homofobia dentro do nosso parlamento.

Um LGBT católico está excluído das vocações mais imediatas. Não pode formar uma família. Não pode pensar numa vida de casal. Não será bem recebido no Seminário. Recentemente, o Sínodo sobre os Jovens abriu uma janela ao incentivar a formação de grupos de acolhimento nas dioceses. Nesse sentido, o Diversidade Cristã de Brasília foi pioneiro na Capital Federal. Nascemos em 2013, com o apoio da Companhia de Jesus. Nossos integrantes são leigos, majoritariamente, católicos, tanto LGBT+ quanto simpatizantes. Nossa vocação é a defesa da pluralidade humana e da liberdade de pensamento, bem como a partilha de experiências e a ajuda e acolhida de quem nos procura, principalmente de pessoas marginalizadas na Igreja e/ou em outros espaços sociais em função da sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Rebeca, 20 anos, lésbica.

"Meus pais são pastores e sempre escutei que era errado ser lésbica, que era pecado, que era do diabo. Eu me reprimi. Aos 16 anos, me apaixonei por uma menina e fiquei desesperada, não sabia o que fazer. Eu neguei. Quando cansei de ficar fugindo, me achei. Planejava contar para meus pais, mas, antes, minha mãe mexeu nas minhas coisas e descobriu uma carta. Meu pai leu todos os versículos da Bíblia que falavam de prostituição. Ele fazia um parêntese e dizia: 'Quanto mais o homossexualismo!' Minha mãe falou que eu a traí, comparou com doença, se perguntou onde tinha errado, disse que eu iria para o inferno. Ela falou que iam se matar. Perguntei: 'Você prefere a notícia Casal de pastores se suicida à notícia Filha de pastor é lésbica?' Quando me mudei, minha mãe pediu para que eu tomasse cuidado para não envergonhá-los. É uma preocupação com a imagem! Com meus pais ainda falo, mas cortei os laços com o resto da família. Não vou nem no Natal. Já ouvi até: 'Não quero que minha filha cresça com essas influências.'"

Marche des Fiertés Paris. CC0 1.0 Universal Public Domain Dedication
Link: *https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Marche_des_Fiertés_Paris_30_06_2018_01.jpg*

Ao discurso religioso se somou o médico. Tudo diferente da relação heterossexual com fins reprodutivos foi qualificado como perversão, um desvio da norma natural. Dessa visão nasceram hostilidades e atitudes violentas da mesma dimensão daquelas despertadas pela regulação religiosa. O homossexualismo[3] foi classificado como doença mental, dando início a uma série de abusos de instituições psiquiátricas, frequentemente usadas mais para ocultar vergonhas do que para propiciar o alívio de sofrimentos. Contrapondo-se a essas ideias, Freud sustentou que a sexualidade humana não tem um objeto preestabelecido, não é instintiva nem orientada para a reprodução. A natureza está perdida como modelo regulador de uma vida sexual enlaçada à cultura. A psicanálise supera hipocrisias para afirmar o óbvio: a sexualidade humana não encontra sua referência na reprodução e sim na busca pelo prazer. Essa meta não atende

[3] - O sufixo "ismo" está relacionado à patologia. Portanto, a palavra " homossexualismo" ficou associada ao período no qual a relação sexual-afetiva entre pessoas do mesmo sexo era considerada enfermidade. Hoje, usamos o termo "Homossexualidade" para enfatizar que se trata de um comportamento, não de uma doença.

a um modelo universal, mas às particularidades de cada indivíduo. Além disso, o prazer atravessa todos os espaços de vida do sujeito. Diante desse polimorfismo, a sexualidade será desviante com relação a qualquer padrão preestabelecido. O desvio lhe é próprio, não uma enfermidade sofrida por certos grupos. Sendo o prazer o alvo sexual, o objeto desejado é tão indeterminado quanto as possibilidades de satisfação. Freud, inclusive, falou de uma bissexualidade primária, pois nada estaria previamente definido. Só a partir do lugar que o sujeito ocupará na sua realidade, certos objetos vão se tornar privilegiados e outros, excluídos. Sob essa perspectiva,

apenas a coerção social faz com que as perguntas sobre a origem da homossexualidade sejam mais pertinentes do que as sobre a origem da heterossexualidade.

Da mesma forma, para Freud, os papeis associados ao gênero são construídos por cada um de modo ímpar, de acordo com uma série complexa de identificações parcialmente conscientes. O debate iniciado pela psicanálise contribuiu para a mudança radical no discurso médico sobre a vida sexual.

Se existe a criação cultural de um modelo ideal de sexualidade, também existe a produção social da segregação.

As pessoas não nascem preconceituosas, há uma construção da LGBTfobia.

Ficamos presos num ciclo vicioso, pois cada geração é educada segundo os valores daquela que a precede e, assim, tanto a discriminação quanto antigos paradigmas são transmitidos. Entretanto, diante de um presente em constante transformação, o passado imutável não costuma ser uma resposta satisfatória, ou mesmo viável. Pensar no aprendizado do preconceito aumenta nossa preocupação com o atual projeto educacional do Brasil. Afinal, o Governo Federal defende uma escola que coíbe qualquer questionamento sobre temas como sexualidade ou gênero, oculta diversidades e, o pior, silencia indivíduos. LGBTs ouvem, desde a infância, que há um padrão sexual único e correto. Sentimos que nos falta voz e lugar social. Por isso, sofremos com um constante medo da rejeição e com a permanente insegurança diante da aceitação do outro. Esse estado está diretamente associado aos suicídios em LGBTs, o que já justifica nossa apreensão.

Por que criar o preconceito? A explicação de Freud sobre o funcionamento dos grupos nos ajuda a entender. Segundo ele, um grupo consiste numa série de indivíduos que se identificam entre si por adquirirem um traço psíquico comum. Esse traço é a adesão a um mesmo modelo, então eleito como o ideal de todos. Assim, nascem dois tipos de vínculos sociais. O primeiro, vertical, é estabelecido com o modelo por meio da idealização. O segundo, horizontal, constitui o laço entre os integrantes do grupo através da identificação. Por exemplo, na Igreja os fieis escolhem Cristo como ideal e se identificam entre si, tornam-se irmãos em Cristo – um só corpo do qual Deus é a cabeça. Na nossa cultura, a família tradicional e os papeis definidos no seu interior foram historicamente eleitos como um modelo nuclear para a construção do tecido social. O primeiro espaço no qual nos inserimos é a família, frequentemente apresentada como um padrão único que determina rigidamente o lugar de cada um de seus membros. Ao se perceber incapaz de aderir a esse molde, o LGBT+ vê seus laços tanto com um ideal culturalmente consagrado quanto com a parcela majoritária da sociedade afrouxados: não fazemos parte, estamos do lado de fora.

A violência de um grupo diante de quem não adere ao seu ideal é proporcional à força necessária para conservá-lo.

Por exemplo, Hobsbawm, quando trata da formação dos Estados nacionais, fala da potência agregadora do "inimigo comum". Ele funciona como um antimodelo compartilhado que reforça padrões e vínculos. Todos se unem em defesa de sua bandeira. Quem não pertence ao grupo

Pxhere. CC0 Public DomainLink: *https://pxhere.com/pt/photo/661801*

ameaça seu paradigma que poderia, assim, ser questionado, relativizado, superado. A sociedade luta pela manutenção do status quo, a maioria quer garantir seu lugar privilegiado. A família tradicional, e tudo que ela representa, precisa estar assegurada. Então, igrejas enfatizam a relação entre pecado e sexualidade; o governo transforma os estudos de gênero em ideologia proibida. Enquanto declara guerra às minorias, a maioria fortalece seus vínculos internos. Segundo Freud, quanto mais os sujeitos destinam sua agressividade para fora do grupo, menor será a chance de ela irromper no seu interior como força desagregadora. Um paradoxo: a segregação que visa a proteger e eternizar um padrão de família termina minando a estrutura dessas mesmas famílias. O aparecimento de um gay no seio de uma família homofóbica faz com que o preconceito se volte para dentro e destrua vínculos entre parentes.

Paulo, 18 anos, gay.

> *"Meus pais nunca foram homofóbicos. Sempre me deram abertura e me apoiaram. Eles, minha irmã e eu sempre tivemos um pilar familiar muito forte. Foi essencial para eu sair do armário e continuar feliz sendo quem sou. Durante um tempo, mantivemos minha orientação sexual entre nós. Sempre rolaram fofoquinhas na família, mas só falei na última eleição. Disse: 'Vocês apoiaram uma pessoa que quer me ver morto ou sumir comigo só porque sou gay!' Aí surgiu a 'palavra' e eles souberam mesmo. Meus tios e tias se afastaram. Meus pais perceberam uns comentários idiotas. Por exemplo, um tio disse que meu pai nunca teve filho, mas duas filhas. Quando começaram essas 'brincadeiras', meu pai cortou o laço com a família dele. Depois começou a rolar alguma reaproximação, mas não com todos. Isso dividiu minha família."*

Comumente sofremos com a diluição de vínculos sociais e com a violência de heteronormativos e cisnormativos contra quem não adere ao seu modelo. Além disso, existe a vergonha. Para Freud, ela é um mecanismo psicossocial que aumenta a força dos imperativos culturais, impedindo a satisfação de determinados desejos. A data-símbolo do movimento LGBT+ não é o dia de nenhuma grande vitória, como a aprovação do voto feminino. Na nossa data, lembramos o momento em que alguns perceberam que podiam lutar contra a discriminação, ir às ruas e se mostrar.

A conquista celebrada no Dia do Orgulho Gay é a própria possibilidade de sentir orgulho.

Uma história muito comentada nas redes sociais permite avaliar até onde pode ir a questão. Em Janeiro, Yago "saiu do armário" e se assumiu para os pais, mórmons extremamente religiosos. Depois, postou no Facebook um texto, falando das hipocrisias morais da família e desabafando: "A vergonha da família sou eu, pelo simples fato de ser gay." Dois meses mais tarde, o adolescente se suicidou. Segundo o site Mixturandoweb, a mãe declarou, por telefone, a um repórter: "Prefiro um filho morto a vivo e pecador, seria uma eterna vergonha". Travamos uma batalha pessoal e política para "sair do armário", para sermos visíveis, para não nos escondermos. É uma batalha para sentir orgulho, ao invés da vergonha por não corresponder aos modelos sociais que regulam a sexualidade.

Ao falar sobre suicídio, Marx indica a necessidade de uma cura da sociedade, não do indivíduo. O autor propõe a mudança de modelos vigentes como modo de propiciar melhora nas relações sociais. Temos esperança de que uma transformação promova o respeito e a aceitação da diferença. Lutamos para construir um mundo fraterno, e não apenas para a nossa comunidade. Defender o direito à vida e à integridade de LGBTs é uma questão de civilidade, pois devemos defender todo direito humano fundamental. Qualquer exceção é inaceitável, por princípio.

A DOR DA SEGREGAÇÃO

Tiago, 20 anos, gay

"Eu assumi minha sexualidade para minha família aos 16 anos. Depois disso, sempre ouvi que tinha que criar minha independência, sair de casa. Saí quando fiz 19. Comecei a fazer bicos, arrumei emprego. Até que passei por dificuldades. Perdi o emprego e pararam os bicos que eu fazia. Fiquei uns dois meses sem ganhar dinheiro. Comecei a me desesperar, a não ver saída. Decidi pedir auxílio à minha família, apesar deles terem me dito para sair de casa e terem se afastado de mim. Falei com minha irmã mais velha, expliquei minha situação. Ela disse que não ajudaria, para eu pedir ajuda para os meus 'amiguinhos'. Falou para não procurar mais a família. Se eu precisasse morar na rua, então, moraria. Acabei me desesperando mais ainda, por não ter nenhum auxílio de família. Eu acreditava que não era importante para ninguém. Ninguém se preocupava e não tinha saída. Foi quando tentei suicídio, cortei os pulsos. Um amigo me achou e fui parar no hospital. Assim que saí, conheci o Diversidade Cristã e o Prisma, e eles me ajudaram a pagar os alugueis atrasados e a conseguir um emprego. Isso me deu uma estabilizada na vida e consegui ir adiante. Não gosto de falar dessa história. Estou melhor."

DIVERSIDADE CRISTÃ
BRASÍLIA

Ao reunir e examinar uma série de dados sobre suicídio no fim do século XIX, Émile Durkheim (2000) concluiu que

> *a morte autoinfligida não se relaciona apenas a problemas particulares, mas também a características sociais, às conexões entre indivíduo e sociedade.*

Conforme verificou, as taxas de suicídio tendem a ser mais pronunciadas quando o nível de integração social em determinado grupo é particularmente baixo ou particularmente alto. Ou seja, a saúde mental depende do equilíbrio nas relações do sujeito com a sociedade. O importante é a qualidade e a intensidade dos vínculos que mantêm o indivíduo entrelaçado ao grupo. O autor menciona, em O Suicídio, três cenários propícios para o suicídio. Simplificando:

- **1) Suicídio egoísta.** Motivado pelo isolamento excessivo do indivíduo com relação à sociedade. Ocorre como efeito da falta de integração, pela carência de vínculos sólidos com o grupo. Em outras palavras, existem poucos laços sociais para impedir que o sujeito se mate.

- **2) Suicídio altruísta.** Caso oposto ao do suicídio egoísta, o indivíduo está demasiadamente ligado à sociedade e a seus padrões. Comum entre sujeitos oprimidos pelo controle social, os quais ou se sacrificam pelo grupo ou se veem sem saída diante da falta de perspectivas individuais.

- **3) Suicídio anômico.** É efeito de um choque entre as normas sociais e os objetivos do indivíduo. O sujeito não se identifica com o modelo social e, portanto, não absorve os limites morais impostos pelo grupo. Seu desejo fica desregrado, tornando-se ilimitado e insaciável.

Num uso livre da teoria de Durkheim, diremos que, por não corresponder ao padrão cultural da sexualidade, a comunidade LGBT+ está mais vulnerável às três situações de risco acima descritas. O bem-estar exige certa congruência entre as exigências do grupo, as expectativas pessoais e o meio para alcançá-las. Isso é difícil quando alguém se encontra diante de um modelo social ao qual não se adapta. Inclusive, podemos estabelecer uma correlação entre as condições propícias para o suicídio descritas pelo autor e três[4] saídas para um LGBT+ diante da incapacidade de aderir ao ideal representado pelo casal heterossexual reprodutivo. Na **primeira**, a pessoa se mantém frustrada pela impossibilidade de reproduzir o modelo, isola-se, e decresce seu interesse na vida comunitária. Na **segunda**, ela continua tentando se inserir no retrato perfeito, sem jamais se sentir adequada, além de abrir mão de grande parte da sua satisfação. Na **terceira**, o indivíduo rompe com o protótipo, perdendo, simultaneamente, um referencial de conduta seguro e um forte elemento de manutenção dos vínculos sociais.

Falamos de suicídio por ser um caso-limite de padecimento psíquico e por seus altos índices entre LGBTs. Evidentemente, nem sempre o sofrimento leva a esse extremo. Encontramos na comunidade todos os graus de ansiedade, depressão e até uma minoria sem nenhuma doença psicológica. Associamos esse quadro à segregação produzida na sociedade. Precisamos olhar, agora, para uma das facetas mais duras da discriminação: aquilo que recebemos do outro se instala em nós mesmos.

Recentemente, Michael Hobbes publicou um longo artigo no Huffpost, *Epidemia de solidão gay.* O texto foi escrito a partir da análise dos problemas atuais de homens homossexuais nos Estados Unidos e nasceu de uma surpresa: a situação não melhorou nas últimas décadas tanto quanto seria esperado. Apesar da maior aceitação e dos direitos conquistados, os índices de depressão, solidão e abuso de substâncias entre gays não mudou com relação ao fim do século XX. Além das altas taxas de suicídio, gays são duas vezes mais propícios a episódios depressivos graves. Na Holanda, continuam três vezes mais suscetíveis a transtor-

[4] - Existe ainda uma quarta possibilidade, o recalque generalizado da vida sexual. O sujeito, então, desviaria todas as suas expectativas de satisfação para áreas nas quais não há choque de ideais. Obviamente, o custo dessa saída é alto e sua viabilidade não depende de um simples esforço consciente.

nos de humor e dez vezes mais propensos a se automutilarem, ainda que o casamento homossexual seja legal desde 2001. Na Suécia, há união civil desde 2009; contudo, homens homossexuais se suicidam três vezes mais do que homens heterossexuais. Hobbes conclui que

> *carregamos o armário conosco ao longo da vida, e o preconceito internalizado também adoece.*

Além do problema da discriminação, comum a todas as minorias, os LGBTs sofrem com a invisibilidade. Passamos longos períodos de conflito dentro do armário, isolados. Antes mesmo de sermos xingados, ajustamos o comportamento para não parecermos bichas, para nos ocultarmos. Antecipamos a discriminação automaticamente. Estar no armário não é racional. Sentimos preconceito até diante do espelho. O sujeito identificado com o agressor converte o discurso social num imperativo emitido por ele próprio, agora, destilando ódio sobre si mesmo. Quando a segregação está internalizada, não há como fugir dela nem da culpa, então, gerada. LGBTs se julgam com a mesma severidade com que receberam as exigências de corresponder ao modelo social. Depois que o armário está dentro, é difícil tirá-lo de lá. Portanto, qualquer debate sobre preconceito precisa incluir as escolas. É preciso falar e ser visto, para minimizar o trauma da exclusão. Ainda que sofra *bullying*, é essencial que a criança não se sinta tão culpada pela agressão.

Michael Hobbes conta que houve um aumento de 37% nos transtornos de humor, 42% no alcoolismo e 48% no transtorno de ansiedade generalizada entre gays norte-americanos em 2004 e 2005. Nesse período, quatorze estados aprovaram emendas constitucionais definindo o casamento como união de um homem e uma mulher. Entretanto, as leis eram simbólicas, os direitos legais não mudaram materialmente. O problema é que, assim, a maioria reafirmava para os homossexuais aquilo que eles já sentiam: vocês não são desejados. Foi uma campanha para fazer sofrer; funcionou. No Brasil, vivemos um fenômeno similar durante a última eleição presidencial. O número de homicídios e agressões contra os LGBT+ aumentava há anos. Entretanto, foi

> *o anúncio da vitória de Bolsonaro que desencadeou um surto de depressão e ansiedade na comunidade.*

O sofrimento foi produzido pela mensagem, anterior a qualquer medida objetiva.

> *Estava confirmada, de modo explícito, a não aceitação da sociedade, que veio fermentar algo mais insalubre, a falta de autoaceitação.*

Outro efeito do armário interior pode ser observado no funcionamento dos grupos LGBT+. Eles, com frequência, reproduzem o padrão de discriminação, retraumatizando quem sai do armário em busca de interação social. A própria comunidade se torna fonte de estresse. Alvos de preconceito tendem a reproduzir preconceito, assim como os que sofreram abuso sexual na infância têm mais chances de abusar, e crianças espancadas, de se tornar adultos violentos. Vítimas, comumente, administram o sofrimento passando da posição passiva para a ativa. Além disso, a repetição é uma força a ser considerada nos fenômenos psíquicos. A identificação com o agressor, que encarna o modelo dominante, vem junto com a interiorização do preconceito. Dessa forma, por exemplo, gays e lésbicas segregam transexuais, assumindo o lugar do que é mais aceito no interior do grupo. A reedição da exclusão acerta quem já foi objeto dela a vida toda e procura a comunidade LGBT+ para se afastar de estigmas e encontrar iguais. É muito humano preferir ser o melhor a ser o igual. Principalmente quando, em geral, o indivíduo se sente o pior. Contudo, agindo desse modo, proliferamos o mal que nos atinge.

Nos últimos dez anos, os espaços tradicionais para homossexuais começaram a desaparecer, substituídos por mídias sociais. Esse ambiente virtual realça as crenças negativas sobre nós mesmos. A maioria dos homens, por exemplo, busca parceiro alto, jovem, branco, musculoso e mascu-

lino. Assim, quase todos se sentem inadequados enquanto o modelo social dominante é reforçado. Quem não se enquadra termina sem respostas, aumentando a sensação de isolamento. Os aplicativos reafirmam a ideia de que LGBTs devem ser tudo o que a sociedade deseja e valoriza. Tentamos ser perfeitos e infalíveis para, assim, sustentar uma autoestima frágil. Portanto,

há necessidade de construir grupos LGBTs comprometidos com a qualidade das relações entre seus integrantes.

Caso contrário, correndo atrás de metas inatingíveis, no fim do caminho nos espera a confirmação do nosso fracasso social.

IGREJA E SEGREGAÇÃO

Maria, 31 anos, lésbica

"Eu entrei num grupo de jovens da igreja convidada. Disseram que meu nome foi indicado por oração e discernimento. Fiquei muito feliz! Participei por uns dois anos. Nesse grupo, estavam uma ex-namorada e minha namorada da época. Descobriram que eu namorava com A e, como souberam também da ex-namorada, surgiu a história de que éramos um trio. A história foi aumentando e nós procuramos os coordenadores. Contei: 'Somos homossexuais. Namoro com A, e B é minha amiga.' Primeiro, nos acolheram, mas pediram para conversarmos com o diretor espiritual. Esse padre nos proibiu de comungar. Depois, veio um discurso de que nós três não podíamos estar com as pessoas nos retiros. Passava o retiro inteiro na capela, sem contato com as pessoas. Minha namorada ficava na creche, cuidando dos filhos dos membros da equipe. Tínhamos que ficar escondidas. Eu não podia mais ser líder, nem tocar nas missas. Como a fofoca tomou dimensões muito grandes, decidimos assumir para o grupo inteiro. A equipe se dividiu. Uma parte nos acolheu, outra, não. No último retiro em que trabalhei, veio um bispo para Brasília e nos afastou do grupo. Nos quatro dias do retiro, ele ficou falando de pessoas que causam divisão, que isso era coisa do diabo – diabo é divisão. Durante o retiro, o papa Bento XVI renunciou. O bispo disse: 'As pessoas têm que reconhecer quando não fazem bem à Igreja e renunciar.' No último dia, nos chamou e leu o Evangelho da 'mulher adúltera'. Focou nas palavras 'vai e não volte a pecar'. Falou que a Igreja era grande; que nós encontraríamos nosso lugar, mas não ali, pois estávamos dividindo o grupo. Disse que pessoas reclamaram 'que faziam tudo para seguir os mandamentos, mas tinham que conviver conosco.' Fiquei um ano me adaptando a tudo que eles falavam. Evitei sair, ir a boates... Não ia me adaptar mais. Nem esperei o final do retiro, quando anunciariam nossa saída. Não fiquei porque me sentiria mais humilhada. Não queria ouvir pessoas que me odiavam. Passei 2013 afastada da Igreja. Voltei em 2014, por causa do Diversidade. Tive vonta-

Foto que ilustra notícia "Ontem o Porto vestiu-se de todas as cores ". De: Pedro Ferreira. Link: *http://limpa-vias.blogspot.com/2008/07/ontem-o-porto-vestiu-se-de-todas-as.html*

de de conhecer. Na primeira missa, o Evangelho era a 'mulher adúltera'. A homilia foi sobre 'Quem somos para julgar os outros?' Eu permaneci na Igreja e me sinto feliz. No entanto, minha saída do grupo afetou minha vida. Cresci participando da Igreja. Quando me vi longe, tudo me foi retirado de uma vez só. Nem tinha vontade de ir à missa. Naquele grupo todos diziam 'Seja feliz, seja você.' Eu me perguntava: 'Quem é esse Deus?' Ouvir 'Deus te ama', 'Deus te perdoa', às vezes me dá raiva, porque muitos dizem, mas não conseguem ser assim. O ano longe da Igreja foi de muita revolta e indignação. Até hoje há uma preocupação, pois não é em todo lugar que consigo ir à missa. Ficou mais difícil ouvir de alguém 'Deus é amor'."

Conhecemos a doutrina Católica e não acreditamos que ela seja imutável e rígida, caminha segundo a ação do Espírito Santo. A família tradicional representa um modelo válido, mas não único. Numa sociedade diversa, as formas de expressar amor ao outro e a Deus são plurais – a diferença é uma dádiva a ser celebrada. As relações humanas estão em constante movimento e sua transformação não ficou excluída da graça. Entretanto, sabemos que o Magistério da Igreja carrega dois mil anos de tradição; mudanças têm seu tempo de maturação.

Este não é, contudo, um texto sobre doutrina. Falamos de ódio e de segregação. Os LGBTs não são uma ideia, nem uma questão de decisão moral. São parte da realidade humana e seria inconveniente usar idealizações para se sobrepor e ocultar a realidade. Até porque, tais idealizações não constituem fatos teológicos alheios à cultura; assim como Criador e criatura não são instâncias isoladas. Mutável ou imutável, o importante é que a Vontade de Deus é eterna e, portanto, incognoscível. Só temos acesso à parcela dEla revelada no tempo, ou seja, na dimensão humana. Fechar os olhos diante da realidade em nome de algo mais sublime significa, somente, optar pela ilusão e fugir do mistério. A Perfeição nos toca por intermédio do imperfeito.

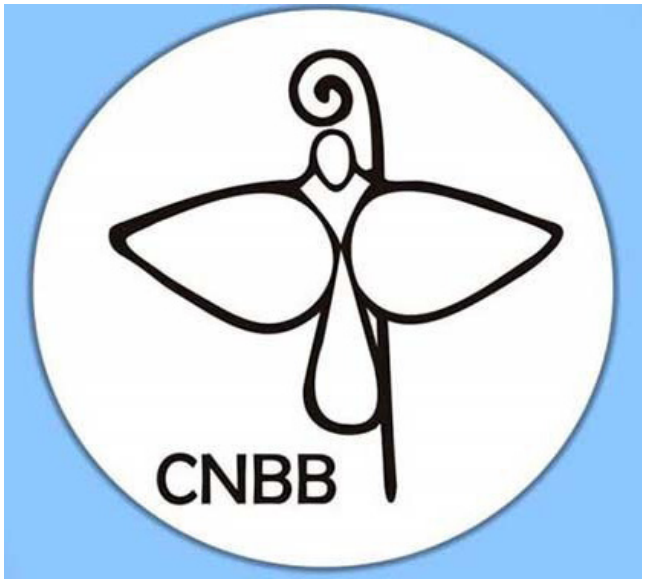
Ocultados sob o peso de modelos ideais, nós, LGBTs, estamos invisíveis e silenciosos para a maioria. Quando nos percebem,

> *ficamos comumente reduzidos à nossa sexualidade diferente ou supostamente pecaminosa e ameaçadora. Assim, tudo que serviria para nos aproximar, para construir vínculos, cai, relegado ao segundo plano.*

Somos filhos e filhas, pais e mães, profissionais, cidadãos, cristãos e, antes de tudo, pessoas amadas por Deus. Quando lembramos o Evangelho, vemos em Cristo a vocação revolucionária para romper muros que separam, dividem, isolam e, por fim, nos afastam do amor ao próximo. A Igreja do amor, ao se calar diante do ódio, é infiel. A Igreja para todos os povos, ao excluir, é infiel. A Igreja fundada sob o perdão de Cristo crucificado, ao julgar mais do que acolher, é infiel. A Igreja do Deus feito homem exige compaixão.

O princípio mais caro aos cristãos é o amor. A Igreja fala em seu nome, e, quando o levamos a sério, torna-se impossível não denunciar os discursos de ódio. Portanto, lamentamos a posição da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil durante o recente julgamento no STF que igualou a homofobia ao crime de racismo. A CNBB lançou nota pública que, embora condene a discriminação, visa a garantir que medidas legais a favor das minorias sexuais não agridam a liberdade religiosa. Segundo o documento: *"A Igreja pede clareza nos processos em curso no Judiciário e Legislativo: a liberdade religiosa, que pressupõe o respeito aos códigos morais com raízes na fé, deve ser compatibilizada com as decisões judiciais relacionadas à criminalização da homofobia."* A preocupação em garantir que instituições religiosas não possam ser processadas por homofobia implica, na prática, que a lei não as inclua. Funcionariam como espaços livres da regra vigente para o resto da sociedade. Assusta-nos pensar que existam dificuldades para compatibilizar os códigos morais da Igreja com uma ação para criminalizar incitação à violência. Não conseguimos entender qual tipo de liberdade religiosa deveria ser salvaguardada de uma lei contra a segregação. O intuito do julgamento no STF era conter atos de ódio e preconceito, não condenar doutrinas.

A Nota da CNBB sobre o julgamento no STF a respeito da criminalização da homofobia despertou questões e inquietudes, ao deslocar o centro do debate. A ação para equiparar penalmente as LGBTfobias e racismo nunca teve como objetivo atacar a liberdade religiosa, garantida pela Constituição. No acórdão do relator Celso de Mello, fica claro que um discurso só se caracteriza como crime de LGBTfobia quando há incitação ao ódio, incentivo à violência e ao menosprezo. A orientação dada aos fiéis a respeito do matrimônio e demais questões relacionadas à família, assim como a não aceitação do casamento religioso entre homossexuais, em si, não implica ódio. Contudo, uma coisa é a doutrina, outra são as formas escolhidas para apresentá-la. Cremos que a Igreja não pretenda se abster de regular possíveis efeitos de pregações mal orientadas. Afinal, nenhum princípio cristão pode resultar na exacerbação de discursos de ódio. (Convite ao diálogo e à reflexão diante da Nota da CNBB sobre o julgamento no STF a respeito da criminalização da homofobia. Carta enviada à CNBB pelo grupo Prisma da Fé).



A Igreja, tendo uma face humana, não está imune aos preconceitos do seu tempo e lugar. Todavia, ela não é, quando se trata de LGBTfobia, somente um agente secundário na produção de atos e palavras de discriminação. Nesse caso, **a Igreja tem protagonismo, pois do seu interior emana parte substancial do discurso de ódio que alimenta a violência da qual somos vítimas**. Na nossa cultura, a religião cristã - junto com a perspectiva médi-

ca - nos fez minoria. Ao apoiar sua narrativa na defesa de um modelo único de família, acabou alimentando a crença de que seríamos inimigos de Deus, de que Ele não nos ama nem merecemos misericórdia. Ouvimos a seguinte declaração de um jovem gay de 23 anos: "Diziam que Deus tinha feito Adão e Eva, o resto não era dEle. Não conseguia mais sair de casa. Tranquei curso, faculdade...

Tudo por medo de um Deus punitivo que não me aceitava. Não me sentia amado por Ele nem pelo grupo."

Ao longo da história, a medicina se reposicionou a respeito da homossexualidade. A Igreja ainda não o fez de modo suficiente. A preocupação expressa na nota da CNBB evidenciou a urgência com a qual essa instituição precisa cobrar responsabilidades pela maneira como se transmite a doutrina e pelos seus efeitos.

Enquanto não combater toda a violência e a discriminação geradas no seu seio, a Igreja também terá o sangue e o sofrimento da população LGBT+ nas mãos. Por isso, estranhamos quando a CNBB pareceu aderir à ideia de uma Igreja "fora ou acima da lei", como se o templo fosse espaço livre para a proliferação dos discursos de ódio que justamente a criminalização da LGBTfobia pretende conter. **Ao se posicionar assim, a CNBB concorda em eximir da responsabilidade legal não apenas a Igreja Católica Romana, mas todas as instituições religiosas.** *Instituições sobre as quais não exerce nenhum poder para cobrar um exercício ético da liberdade religiosa. Na realidade, não há luta eficaz contra a LGBTfobia sem o comprometimento ativo da Igreja.*

Combater o ódio é combater todo ódio. Combater a segregação é combater toda segregação. Ao lutarmos contra a LGBTfobia, não estamos falando apenas de uma questão particular. Falamos de concepção de mundo, princípios, humanidade e de ser cristão. Afinal,

ser meio cristão significa, simplesmente, não ser cristão.

As diversas formas de preconceito e opressão se alimentam dos mesmos sentimentos agressivos e egoístas, do mesmo desejo de manutenção de privilégios à custa de outros, da mesma enfermidade social. Não existem as discriminações, mas a discriminação, no singular, independentemente de qual grupo vitimiza. Curar a sociedade implica recuperar para cada um o igual status de filho de Deus, reconstruir vínculos regidos pelo amor. Para isso serve a liberdade religiosa. A Igreja precisa garantir as condições para cumprir sua missão.

O Criador transborda de sua substância imutável, pois Ele se mostrou homem, viveu conosco e se declarou amor. Sendo amor, é também relação: quem ama, ama alguém. A semente da presença de Deus "em mim" só se realiza "entre nós", no meu encontro misericordioso com o próximo. Por outro lado, em cada laço verdadeiro que a sociedade destrói, morre um pouco de Deus em nós. Acreditamos que a missão da Igreja está em multiplicar os vínculos fraternos, cuja diluição ameaça a saúde do tecido social. Cristo se sacrificou pelo mundo inteiro e se fez comunhão plena onde, antes, havia divisão. Ninguém deveria ser excluído do seu Corpo e relegado a uma posição de menor dignidade em seu Nome.

Diversidade Cristã Brasília

Referências

- DURKHEIM, Emile. *O Suicídio*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FREUD, Sigmund. *Tres Ensayos de Teoría Sexual*. Obras Completas Vol. VII. Buenos Aires: Amorrortu, 1998.
- FREUD, Sigmund. *Psicología de las Masas y Análisis Del Yo*. Obras Completas Vol. XVIII. Buenos Aires: Amorrortu, 1998.
- FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo: Global, 2013.
- HOBSBAWN, Eric. *Nações e Nacionalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- MARX, Karl. *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MOREIRA, Adilson José. *Cidadania Sexual*: Estratégia para ações inclusivas. Belo Horizonte: Arrares, 2017.
- NAPHY, William. *Born to be Gay*: História da Homossexualidade. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2004.
- SILVA FILHO, Jurandir Pereira da. O LGBT e a inserção no mercado de trabalho: Origem da proteção internacional e o desdobramento no ordenamento interno s*ob o viés discriminatório. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 28., 2019, Belém, PA.* **Anais [...]**. Belém: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito; Centro Universitário do Estado do Pará, 2019. p. 308-323.

AGROTÓXICOS: POR QUE FALAR DESTE ASSUNTO?

Originalmente publicado em 2019.

Mayá Regina Müller Schwade[1] *e Pe. Guillermo Cardona, S. J.*[2]

Foto que ilustra matéria "**Na nova leva de defensivos permitidos para autorização, estão produtos classificados como 'altamente tóxicos' e 'extremamente tóxicos'**"(https://is.gd/cxQ8w2).
Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

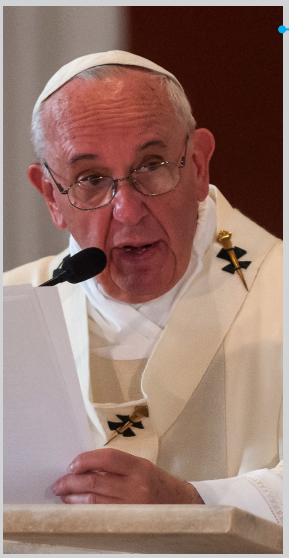


Foto: Calixto N. Llanes, Juventud Rebelde (CUBA)

O papa Francisco, em sua *Encíclica Laudato Si´,* sabiamente nos alerta:

> *"Em qualquer discussão sobre um empreendimento dever-se-ia pôr uma série de perguntas, para poder discernir se o mesmo levará a um desenvolvimento verdadeiramente integral: Para que fim? Por qual motivo? Onde? Quando? De que maneira? A quem ajuda? Quais são os riscos? A que preço? Quem paga as despesas e como o fará?"* (LS, 185).

À luz deste alerta, trazemos aqui reflexões sobre as consequências do uso de substâncias químicas nocivas à saúde e ao meio ambiente para a produção de alimentos.

O uso de agrotóxicos no Brasil está entre os maiores do mundo. Por isso, o tema dos agrotóxicos é necessário e urgente em todos os espaços possíveis, pela necessidade de conscientização dos riscos que apresentam à saúde e à vida.

[1] – Bióloga, assessora da Pastoral Social e de associações de produtores rurais de Santarém.
[2] – Colaborador na Pastoral Social Diocesana – Santarém (PA).

Abortos, má-formação fetal, distúrbios hormonais e mentais, depressão, câncer e suicídio são alguns dos problemas comprovadamente causados por seu uso.

A Igreja Católica se propõe a defender a vida humana e não pode ficar omissa na situação atual em que vivemos no Brasil com relação à promoção deliberada do aumento do uso de venenos na produção de alimentos.

Do início do governo do presidente Jair Bolsonaro em janeiro de 2019 **até o dia 31 de julho de 2019, já haviam sido liberados 262 novos tipos de agrotóxicos** para utilização no Brasil. Destes, segundo a pesquisadora da Universidade de São Paulo Dra. Larissa Bombardi, aproximadamente um terço apresenta em sua fórmula alguma substância proibida pela União Europeia (em entrevista ao jornal *El Pais*). Isto significa que, naqueles países, tais substâncias foram consideradas nocivas para a saúde, o meio ambiente ou ambos.

Quando uma nova substância entra no mercado, é preciso se ter a garantia de que seu uso não trará danos à saúde. Sem este cuidado, porém, ficamos expostos e com a falsa sensação de que as agências reguladoras estão fazendo o papel de garantir a segurança da população. Acontece que **o problema da liberação de tais substâncias sofre com o lobby de empresas fabricantes e a pressão de grandes produtores do agronegócio.** Tal fato ficou evidente após a divulgação de que políticos e pessoas com poder de decisão na liberação destes compostos terem sido monitoradas por grandes empresas fabricantes e que comandam um mercado mundial bilionário (matéria do G1 intitulada: Monsanto investigou 600 pessoas na França e na Alemanha para tentar influenciar opiniões sobre glifosato).

Governo libera mais 57 agrotóxicos e soma deste ano chega a 382 novos registros

Dos pesticidas anunciados nesta quinta-feira (3), 46 contêm ingredientes que não haviam aparecido na lista de 2019

Emilly Dulce
Brasil de Fato | São Paulo (SP)

COMPARTILHE

3 de Outubro de 2019 às 21:24

Atualização dos dados até 03/10/2019. Link da matéria em: https://www.brasildefato.com.br/2019/10/03/governo-libera-57-agrotoxicos-e-soma-deste-ano-chega-a-382-novos-registros/

Ilustração do livro "ROTAS DO VENENO - Mercado de agrotóxicos, desafios e propostas para o Mundo do trabalho". Link: http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/13986.pdf

COMO SURGIRAM OS AGROTÓXICOS?

Os agrotóxicos se originaram das armas químicas utilizadas nas guerras mundiais. Após o término dos grandes conflitos, quando a fabricante de venenos perdeu mercado, passaram a ser utilizados na agricultura, como parte da chamada "Revolução Verde", com a promessa de acabarem com as "pragas" agrícolas [1].

Desde então, seu uso vem sendo incentivado como forma de combater a fome no mundo e como única alternativa para que a produção de alimentos atenda às necessidades mundiais.

Cabe aqui um destaque: está comprovado que a existência de fome no mundo não se deve à quantidade limitada de alimentos produzidos, mas sim à má distribuição de renda entre a população mundial. Anualmente, toneladas de alimentos são jogados no lixo, enquanto milhões não tem o que comer diariamente.

Os termos pesticida, praguicida, biocidas, agroquímicos e defensivos agrícolas também são utilizados para denominar **agrotóxicos**. São substâncias biocidas, que **afetam os sistemas biológicos da fauna e da flora**. O uso indiscriminado destas substâncias gera efeitos na vida de produtores rurais e consumidores.

Os agricultores que fazem uso de agrotóxicos acabam ficando dependentes da indústria química, pois as "pragas" agrícolas vão sofrendo mutações e ficando mais resistentes, o que demanda para seu controle doses maiores de agrotóxicos e o desenvolvimento de novas substâncias [2].

Atualmente, muitas sementes são utilizadas na agricultura já contendo alterações em seu código genético para resistir à predação, ou com doses de herbicidas na semente. Tal uso traz consequências para o meio ambiente e para os agricultores que usam **sementes crioulas**.

Uma das imagens que ilustram a matéria "**Primeira Guerra Mundial: o uso de gás como arma química em batalhas**". Link: https://www.terra.com.br/noticias/educacao/historia/primeira-guerra-mundial-o-uso-de-gas-como-arma-quimica-em-batalhas,adb9c02cf0d21410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html

"50% Dichloro Diphenyl Trichloroethane (DDT) insecticide powder container, circa early 1960s". Link: https://en.wikipedia.org/wiki/File:DDT_Powder.jpg

Imagem que ilustra o texto "**Sementes crioulas: a herança da sabedoria ancestral na agricultura**". Link: https://www.brasildefato.com.br/2017/08/01/sementes-crioulas-a-heranca-da-sabedoria-ancestral-na-agricultura/

Em 2014, o governo federal lançou o, **PRONARA** (Programa Nacional Para Redução do Uso de Agrotóxicos), que não chegou a ser implementado efetivamente, programa criado com a intenção combater o uso indiscriminado de agrotóxicos.

No entanto, o que vemos hoje é uma situação inversa: o atual governo incentiva deliberadamente o uso de agrotóxicos na agricultura, a despeito dos riscos comprovados na saúde e no meio ambiente.

Imagem que ilustra o texto "**PRONARA – Sobre os agrotóxicos e a necessidade de proteção da saúde e do ambiente**". Link: https://contraosagrotoxicos.org/pronara-sobre-os-agrotoxicos-e-a-necessidade-de-protecao-da-saude-e-do-ambiente/

O Pronara foi elaborado através das articulações da Frente Mista Ambientalista da Câmara dos Deputados Federais. O OLMA é uma das instituições que compõe e oferta apoio técnico a esta Frente. [3]

AGROTÓXICOS NO BRASIL

Segundo dados da FAO, considerando os gastos com agrotóxicos nas lavouras, o Brasil ocupa o primeiro lugar mundial.

Na contramão do que ocorre mundo afora, em que a legislação tem ficado cada vez mais rigorosa para o uso de tais substâncias, o Brasil está seguindo o caminho contrário, tornando-se a lixeira do mundo para tais substâncias. **O atual governo é um grande defensor do avanço do agronegócio no país, questionando inclusive a abrangência das áreas de proteção e terras indígenas já demarcadas.** No congresso, a maior parte dos parlamentares também é defensora deste setor. Neste cenário, qualquer pessoa ou instituição que busca enfrentar a questão da liberação de tais substâncias está exposta ao ataque público e desqualificação.

O que vemos é o desmonte do controle dos agrotóxicos. Além de utilizarmos uma grande quantidade de produtos não permitidos em outros países, ainda f**oi mudada a tabela de classificação de risco, e substâncias perigosas passaram a ser classificadas com menor risco do que na tabela anterior.**

Link do texto "**Cegueira e corrosão da pele: novas regras aumentam riscos para trabalhador rural**": https://apublica.org/2019/07/cegueira-e-corrosao-da-pele-novas-regras-aumentam-riscos-para-trabalhador-rural/

A população leiga fica à mercê desta situação e é levada a acreditar que o uso de agrotóxicos é a única opção possível para a produção de alimentos e para o crescimento econômico do Brasil, mesmo que a sua saúde possa ser comprometida. O resultado disto é um aumento no número de uma infinidade de doenças que podem ser potencializadas ou surgidas pela exposição ao uso de agrotóxicos.

O problema é tão grave, que estudos recentes indicam que as águas distribuídas para grande parcela da população brasileira encontram-se comprometidas com uma vasta gama de substâncias tóxicas. **A despeito disso, grande parte da população não se envolve com a luta contra a liberação de mais agrotóxicos no país.**

OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS NO BAIXO AMAZONAS

Segundo dados do atlas Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Suas Conexões com a União Europeia, **Santarém é um dos municípios que se enquadram no primeiro nível de casos de intoxicação no estado do Pará** (entre 9 a 393 casos) entre os anos de 2007 a 20142.

Em Santarém, cerca de 1.770 pessoas estão em tratamento oncológico no Hospital Regional do Baixo Amazonas (HRBA). A oncologista do HRBA, Kalysta Borges, explica que: *"A prevenção primária, ou seja, sair dos fatores de risco é muito importante, uma vez que os cânceres nos adultos estão relacionados à fatores ambientais; estilo de vida e infecções".*

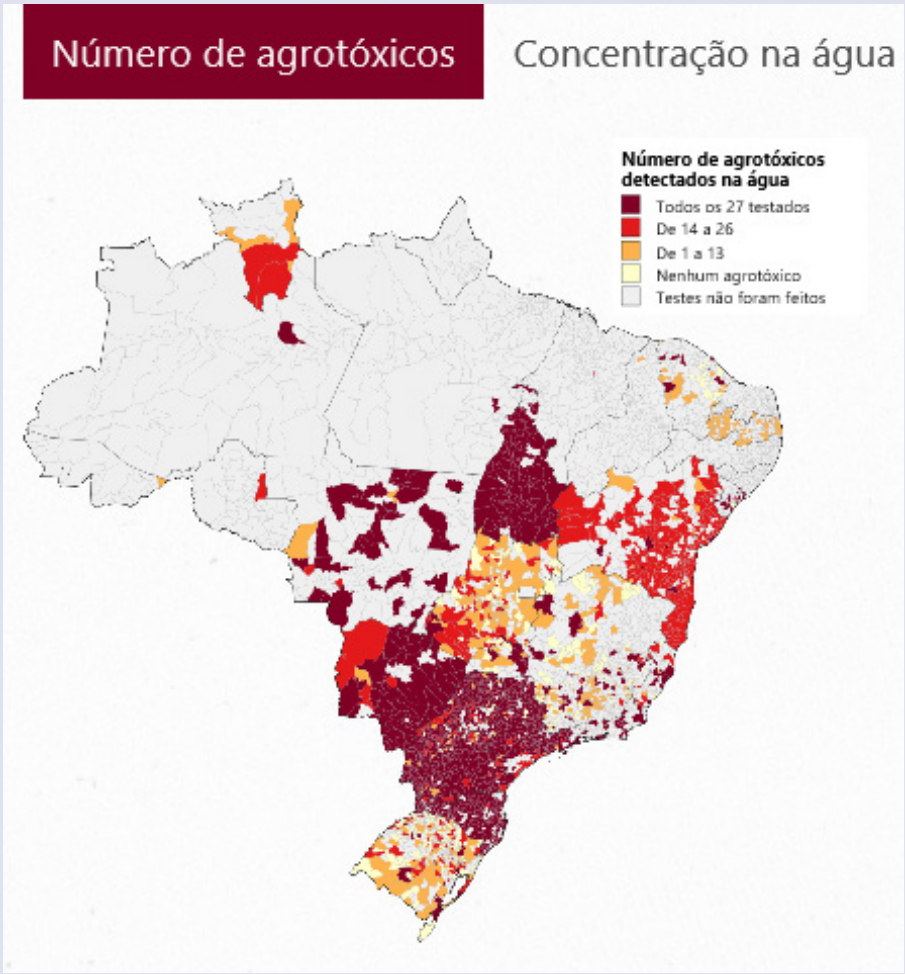


Gráfico interativo sob título "**Você bebe agrotóxicos? Descubra se a água da sua torneira foi contaminada, de acordo com dados do Sisagua"**. Link: https://portrasdoalimento.info/agrotoxico-na-agua/#

Os municípios da região do baixo Tapajós ainda não foram incluídos na base de dados que monitora a **presença de agrotóxicos na água** fornecida para a população.

Apesar disto, o assunto preocupa a sociedade civil organizada, pelo crescimento expressivo nos últimos anos do uso de agrotóxicos na região e o avanço das monoculturas de grãos que convertem a rica biodiversidade amazônica em campos de soja e milho, principalmente.

O que vemos, nesta região, é o avanço de modelo predador do agronegócio. Este modelo exclui qualquer possibilidade de manutenção das "florestas de alimento" tão necessárias a populações agroextrativistas.

Trator abre a área de cultivo na aldeia São Francisco da Cavada - Foto que ilustra o texto "**Na zona rural de Santarém, na região paraense do Planalto Santareno a lentidão de décadas na demarcação de territórios tradicionais vem acirrando os conflitos com fazendeiros**" do link: https://www.ecodebate.com.br/2019/10/03/em-santarem-para-indigenas-e-quilombolas-ameacados-pela-soja-veneno-portos-e-o-preconceito/

Com a pretensão de serem a solução para os problemas enfrentados pela população na geração de emprego, renda e desenvolvimento, na realidade trazem a desestruturação da cultura produtiva das populações do campo. A cidade de Santarém, por exemplo, não pode ser vista como uma cidade que se beneficiou desta entrada do agronegócio: basta fazer um giro pela cidade para a constatação dos graves problemas de infraestrutura enfrentados pela população: ruas esburacadas, atoleiros e uma série de problemas de saneamento básico que a colocam no terceiro lugar nas maiores cidades com piores condições de saneamento urbano.

A região mais afetada por este modelo de produção que utiliza agroquímicos em larga escala é o planalto santareno, onde mais de

Vinte comunidades de agricultores familiares agroextrativistas desapareceram nos últimos anos, conforme indicam lideranças do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Santarém (comunicação pessoal) e cujos moradores originais se deslocaram, em sua maioria, paras as periferias dos maiores núcleos urbanos mais próximos da região: Santarém, Manaus e Belém.

Na região, a substituição de uma agricultura nos modelos daquele praticado tradicionalmente na Amazônia por um modelo que visa o lucro e tem a natureza como inimiga, inclui a necessidade do uso de substâncias tóxicas para a produção de alimentos em larga escala e *commodities*. Um destaque que se deve fazer, para maior compreensão da questão, é que este modelo destruidor da floresta se volta a mercados externos, enquanto que a agricultura familiar poliprodutiva (ou seja, que produz uma grande variedade de alimentos e produtos em pequenos sítios e sistemas agroflorestais) é responsável por mais de 70% da alimentação diária da população brasileira, segundo dados do IBGE.

Para a produção de grãos em larga escala, principalmente soja, a etapa inicial é o corte raso da floresta com a destruição total de toda a sua rica biodiversidade e expondo e deteriorando a qualidade do solo. Essa forma de plantio exige uma grande quantidade de uso de agrotóxicos e também de adubos químicos para sustentar a produção.

A pulverização de agrotóxicos nas lavouras de monoculturas não atinge somente os campos de plantios, mas impacta todo o ambiente circundante, contamina os solos e lençóis freáticos e impacta a fauna e flora que resiste nos fragmentos de floresta das áreas de preservação ambiental obrigatória mantidas pelas propriedades rurais. **Em alguns locais, cidades inteiras são afetadas pela pulverização, seja ela aérea ou com grandes maquinários utilizados na dispersão de agrotóxicos.** Na região, duas cidades são bastante afetadas pelas pulverizações e deriva de agrotóxicos por terem plantios dentro do perímetro urbano, sendo elas: Mojuí dos Campos e Belterra.

Em algumas comunidades da região do planalto santareno, que abrange os municípios de Mojuí dos Campos, Belterra e Santarém, escolas, postos de saúde e habitações são cercadas de agrotóxicos. **Há relatos de professores que precisam suspender as aulas sem aviso prévio por causa dos efeitos dos agrotóxicos na saúde dos alunos que começam a sentir os efeitos tóxicos assim que se inicia a pulverização no entorno das escolas.** O MP/PA fez registro de uma escola cuja fonte de água utilizada pela comunidade escolar recebia resíduos de agrotóxicos vindos das plantações que circundavam a fonte de água.

Essa forma de produzir se contrasta com a forma original dos povos da Amazônia que mantinham a produção de múltiplos produtos das agroflorestas, somando a produção nas roças, nos quintais e hortas com o extrativismo florestal de frutos, sementes e medicamentos de uso tradicional.

Foto que ilustra o texto "**Indígenas cultivam a tradição da agricultura na Amazônia**" do link:
https://www.agencia.ac.gov.br/indigenas-cultivam-tradicao-da-agricultura-na-amazonia/

Quanto mais perto das grandes plantações, maior o assédio que os agricultores familiares sofrem para se tornarem usuários de agroquímicos em suas plantações, sendo acusados de manterem uma forma de produção arcaica. Muitos também são levados a utilizar agrotóxicos pela impossibilidade de produzir seguindo as técnicas tradicionais de controle de pragas, pois estas são afugentadas das grandes plantações e invadem e prejudicam o plantio daqueles que não utilizam veneno em suas propriedades.

Inúmeras pesquisas foram já foram feitas mundo afora e evidenciam e comprovam a toxidade dos agrotóxicos para a saúde humana. É irresponsável a fala daqueles que argumentam que não existem efeitos nocivos comprovados sobre o uso de tais substâncias. Não é necessário que toda a população de uma localidade adoeça para que nos convençamos desta realidade, mas isto realmente acontece em muitos lugares do mundo expostos em maior medida. Portanto, citaremos alguns casos emblemáticos que comprovam o risco que seu uso representa no surgimento de enfermidades e complicações na saúde humana.

Em Santarém, o Hospital Regional do Baixo Tapajós é referência na região para o tratamento de câncer. Existem indicativos do aumento no número de casos decorrentes do uso de agrotóxicos na região do planalto santareno.

RISCOS À SAÚDE E SUBNOTIFICAÇÃO DE INTOXICAÇÕES

Os efeitos tóxicos dos agrotóxicos vão desde reações mais brandas, como crises alérgicas, coceira, irritação na pele, tosse, vômito e diarreia, até quadros mais graves que levam a abortos, deformações fetais, doenças degenerativas e óbito. Mesmo com toda a gravidade do problema, o que se observa na região é a falta de preparo para indicar os agrotóxicos como a fonte do problema de saúde apresentado. Profissionais de saúde não relacionam os sintomas ao uso destas substâncias e não fazem a notificação obrigatória no sistema nacional de monitoramento de intoxicações. Também existem relatos de Agentes Comunitários de Saúde na região que não conseguem fazer o registro compulsório, mesmo tendo detectado a exposição de pacientes a tais substâncias.

Entre os casos já registrados no mundo, está uma cidade na Argentina que se vê cercada por grandes plantações. Nesta cidade, o número de casos de problemas de deficiência em crianças atingiu níveis alarmantes. No Brasil, também temos uma cidade, Lucas do Rio Verde, em que as crianças já recebem doses de a**grotóxicos no leite materno**, pela exposição de suas mães. Em outra cidade, no Piauí, o número de abortos atinge níveis fora do normal e indicam os agrotóxicos como possíveis causas. Em cidades do Sul do país, existe grande número de casos de **depressão** cuja causa pode ser explicada pelo uso destas substâncias. Muitos **suicídios**, segundo a pesquisadora Larissa Bombardi, também podem ser explicados por quadros depressivos surgidos pelo uso de agrotóxicos.

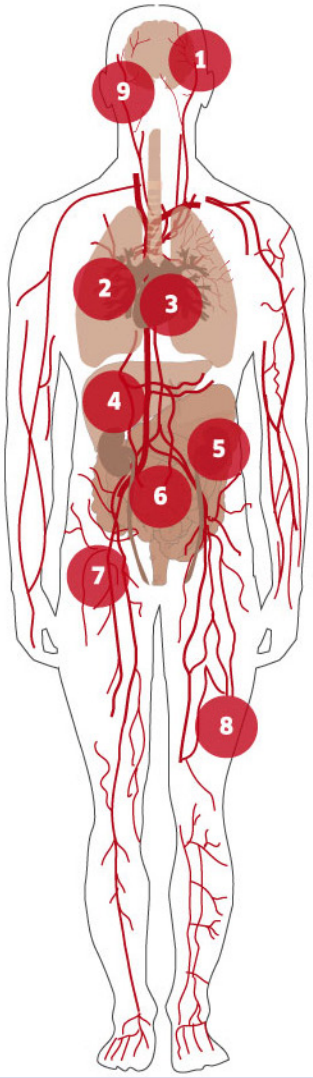
Na região, há relatos de pessoas que foram afetadas pelo uso de agrotóxicos e **tiveram que deixar suas casas ou adoeceram**. Um destes relatos é de uma família que se viu impossibilitada de permanecer em sua residência, pois cada vez que seus vizinhos pulverizavam em suas plantações agrotóxicos, viam uma invasão de bichos em sua casa. Outro relato é de uma senhora que l**avava as roupas do marido** que trabalhava com agrotóxicos e começou a apresentar f**ortes reações e mal-estar cada vez mais graves**. Outra família que residia em uma comunidade do interior se viu isolada após todos seus **vizinhos venderem suas terras pela pressão do agronegócio** e teve que deixar, mesmo contra vontade, sua terra. A fonte de água para alimentação e uso nas tarefas coti-

dianas ficava comprometida cada vez que havia pulverização nas lavouras e a **família era acometida por vômitos e diarreia.**

Além das questões da saúde, muitas vezes a pressão vai além, e os defensores dos agricultores familiares se precisam sair pelas **ameaças que são feitas a eles e suas famílias**. Todo este quadro tem levado a uma deterioração da qualidade de vida das populações do campo. T**odos aqueles que querem continuar produzindo de forma tradicional são constrangidos e se veem impossibilitados de permanecer em seus territórios**, ou tem que conviver diariamente com as ameaças. E isto tem levado a uma diminuição da produção agroecológica em toda a região do planalto e o comprometimento da qualidade de vida dos agricultores.

Entre os efeitos mais perversos causados pelo uso de agrotóxicos estão os problemas que muitas destas substâncias causam no desenvolvimento de novas vidas humanas. Entre eles podemos citar: **má-formação fetal, indução ao aborto, dificuldade no desenvolvimento cognitivo, má-formação física, câncer infantil e desregulamento do sistema endócrino.**

EXPOSIÇÃO CRÔNICA A MULTIPLOS AGROTÓXICOS



ÓRGÃO/SISTEMA	EFEITO
1. Sistema nervoso	Síndrome asteno-vegetativa, polineurite vegetativa radiculite, encefalopatias, disencefalite, distonia vascular vegetativa, esclerose cerebral, inflamação no nervo óptico, angiopatia da retina
2. Sistema respiratório	Traqueíte crônica, pneumofibrose inicial, enfisema pulmonar, asma brônquica
3. Sistema cardiovascular	Miocardite tóxica crônica, insuficiência coronária crônica, hipertensão, hipotensão
4. Fígado	Hepatite crônica, colecistite, prejuízo na desintoxicação e outras funções
5. Rins	Albuminúria, nicturia, depuração renal, alteração nos níveis de uréia, nitrogênio e creatinina
6. Trato gastrintestinal	Gastrite crônica, duodenite, úlcera, colite crônica (hemorrágica, espástica e formações polipóides), hipersecreção e hiperacidez, prejuízo na motricidade
7. Sistema hematopoiético	Redução de leucócitos, reticulócitos e linfócitos, eosinopenia, monocitose, alterações na hemoglobina
8. Pele	Dermatites e eczema
9. Olhos	Conjutivite e blefarite

FONTES: ANVISA E MINISTÉRIO DA SAÚDE

Uma das imagens que ilustram a matéria "**Os desafios de colher**", subtítulo "**DOENÇAS RELACIONADAS**".
Link: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/especiais/organicos/os-desafios-de-colher-1.1286774

Além disso, no período de 2007 a 2014, 343 bebês foram intoxicados, mas possivelmente este número pode ter chegado a 17 mil, considerando que para cada caso notificado tem-se 50 não notificados [4].

Segundo o INCA – Instituto Nacional do Câncer José de Alencar Gomes da Silva, agrotóxicos utilizados na produção dos alimentos no Brasil causam danos ao meio ambiente e à saúde do produtor rural e do consumidor. Regiões com alto uso de agrotóxicos apresentam incidência de câncer bem acima da média nacional e mundial.

Frutos, legumes e cereais produzidos com agrotóxicos, e animais que se alimentam com rações produzidas de igual forma, todos inserem substâncias nocivas na dieta da população humana, uma vez que o ser humano consome alimentos de origem animal e vegetal, ficando exposto aos problemas decorrentes desta ingestão e comprometendo a segurança alimentar.

A acumulação de agrotóxicos ao longo da cadeia alimentar leva a biomagnificação, ou seja, o aumento da concentração de determinada substância ao longo da cadeia alimentar.

O registro de intoxicações é obrigatório no Brasil. No caso específico dos agrotóxicos, a maioria dos agentes de saúde, porém, não sabe ou não faz o diagnóstico e a notificação, fazendo com que o número oficial não corresponda a realidade dos casos.

Na região do planalto santareno, a subnotificação é uma realidade cruel. Isto faz com que **muitas pessoas que apresentam sintomas, até graves, pela exposição à agrotóxicos não consigam o tratamento correto.** Entre os moradores de comunidades rurais há vários relatos em que possíveis **intoxicações foram tratadas como se fossem casos de virose comum**. Mesmo casos mais graves não recebem a atenção devida dos serviços de saúde, que não estão preparados para o atendimento destes casos, segundo o relato de profissionais da área da saúde com atuação na região.

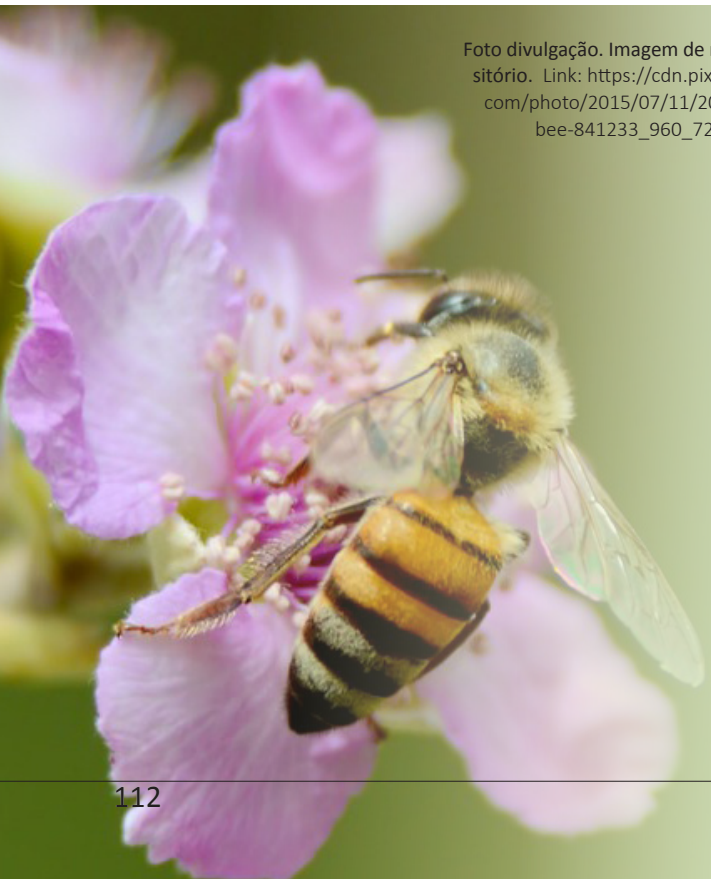


Foto divulgação. Imagem de repositório. Link: https://cdn.pixabay.com/photo/2015/07/11/20/24/bee-841233_960_720.jpg

AGROTÓXICOS E ABELHAS

É critica também a situação das abelhas, cuja maioria das espécies está em declínio no mundo todo. Uma das principais causas apontadas para este de cenário é o uso expressivo de agrotóxicos que afetam a biologia das espécies, levando ao colapso total das colmeias.

As abelhas são vitais para os ecossistemas por **desempenharem o papel de polinizadoras**, ou seja, atuam na reprodução de várias espécies de plantas. Estima-se que 40% dos polinizadores existentes sejam abelhas e que possam ser **responsáveis pela polinização de 1/3 de espécies de plantas que produzem alimentos.** Sua extinção pode significar o comprometimento da existência de vida no planeta Terra.

Existem cerca de 40.000 espécies de abelhas no mundo todo. **Só na Amazônia, existem entre 2.500 a 3.000 espécies**. A polinização ocorre quando estes insetos, pertencentes à ordem Hymenoptera, coletam pólen, néctar, óleos ou resinas nas flores como forma de obter recursos essenciais para manutenção das colmeias.

O fenômeno conhecido como Desordem do Colapso da Colônia (DCC, ou Colony Collapse Disorder – CCD) causa a redução ou o desaparecimento repentino das colmeias em semanas ou dias, mesmo com a presença de mel e pólen, sem deixar vestígios aparentes da morte de abelhas.

Esse fenômeno foi responsável pela redução de mais de 50% das colônias em vários países, e pode estar ocorrendo no planalto santareno, pelo relato feito por criadores de abelhas que registram perdas expressivas no número de colônias nos últimos anos.

O uso de agrotóxicos é apontado como uma das principais causas desta desordem, combinado a outros fatores que comprometem o sistema imunológico das abelhas.

CUSTOS DE PRODUÇÃO NO AGRONEGÓCIO

A questão central que trazemos aqui nesta reflexão é a forma de produzir: o modelo do agronegócio e o modelo agroecológico. A discussão é a forma de se relacionar com a natureza, com a "casa comum".

Imagem do repositório "**Árvore, ser tecnológico**".
Link: http://arvoresertecnologico.tumblr.com/post/128572494532/não-sou-contra-o-agronegócio-sou-contra-o

No primeiro caso, a natureza, a criação, é vista como obstáculo a ser vencido, empecilho a ser superado. Assim se justifica todo o "pacote" do agronegócio: destruição do ambiente, desmatamento, desrespeito à cultura produtiva das populações tradicionais, uso de agrotóxicos que contaminam a água, o solo, as pessoas e a biodiversidade de um modo geral.

Na outra proposta de produção, como o próprio nome já diz, há, em contraste ao modelo anterior, preocupação com todas as formas de vida e com a produção responsável dos alimentos que sustentam a vida humana.

Quando um empreendimento do agronegócio chega em uma região, ele não quer saber do que existia lá previamente. Tudo são obstáculos a serem vencidos na busca por aquisição de riquezas. O trabalho na terra passa a ser um meio de enriquecimento. As matas precisam ser desmatadas, as pessoas precisam sair de seus territórios, todo o ambiente é alterado. E a natureza, vista como inimiga, precisa ser combatida com o uso de agrotóxicos para controle das "pragas".

Assim, forma-se uma elite rural e a população campesina que não se enquadra neste modelo; não tem formas de competir, pois raramente recebe incentivos para se manter produzindo. Mas os custos com o adoecimento das pessoas e do ambiente, e a conta que a natureza cobra pela sua destruição, é dividida com todos.

POR QUE NÃO SE INVESTE EM OUTRAS FORMAS DE PRODUZIR?

A maioria dos cursos que formam agentes de assistência técnica rural são cursos de Agronomia, com uma formação que se baseia no modo de produzir do agronegócio. Toda forma de entender a agricultura e a pecuária é de um modelo de negócio, de lucro, como finalidade primeira. A maioria destes profissionais sai das academias pronto para fornecer receituário de agrotóxicos.

Grande parte deles também ensina que a única forma de se manter no campo é investindo em plantios monoculturais ou em criações de larga escala para obtenção de proteína animal. Raros são os cursos de formação no modelo de agricultura agroecológica. No governo passado, houve um certo investimento neste setor, mas ainda de forma insuficiente.

Revolução verde trouxe a ideia da superação da fome com este modelo de produção, com utilização de agroquímicos e plantios em larga escala. Mas não se consegue perceber as armadilhas deste modelo para o comprometimento da vida no planeta Terra.

Imagem do repositório "**Agroecologia protege unidades de conservação do DF**".
Link: https://www.flickr.com/photos/agenciabrasilia/33076217346/in/album-72157680772326725/

ALTERNATIVAS PRODUTIVAS E CONTROLE BIOLÓGICO DE PRAGAS

Os sistemas agroecológicos são uma alternativa para a produção de alimentos, pois são pensados de forma a não dependerem de insumos químicos externos para a produção e contribuem com a manutenção da biodiversidade local.

Os produtores rurais que se utilizam deste modelo de produção tem sempre em sua propriedade uma grande quantidade de espécies interagindo de forma a garantir a sustentabilidade da produção e a variedade de produtos para a alimentação da família e cujo excedentes são vendidos em feiras locais ou regionais. O controle de pragas é garantido pela não existência de monoculturas, existindo sim o consórcio de espécies, o que dificulta a propagação de agentes biológicos que afetam as plantas. Além disso, são aplicadas técnicas utilizando produtos naturais para este controle.

Notas

[1] LONDRES, Flávia. *Agrotóxicos no Brasil*: um guia para ação em defesa da vida. Rio de Janeiro: AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

[2] Circular Técnica da EMBRAPA sobre o assunto. Disponível em: http://www.infoteca.cnptia.embstream/doc/1074026/1/CT132OL.pdf.

[3] Enxerto OLMA.

[4] BOMBARDI, Larissa Mies. *Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia*. São Paulo: FFLCH-USP, 2017. 296 p.

OLMA apoia:

VOCÊ SÓ TEM ATÉ 6/11 PARA EXIGIR OS TRIÂNGULOS NAS EMBALAGENS

Vamos juntos e juntas:

https://alimentacaosaudavel.org.br/direitodesaber/

CONSULTA E CONSENTIMENTO PRÉVIO, LIVRE E DETERMINADO E A PROTEÇÃO TERRITORIAL E SOCIOAMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS, TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS E POVOS TRADICIONAIS

Originalmente publicado em 2020.

*Johny Fernandes Giffoni**

Foto Audiência

Diversas são as ameaças que vivem os povos da região Amazônica e os diversos biomas. O documento expõe as consequências da crise socioambiental, elencando problemas tais como "apropriação e privatização de bens da natureza, como a própria água; concessões florestais e a entrada de madeireiras ilegais; caça e pesca predatórias; megaprojetos insustentáveis (hidrelétricas, concessões florestais, exploração massiva de madeira, monoculturas, estradas, hidrovias, ferrovias e projetos de mineração e petróleo); a contaminação causada pela indústria extrativista e lixões urbanos; e, sobretudo, mudança climática" (Documento Sinodal)[1].

O documento Sinodal menciona o instrumento jurídico de defesa de direitos "Consulta Prévia", evidenciando a necessidade de que este instituto oriente cada um de nós, principalmente as cristãs e cristãos de

* - Defensor Público do Estado do Pará (2011). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal do Pará (Início 2018). Pós-graduado em Direito da Criança e do Adolescente pela Universidade Federal do Pará (2014) e graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2005), parceiro e assessor do OLMA frente às temáticas jurídicas no tocante às populações tradicionais do Brasil.

1 - O documento final da Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Região Pan-Amazônica, que ocorreu em Roma, na Cidade do Vaticano entre os dias 06 e 27 de outubro do ano de 2019, ressalta a existência de diversas ameaças que afetam e impactam os modos tradicionais e cunsuetudinários dos povos da região Amazônica e dos diversos biomas. Documento Final do Sínodo Amazônico, disponível no endereço eletrônico: http://www.sinodoamazonico.va/content/sinodoamazonico/pt/documentos/documento-final-do-sinodo-para-a-amazonia.html.

todo o território nacional na defesa da "Casa Comum". Destacamos o item n.º 47[2] do documento, sobre os povos ameaçados em seu modo de vida pela destruição, pela exploração ambiental e pela violação que é sistemática de seus direitos ao território. A defesa dos direitos desses povos para a Igreja, constitui-se em um princípio evangélico de garantia da Dignidade Humana.

> *47[3]. A vida dos povos indígenas, mestiços, ribeirinhos, camponeses, quilombolas e/ ou afrodescendentes e comunidades tradicionais está ameaçada pela destruição, pela exploração ambiental e pela violação sistemática de seus direitos territoriais. Os direitos à autodeterminação, à demarcação dos territórios e à consulta prévia, livre e informada devem ser respeitados. Esses povos têm condições sociais, culturais e econômicas que os distinguem de outros setores da comunidade nacional e que são regidos total ou parcialmente por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial* (Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), art. 1.º, 1.a). *Para a Igreja, a defesa da vida, da comunidade, da terra e dos direitos dos povos indígenas é um princípio evangélico, em defesa da dignidade humana: "Eu vim para que tenham vida, e a tenham em abundância"* (Jo 10, 10b).

O documento Sinodal reconheceu que a região Amazônica possui uma realidade pluriétnica e multicultural. Neste sentido, devemos ter como ponto inicial a afirmação que qualquer produção jurídica, social, política e econômica, para a região deverá levar em conta essas duas características. O território brasileiro não é formado somente por uma cultura ou um povo, assim o documento nos sinaliza que "08[4]. [...] Os diferentes povos souberam adaptar-se ao território. Dentro de cada cultura, construíram e reconstruíram sua cosmovisão, seus símbolos e significados, e a visão de seu futuro" (FRANCISCO, 2019, on-line).

O receio e o temor da ameaça constante à região Amazônica, e aos biomas vem sendo uma orientação dos documentos produzidos pelo Papa Francisco. O documento final, bem como a Encíclica Papal *Laudato Si'*, sinalizam para a necessidade de resgatarmos práticas dos povos Originários e dos povos tradicionais as experiências do "Bem Viver", pois "09 trata-se de viver em harmonia consigo mesmo, com a natureza, com os seres humanos e com o ser supremo, pois existe uma intercomunicação entre todo o cosmos, onde não há exclusão nem excluídos, e onde podemos criar um projeto de vida plena para todos" (FRANCISCO, 2019, on-line).

A Consulta Prévia, Livre e Informada, portanto, se constitui em um Direito fundamental, apresentando-se enquanto instrumento de proteção

[2, 3, 4] - Documento Final do Sínodo Amazônico, disponível no endereço eletrônico: http://www.sinodoamazonico.va/content/sinodoamazonico/pt/documentos/documento-final-do-sinodo-para-a-amazonia.html.

socioambiental dos povos amazônicos, dos povos indígenas, dos povos quilombolas e das comunidades tradicionais de todo o Brasil. Esse direito fundamental dos povos indígenas e tribais, deve ser visto como um instrumento de garantia de salvaguarda dos recursos naturais, culturais, sociais e econômicos da "mãe terra".

FUNDAMENTO JURÍDICO, SOCIAL, POLÍTICO E ECONÔMICO DO DIREITO À CONSULTA

No ano de 1989, no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT), foi promulgada a Convenção 169. No Brasil a Convenção foi ratificada no ano de 2002 pelo Congresso Nacional, e posteriormente foi editado o decreto presidencial n.º 5.051/2004. No ano de 2019 o governo brasileiro, editou um único decreto que consolidou todas as convenções da OIT, através do Decreto Federal n.º 10.088, de 05 de novembro.

A Convenção garante aos povos originários (indígenas), quilombolas e comunidades tradicionais o direito de serem consultados, de boa-fé e previamente, a partir de seus procedimentos adequados, toda vez que uma decisão administrativa ou legislativa possa afetar os direitos e os modos de vida coletivos das comunidades e dos povos tradicionais[5].

Diversos são os instrumentos normativos internacionais sobre a temática do direito à Consulta, tais como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, organizações de cooperação para o desenvolvimento e o surgimento de declarações e compromissos voluntários de empresas transnacionais sobre a temática[6].

Ressalta-se que muitas são as formas utilizadas pelos instrumentos de direito internacional, produções jurídicas, normas operativas, informes internacionais para designarem o instituto jurídico previsto pelo art. 6º da Convenção 169 da OIT. Dentre essas formas temos: Consentimento Livre, Prévio e Informado; Consulta Prévia, Livre e Informada; Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado, entretanto todas as terminologias utilizadas se referem ao direito fundamental de participação previsto na Convenção 169 da OIT, devendo ser executado somente pelo Estado, entretanto pela natureza tripartite da OIT obriga os entes empresariais.

A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 2007, na qual transcende à C. 169 da OIT, constitui-se em um **instrumento jurídico obrigatório**, determinando que a consulta e o consentimento prévio devem ocorrer no caso de medidas que afetem os povos indígenas[7].

No âmbito interno, podemos também mencionar a Lei n.º 13.123/2015, que trata sobre o acesso do patrimônio genético, proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado sobre a repartição de benefícios para conservação e o uso sustentável da biodiversidade. A referida lei regulamenta o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como o direito a repartição dos benefícios econômicos decorrentes do acesso aos conhecimentos tradicionais, que reconheceu os protocolos comunitários das comunidades tradicionais[8].

[5] - YAMADA, Erika M.; OLIVEIRA, Lúcia Alberta Andrade de (orgs.). *A Convenção 169 da OIT e o Direito à Consulta Livre, Prévia e Informada*. Brasília: Funai/GIZ, 2013. p. 7.

[6, 7] - SCHILLING-VACAFLOR, Almut; FLEMMER M. A, Riccarda. *El derecho a la consulta previa*: Normas jurídicas, prácticas y conflictos en América Latina. Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ). Ministerio Federal Alemán de Cooperación Económica y Desarrollo (BMZ), 2013. p. 6. Disponível em: https://www.giga-hamburg.de/en/publications/11612012-derecho-consulta-previa-normas-jurídicas-prácticas-conflictos-américa-latina-giz/. Acesso em: 25 set. 2018.

[8] - MOREIRA, Eliane Cristina Pinto; MACIEL, Luciano Moura. Protocolos comunitários: resistência e autodeterminação no acesso à biodiversidade. *In*: LIMA, Maria Dorotéa de (org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, IPHAN, n. 38, p. 63, 2018.

O epicentro desse instrumento é a participação dos povos afetados pelas políticas públicas de desenvolvimento, exploração dos recursos naturais, leis, que interfiram em seus territórios, modificando ou alterando seus modos de vida. Assim temos que "o mecanismo de consulta, segundo a OIT, é a 'pedra de toque' da C. 169, o que permite a criação de um espírito de diálogo nas relações entre os povos indígenas, tribais e os governos"[10]. O diálogo entre o pensamento do Estado e o modo de vidas dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, é o grande objetivo da consulta. Segundo o art. 6º da Convenção 169 da OIT, atualmente integrada ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto Federal nº. 10.088, de 05 de novembro de 2019, que unificou todas as convenções da OIT e o Decreto 5051/2004, estabeleceu que:

NO QUE CONSISTE O DIREITO À CONSULTA PRÉVIA, LIVRE E INFORMADA?

O direito à consulta se constitui em um elemento significativo do direito dos povos indígenas, comunidade quilombolas e povos tradicionais, no tocante ao seu direito à autodeterminação, uma forma de coparticipação nas decisões administrativas e legislativas que de alguma forma os afetam[9]. Neste sentido, concluímos que a consulta se apresenta como um instrumento de garantia da autodeterminação.

> *Art. 6.º, 1. Na aplicação das disposições da presente Convenção, os governos deverão: a) consultar os povos interessados, por meio de procedimentos adequados e, em particular, de suas instituições representativas, sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;*

Os povos afetados por uma medida administrativa ou uma lei, que venha a alterar ou afetar a organização social, política, jurídica, econômica e culturas dessas comunidades devem ser antecedidas pelo procedimento de consulta prévia. Nenhuma decisão do governo que interfira com esses povos, deve ser tomada de forma unilateral, nem mesmo, deve ter como objetivo apagar ou integrar a cultura desses povos ao restante da sociedade nacional.

A título de atos administrativos que devem ser submetidos ao processo de consulta temos como exemplos: a autorização de uso do solo concedida pelo poder público Municipal para um empreendimento ou o ato de supressão de vegetação concedida pelo poder público Estadual. No tocante a lei que deverá ser submetida a consulta, a título de exemplo temos os Planos Diretores Municipais. Consiste o instituto jurídico da consulta em,

[9] - SCHILLING-VACAFLOR, Almut; FLEMMER M. A, Riccarda. *El derecho a la consulta previa*: Normas jurídicas, prácticas y conflictos en América Latina. Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ). Ministerio Federal alemán de Cooperación Económica y Desarrollo (BMZ), 2013. p. 5. Disponível em: https://www.giga-hamburg.de/sites/default/files/md_pdf/1303_destradi_konferenzbericht_es.pdf. Acesso em: 25 set. 2018.

[10] - FIGUEROA, Isabela. A Convenção 169 da OIT e o dever do Estado brasileiro de consultar os povos indígenas e tribais. *In*: GARZÓN, Biviany Rojas (Org.). *Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais: oportunidades e desafios para sua implementação no Brasil*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009. p. 31. (Série documentos do ISA, 12); MOREIRA, Eliane Cristina Pinto; MACIEL, Luciano Moura. Protocolos comunitários: resistência e autodeterminação no acesso à biodiversidade. *In*: LIMA, Maria Dorotéa de (org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, IPHAN-Brasília, n. 38, p. 63, 2018.

> *(...) um processo que permite intercâmbio genuíno entre os governos e os povos potencialmente afetados e que deve durar o tempo necessário para que exista, pelo menos, a possibilidade das partes alcançarem um acordo sobre a medida proposta. Ou seja, o processo de consulta não pode resumir-se numa mera formalidade, mas oferecer oportunidades reais para que os povos influenciem seu resultado*[11].

Constitui-se em um procedimento administrativo "generalizado que tem por finalidade o diálogo entre os governos e o povo"[12]. A participação durante o processo de consulta não se dá somente com lideranças, com homens, ou pessoas adultas, ela deve ocorrer com a participação de todas as representatividades daquele coletivo que será afetado. Integram os povos indígenas, as diversas etnias, que possuem subdivisões, bem como estão vinculadas a territórios específicos, possuindo cada uma delas uma realidade social e cultural, que deverá ser respeitada e observada.

A Convenção nos coloca alguns elementos importantes a respeito dos processos de consulta, sendo os seguintes termos: livre, prévia e informada. Quanto ao termo livre, ele indica que o processo não pode ter nenhuma intimidação ou manipulação. O termo prévio, indica que para que haja o consentimento com antecipação suficiente a qualquer autorização, deve ocorrer a consulta no começo das atividades e tem que se respeitar as exigências cronológicas da organização indígena, de quilombolas e povos tradicionais[13].

Quanto ao termo informado, deverá o processo de consulta ocorrer a partir da garantia por parte do Estado às comunidades afetas de terem o acesso ao conteúdo que integra o projeto ou a lei. Assim, deverão ser entregues para as comunidades, mapas, estudos técnicos, informações econômicas, sobre os danos e afetações as comunidades, dentre outras informações. Por outro lado, essas informações devem ser prestadas de forma simples e concisa, respeitando a diversidade cultural e social das comunidades tradicionais.

Ressalta-se que a consulta prévia, enquanto processo, procedimento, poderá ao final gerar três consequências:

Capa Protocolo de Consulta São Francisco

Capa Protocolo Africa e Laranjituba

1. o consentimento prévio, livre e esclarecido;
2. uma negociação a respeito do ato administrativo ou da lei;
3. ou ainda a negativa por parte dos povos tradicionais. A consulta presume a possibilidade de emitir uma negativa, consentir, ou ainda tentar interferir, modificar, alterar o ato administrativo ou a lei que afetem as comunidades tradicionais.

[11] - FIGUEROA, Isabela. A Convenção 169 da OIT e o dever do Estado brasileiro de consultar os povos indígenas e tribais. *In*: GARZÓN, Biviany Rojas (org.). *Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais*: oportunidades e desafios para sua implementação no Brasil. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009. p. 41. (Série documentos do ISA, 12).

[12] - FIGUEROA, Isabela. A Convenção 169 da OIT e o dever do Estado brasileiro de consultar os povos indígenas e tribais. *In*: GARZÓN, Biviany Rojas (org.). *Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais*: oportunidades e desafios para sua implementação no Brasil. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009. p. 42. (Série documentos do ISA, 12).

[13] - OIT. *Los Derechos de los Pueblos Indígenas y Tribales en la Práctica* – Una Guía sobre el Convenio núm. 169 de la OIT. Departamento de Normas Internacionales del Trabajo, 2009, p. 63. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---normes/documents/publication/wcms_113014.pdf. Acesso em: 13 abr. 2019.

QUEM SÃO AS PARTES DO PROCESSO DE CONSULTA?

A Convenção nos traz uma definição a respeito das comunidades indígenas e dos povos tribais. Segundo o art. 1º da Convenção 169 da OIT:

1. A presente Convenção aplica-se a:

a) povos tribais em países independentes cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros segmentos da comunidade nacional e cuja situação seja regida, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por uma legislação ou regulações especiais;

b) povos em países independentes considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que viviam no país ou região geográfica na qual o país estava inserido no momento da sua conquista ou colonização ou do estabelecimento de suas fronteiras atuais e que, independente de sua condição jurídica, mantêm algumas de suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas ou todas elas.

Identifica os povos tribais, que para o direito brasileiro são interpretados como sendo os remanescentes de quilombos, descritos na Constituição Federal de 1988, e os povos tradicionais, previstos no Decreto 6040/2007. Esses povos possuem condições sociais, culturais e econômicas que os distinguem de outros segmentos da sociedade, bem como são regidos por seus costumes ou legislações específicas. Neste sentido:

> *No Brasil, por exemplo, a sociodiversidade existente impõe a interpretação do conceito de modo a incluir povos e comunidades tradicionais, tais como quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, seringueiros, pantaneiros, quilombolas, entre outros grupos já afirmados pelo ordenamento jurídico como sujeitos de direitos*[14].

[14] - MOREIRA, Eliane Cristina Pinto. O Direito dos povos tradicionais à consulta prévia, livre e informada. *In*: DIAS, Jean Carlos; GOMES, Marcus Alan de Melo (coord.). *Direito e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014. p. 117.

Quanto aos povos indígenas, a Convenção determina como sendo aqueles que descendem de populações que habitavam um país ou uma região geográfica, no momento da invasão de seus territórios pelas nações Europeia. Estabelece, ainda, que independentemente da sua condição jurídica em seus países, os povos indígenas assim o são, por manterem suas condições sociais, econômicas, culturais e políticas.

Temos dois requisitos que orientam os Estados a realizarem o processo de consulta. No artigo 1.º, identificam-se os sujeitos de aplicação da Convenção, e no artigo 6.º estabelecem-se os motivos e circunstâncias que exigem a realização da consulta prévia. Quando coexistirem estes dois requisitos, a obrigação da realização da consulta estará configurada. Importante ressaltar, que o dever de consulta aos povos tradicionais é do Estado, desta forma não poderá delegar este ato para uma empresa[15].

Ao estabelecer os procedimentos do processo de consulta prévia, a Convenção determina que os governos serão os sujeitos ativos da consulta. Desta forma, quem realizará a consulta prévia, será o ente estatal responsável pelo ato administrativo ou pela lei. Por exemplo, se estivermos diante de um licenciamento ambiental de competência da secretaria de Estadual de Meio Ambiente, será esta secretaria a responsável pela Consulta. Se estamos diante de um ato administrativo que fecha uma escola quilombola ou indígena, a responsável pela consulta será a secretaria de educação do Estado ou do Município.

Se estivermos diante de uma lei, que irá permitir a exploração de minério em terras indígenas, ou de uma lei de regularização fundiária que irá afetar quilombolas, ribeirinhos, apanhadores de flores sempre-vivas, quebradeiras de coco babaçu, será responsável pelo processo de consulta o poder legislativo. Importante lembrar que nos processos de aprovação ou alteração dos planos diretores dos municípios brasileiros, onde habitam indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, além das audiências públicas, deverá ocorrer com estes povos o procedimento de consulta prévia.

OS PROTOCOLOS COMUNITÁRIOS AUTÔNOMOS DE CONSULTA COMO EXERCÍCIO DO DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO E A AUTOTUTELA

No ano de 2011, com a implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, e seus impactos nas comunidades indígenas, pescadores e outros grupos tradicionais, que durante o empreendimento não foram consultadas, buscaram instrumentos jurídicos que pudessem garantir o respeito ao seu território e a sua cultura. Desta forma, a discussão sobre a aplicação da Convenção 169 da OIT, ganhou muita força.

A partir daí temos, em 2014, a criação do Protocolo de Consulta do Povo Indígena Wajãpi, da Terra Indígena Wajãpi no Amapá. No mesmo ano o povo Munduruku do Alto, Médio e Baixo Tapajós cria o seu Protocolo de Consulta. O procedimento da consulta prévia, fundamentado nos protocolos de consulta, tem como objetivo também garantir o direito à informação aos povos que serão afetados por determinados empreendimentos.

[15] - FIGUEROA, Isabela. A Convenção 169 da OIT e o dever do Estado brasileiro de consultar os povos indígenas e tribais. *In*: GARZÓN, Biviany Rojas (org.). *Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais*: oportunidades e desafios para sua implementação no Brasil. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009. p. 35. (Série documentos do ISA, 12).

Seguindo o caminho do protocolo Munduruku, diversas comunidades quilombolas e tradicionais do Estado do Pará decidiram adotar, como estratégia de resistência e de luta na defesa de seus territórios tradicionais, a construção do seu protocolo de consulta, para que o Estado do Pará realizasse o procedimento de consulta prévia com base neste instrumento social e jurídico.

Até hoje no Brasil temos os seguintes protocolos de Consulta elaborados, cada um deles guardando características próprias de suas comunidades, levando em conta sua organização social e cultural **se**ndo eles:

__1)__ Protocolo de Consulta e Consentimento Wajãpi (2014); __2)__ Protocolo de Consulta Munduruku (2014); __3)__ Protocolo de Consulta Montanha e Mangabal (2014); __4)__ Protocolo de Consulta Quilombola de Santarém (2015); __5)__ Protocolo de Consulta dos Povos do Território Indígena do Xingu (2015-2016); __6)__ Protocolo de Consulta dos Povos do Território Indígena do Xingu – Associação Terra Indígena do Xingu/ATIX (2016); __7)__ Protocolo de Consulta dos povos indígenas Munduruku e Apiaká do Planalto Santarenho (2017); __8)__ Protocolo de Consulta Prévia do Povo Krenak (2017); __9)__ Protocolo de Consulta Quilombola de Abacatal Aurá (2017); __10)__ Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada dos quilombolas de Jambuaçu-Moju-PA (2017); __11)__ Protocolo de Consulta aos pescadores e pescadoras do Município de Santarém-PA – Colônia de Pescadores

Z-20 (2017); ***12)*** *Protocolo de Consulta Juruna (Yudja) da Terra Indígena Paquiçamba da Volta Grande do Rio Xingu (2017);* ***13)*** *Protocolo de Consulta Quilombolas de Gibrie de São Lourenço (2017);* ***14)*** *Protocolo de Consulta Prévia da Tekoa Itaxi Mirim – Guarani Mbya, ACIQUA (2018);* ***15)*** *Protocolo de Consulta ao Povo Waimiri Atroari (2018);* ***16)*** *Protocolo de consulta e consentimento de Curuça, Jamari, Juquiri Grande, Juquirizinho, Moura, Nova Esperança, Palhal, Último Quilombo – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Alto Trombeta II (2018);* ***17)*** *Protocolo de Consulta da Comunidade Extrativista do Pirocaba – Abaetetuba/PA (2018);* ***18)*** *Protocolo de Consulta da Comunidade Tradicional da Ponta Oeste, Ilha do Mel, Baia de Paranaguá – Brasil (2018);* ***19)*** *Protocolo de Consulta das comunidades ribeirinhas Pimental e São Francisco (2018);* ***20)*** *Protocolo de Consulta do Quilombo África e Laranjituba – Moju/PA (2019);* ***21)*** *Protocolo de Consulta dos Kayapó-Menkragnoti associados ao Instituto Kabu (2019);* ***22)*** *Protocolo de Consulta dos Povos Indígenas do Oiapoque (2019);* ***23)*** *Protocolo de Consulta do Povo Paranará (2019);* ***24)*** *Protocolo do Território Quilombola da Alcântara (2019);* ***25)*** *Trincheiras: Yande Peara Mura – Protocolo de Consulta e Consentimento do Povo Indígena Mura de Autazes e Careiro da Várzea, Amazonas (2019);* ***26)*** *Protocolo de Consulta aos pescadores e pescadoras artesanais e caiçaras de Guaraqueçaba, PR (2019);* ***27)*** *Protocolo de Consulta aos ilhéus e ribeirinhos do Rio Paraná atingidos pelo parque nacional e APA de Ilha Grande (2019);* ***28)*** *Protocolo Comunitário de Consulta Prévia – Comunidades Quilombolas e apanhadoras de Flores Sempre Vivas: Vargem do Inhaí, Mata dos Crioulos, Raiz e Braúnas (2019);* ***29)*** *Protocolo Comunitário de Consulta Prévia – Apanhadoras e Apanhadores de flores sempre vivas: Macacos, Pé de Serra e Lavras (2019);* ***30)*** *Protocolo de Consulta dos Povos Yanomami e Ye'kwana (2019);* ***31)*** *Protocolo de Consulta Prévia Tupinambá (2018);* ***32)*** *Protocolo de Consulta e Consentimento Terra Indígena Igarapé Laje (2019);* ***33)*** *Protocolo de Consulta e Consentimento Terra Indígena Ribeirão (2019);* ***34)*** *Protocolo de Consulta dos Povos Indígenas da Região da Serra da Lua Roraima (2019);* ***35)*** *Protocolo de Consulta da Reserva Extrativista do Rio Outro Preto (2019);* ***36)*** *Protocolo de Consulta Prévia do Povo Warao em Belém/PA (2020);* ***37)*** *Protocolo de Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado do povo Irantxe-Manoki (2020);* ***38)*** *Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada, de Consentimento e Veto da Comunidade Quilombola do Bom Remédio - Abaetetuba, Pará;* ***39)*** *Protocolo de Consulta Prévia dos Quilombos Passa-*

gem, Nazaré do Airi e Peafú do Município de Monte Alegre/PA; ***40)*** *Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada das Comunidades Quilombolas de Brumadinho (2020);* ***41)*** *Protocolo de Consulta Prévia dos Territórios Quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo (2020);* ***42)*** *Protocolo de Consulta e Consentimento dos Povos Indígenas do Tumucumaque e Rio Paru d'Este (2020);* ***43)*** *Protocolo de Consulta da Comunidade Caiçara da Enseada da Baleia (2020);* ***44)*** *Protocolo de Consulta dos Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana - Região 2 - Bacia do Rio Paraopeba (PCTRAMA) (2020);* ***45)*** *Protocolo de Consulta dos Povos Ciganos - Etnia Calon - Minas Gerais (2020);* ***46)*** *Protocolo de Consulta a Comunidade tradicional de Rolim de Moura do Guaropé Quilombolas, Indígenas Wajuru, Sakirabiar e Guarassuê (2020);* ***47)*** *Protocolo de Consulta às Comunidades Quilombolas do Paraná (2021);* ***48)*** *Protocolo de Consulta dos Povos Indígenas do Território Wayamu (2021);* ***49)*** *Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada dos Pescadores e Pescadoras do Município de Aveiro - Pará (2021);* ***50)*** *Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada dos Pescadores e Pescadoras do Município de Itaituba - Pará (2021);* ***51)*** *Protocolo de Consulta aos Faxinalenses do Núcleo APF de Guarapuava - Paraná (2021).*

Os protocolos são expressão da organização social, cultural, política e econômica dos povos tradicionais, que tem como objetivo exercer seu direito à autodeterminação e a autotutela. O conteúdo dos protocolos reproduz essa organização, onde "é possível encontrar os princípios, diretrizes, critérios e regras mínimas que deverão ser respeitados pelo Estado para que um processo de consulta prévia seja culturalmente adequado, respeitando-se as especificidades e o direito próprio dos povos em questão"[16]. Em um primeiro momento, são construídos, pela necessidade dessas comunidades serem ouvidas e participarem nos processos de desenvolvimento econômico, na implementação de projetos de rodovias, hidrovias, ferrovias, exploração minerária, empreendimentos do agronegócio, dentre outros.

Quanto à eficácia jurídica dos protocolos autônomos-comunitários de Consulta construídos com fundamento na Convenção 160 da OIT, e na Constituição de 1988 devemos nos ater que:

[16] - SILVA, Liana Amin Lima da. Sujeitos da Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o direito à consulta e ao consentimento prévio, livre e informado (CCPLI). *In*: SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de; SILVA, Liana Amin Lima da; OLIVEIRA, Rodrigo; MOTOKI, Carolina; GLASS, Verena (orgs.). *Protocolos de consulta prévia e o direito à livre determinação*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; CEPEDIS, 2019, p. 102.

Convém lembrar que o respeito aos protocolos e procedimentos comunitários também possui fundamento na Constituição Federal de 1988, tendo em vista a proteção especial garantida ao pluralismo político (artigo 1º, inciso V) e aos direitos culturais alusivos à identidade de grupos sociais e seus modos de criar, fazer e viver (artigo 216). Os direitos à autodeterminação e ao pluralismo jurídico dos povos e comunidades tradicionais foram consolidados pela Convenção n.º 169 da OIT. Esse tratado internacional de direitos humanos constitui um marco jurídico capaz de romper os paradigmas integracionistas e consolidar direitos decorrentes dessa garantia, como a autoidentificação de grupos sociais distintos de outros setores da sociedade nacional[17].

Foto: ©Jacy Santos

TENTATIVA DE REGULAMENTAÇÃO PELO ESTADO DO PROCESSO DE CONSULTA (PARÁ E MARANHÃO)

Desde a adesão do Brasil à Convenção 169 da OIT, diversas foram as tentativas de regulamentação dos processos de consulta prévia baseadas na Convenção. Importante destacar, que os protocolos de consulta são formas de regulamentação, ou seja, as comunidades afetadas dizem para o Estado, como querem ser consultada, como querem ser ouvida, como querem que seu direito fundamental à autodeterminação seja respeitado.

[17] - MOREIRA, Eliane Cristina Pinto; MACIEL, Luciano Moura. Protocolos comunitários: resistência e autodeterminação no acesso à biodiversidade. *In*: LIMA, Maria Dorotéa de (org). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, IPHAN, n. 38, p. 70, 2018.

No Estado do Pará, percebemos a estratégia dos protocolos de consulta, que vem sendo realizada, buscando efetivar o direito fundamental dos povos indígenas, quilombolas, pescadores e demais povos tradicionais a consulta e a participação. A "onda" dos protocolos, se espalha como uma imensa "pororoca" Amazônica, ocupando toda a região com as boas novas, transpassando à região e atingindo todo as comunidades tradicionais no Brasil.

No ano de 2018, após as diversas comunidades da Região de Abaetetuba, de Santarém, e da Região do Xingu se mobilizarem para que o governo do Estado cumprisse a Convenção 169 da OIT, o governo paraense editou, em 24 de janeiro de 2018, o decreto n.º 1.969, cujo objetivo era instituir o grupo de estudos incumbido de sugerir normas procedimentais voltadas à realização das Consultas Prévias, Livres e Informadas (CLPI) aos povos e populações tradicionais.

Após intensa mobilização das comunidades, bem como a edição de recomendação, por parte das Defensorias Públicas do Estado e da União, e dos Ministérios Públicos Federais e Estadual, o governo do Estado revogou o primeiro decreto. Em 2 de maio de 2018, o governo editou o segundo decreto de n.º 2.061, que **"Institui Grupo de Estudos incumbido de reunir informações técnicas e jurídicas sobre povos e populações tradicionais no Estado do Pará, a fim de receber, nivelar e organizar procedimentos administrativos das secretarias e órgãos do Estado, referentes às Consultas Prévias, Livres e Informadas"**.

No ano 2019, foram reeditados os decretos anteriores sob o n.º 343/2019, que **"Institui o Grupo de Trabalho incumbido de sugerir normas procedimentais voltadas à realização de consultas prévias, livres e informadas aos povos e populações tradicionais"**. Em todos os decretos, ao contrário do que estabelece a Convenção 169 da OIT, as comunidades não foram consultadas sobre o decreto regulamentador.

No Estado do Maranhão, foi editado, no âmbito da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, a Portaria n.º 76 de 2019, que regulamentou o procedimento de Consulta Prévia no âmbito do Licenciamento Ambiental. Segundo o art. 1º da referida portaria, o procedimento da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), deverá ser observado antes da abertura dos processos de Licenciamento Ambiental.

No processo de regulamentação atribuiu-se a realização da Consulta Prévia às empresas que estejam realizando o empreendimento, que esteja em fase licenciamento ambiental. Por outro lado, quem deverá identificar as comunidades tradicionais a serem afetas será a consultoria ambiental contratada pelo empreendedor. Estabelece ainda que, antes de iniciar a Consulta Livre, Prévia e Informada, o responsável legal pelo empreendimento deverá acordar previamente com o representante do povo/comunidade tradicional a metodologia para a realização do procedimento.

A Consulta Livre, Prévia e Informada ocorrerá antes da abertura do processo para solicitação da Licença Ambiental, devendo-se apresentar o Relatório correspondente acompanhado das respectivas evidências, além dos demais documentos e estudos ambientais previamente exigidos. Caso o empreendedor identifique na fase da Consulta Livre, Prévia e Informada a existência de protocolos de consultas já constituídos pelo povo/comunidade tradicional, estes devem ser reconhecidos durante a consulta. Em todos os processos de regulamentação, as comunidades não foram consultadas sobre o decreto regulamentador.

A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5905 – CONVENÇÃO 169 DA OIT

No ano de 2018, a governadora do Estado de Roraima ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5905, a qual questiona a exigência da realização do procedimento de consulta prévia aos povos indígenas, quilombolas, pescadores, e demais povos tradicionais na hipótese de instalação de equipamentos de transmissão de energia elétrica, redes de comunicação, estradas e demais construções necessárias às prestações de serviços públicos.

"DECRETÃO DE REGULAMENTAÇÃO DAS CONVENÇÕES DA OIT" – DECRETO FEDERAL N.º 10.088, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019, UNIFICA TODAS AS CONVENÇÕES DA OIT E TAMBÉM O DECRETO 5051/2004

No início do Governo Bolsonaro, foi declarado que o Brasil sairia do acordo das nações unidas sobre mudanças climáticas, posicionamento que fora alterado após diálogos realizados entre o ministério do meio ambiente, e as representações diplomáticas de países Europeus. Diversas foram as ações no campo administrativo, orçamentário, político para diminuir e dar fim às políticas públicas no campo da seara socioambiental.

Em março de 2019, os diplomatas brasileiros, durante uma das reuniões da OIT, pronunciaram-se contra o "plano estratégico de engajamento" do secretariado da OIT para promover reuniões e eventos que visem discutir nos Estados-membros os documentos e mensagens sobre a Convenção 169. Foi criado também, um grupo de trabalho que vem

estudando formas do Brasil "denunciar" a convenção 169 da OIT, o que poderá acontecer entre os anos de 2021 e 2022. Esse grupo de trabalho também tem como atribuição alterar parecer da Advocacia-Geral da União que reconhece a necessidade da realização da Consulta Prévia aos povos indígenas e às comunidades tradicionais que forem afetadas por grandes obras.

Neste sentido, o governo brasileiro editou, em 5 de novembro de 2019, o Decreto n.º 10.088, que consolidou todos os atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal os quais dispõem sobre as promulgações de convenções e recomendações da OIT. Um desses decretos é o antigo Decreto 5051/2004, que internalizou a Convenção 169 da OIT.

Por ora, acreditamos que não se trata de uma revogação da Convenção, até porque não poderia revogá-la desta forma; mas sim da concentração em um só ato de todos os decretos que promulgaram convenções e resoluções da OIT. O art. 3.º deixa claro que as convenções que estiverem anexas ao Decreto, como a Convenção 169 da OIT, deverão ser executadas e cumpridas em sua integralidade. Em seguida, no art. 4.º, há possibilidade que o Congresso Nacional reveja os atos que aprovaram as convenções anexas ao decreto, trazendo dois elementos que podem prejudicar as comunidades tradicionais, quais sejam: quando as Convenções "acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional".

CAMINHAR SOBRE A CONSULTA PRÉVIA...

No Brasil existe a Portaria Interministerial n.º 60, que estabelece os ritos para atuação da FUNAI, Fundação Cultural Palmares e do Instituto do Patrimônio Cultural nos processos de licenciamento ambiental que possam afetar, desde que dentro de um raio de quilometragem a depender do tipo de procedimento, comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas e sítios arqueológicos. Neste sentido, os órgãos de licenciamento e as empresas, em todos os níveis do poder estatal, vêm entendendo que esse procedimento substitui a consulta prévia.

Importante destacar, que o Tribunal de Contas do Estado do Pará, em acórdão vanguardista e recente (n.º 58.861/2019), entendeu que a Consulta Prévia, Livre e Informada (CLPI), prevista no art. 6º da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), deve ocorrer junto às comunidades impactadas pela Ferrovia Paraense. No dispositivo do acórdão o TCE, determinou que o Governo do Estado, através da secretaria de estado responsável pelo empreendimento, realizasse a consulta prévia as comunidades diretamente afetadas pelo projeto de acordo com a Convenção 169 da OIT.

Neste sentido, o processo de consulta, de acordo com a Convenção 169 da OIT, deve ocorrer por meio dos procedimentos adequados, que vem sendo estabelecidos pelos povos indígenas e comunidades tradicionais através de seus protocolos de consulta prévia, livre e informada.

Inúmeras vem sendo as decisões judiciais, seja no âmbito dos juízos de primeiro grau da Justiça Federal, seja nos Tribunais Regionais Federais, que reconhecem o direito à consulta prévia de povos originários, comunidades quilombolas e povos tradicionais. Por outro lado, o Superior Tribunal de Justiça também reconheceu este direito, mesmo que ele esteja sendo questionado no âmbito do Supremo Tribunal Federal, corte que deve pautar suas decisões na Constituição Federal, realizando o controle de Constitucionalidade, mas também nos tratados e convenções internacionais, aplicando o controle de convencionalidade.

MATERIAL COMPLEMENTAR E DE ESTUDO:

- Livro Protocolos de Consulta Prévia e o Direito à Livre determinação: https://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2019/05/protocolos-de-consulta-web.pdf.
- Manual de Jurisprudência dos Povos Indígenas: http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/manual-de-atuacao/manual-de-jurisprudencia-dos-direitos-indigenas.pdf.
- Protocolos de Consulta e Consentimento – Ideias para a elaboração de protocolos de consulta prévia, livre, informada e de consentimento: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/08/PC-e-Consentimento-Prévio-FASE-versão-2.pdf.
- Revista Proposta – FASE, ano 42, n. 128, 2018: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Proposta-No-128-Para-Site-2.pdf.

A NOVA-NORMALIDADE

Originalmente publicado em 2020.

Luiz Felipe Lacerda[1], Márcia Kambeba[2], Sônia Guajajara[3] e Yashodhan Abya Yala[4]

"O fim do mundo talvez seja uma breve interrupção de um estado de prazer extasiante que a gente não quer perder" (AILTON KRENAK, 2019).

A pandemia de COVID-19 colocou grande parte da população mundial verticalmente em quarentena. Vivenciamos uma mudança abrupta em nossos modos de viver. Deixar de desfrutar o espaço social, os encontros e também as incontáveis possibilidades de consumo, caminha na contramão de toda a dinâmica que a sociedade moderna construiu como grande oferta do estilo de vida no século XX. A pandemia marca o fim do século XX e o início do século XXI. Para os historiadores são os fatos marcantes que datam historicamente o início e final de ciclos e eras, foi assim com o século XIX e a Primeira Grande Guerra, que nos convidaram a reinventar a vida, como escreveu Hobsbawm (1995).

No contexto atual muitos e muitas sentiram-se tolhidos em algumas de suas liberdades individuais mais fundamentais, como o direito de ir e vir. Ficar em casa, revisitar a vida familiar e domiciliar com intensidade e ao mesmo tempo, administrar o altíssimo fluxo de informações e encontros virtuais, assim como os deveres domésticos e os deveres laborais trouxeram, para muitos, uma ansiedade nunca antes visitada.

[1] - Psicólogo, docente de Universidade Católica de Pernambuco, secretário executivo do Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA).

[2] - Geógrafa, liderança indígena, poetisa, escritora, compositora, nação indígena Kambeba.

[3] - Liderança indígena, nação Guajajara, coordenação executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

[4] - ANGOMA DA CASA DA 7° ORDEM Yalaşé da Nação Muzunguê Comunidade Kilombola Morada da Paz Território de Mãe Preta.

Essa ansiedade pode ser expressada, simbolicamente, na narrativa do senso comum: **Quando voltaremos a "normalidade"?**

Contudo, é imperativo perguntarmos, em um exame de autoconsciência: **que "normalidade" é esta?**

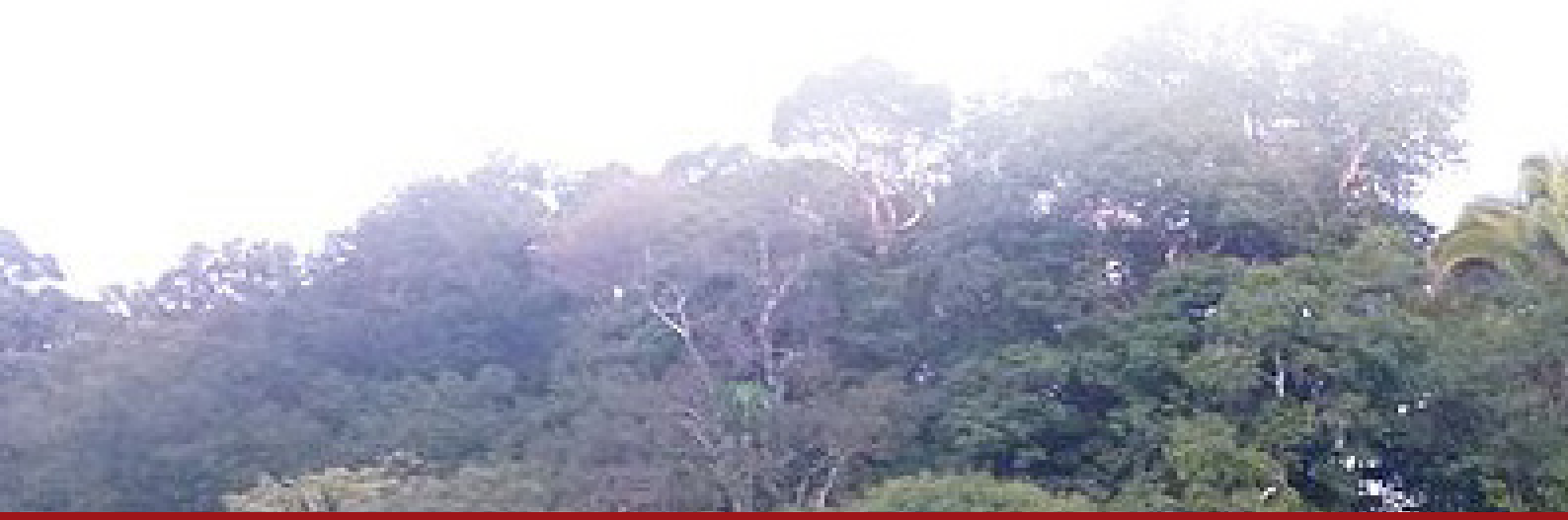
A "normalidade" que construímos até o momento deixou um rastro latino-americano de 30% das pessoas abaixo da linha da pobreza[5] e cerca de 10% na extrema pobreza[6] (CEPAL, 2019).

A histórica incapacidade política em construir um Estado de Bem-Estar Social **obriga 214 milhões de pessoas, diariamente, a passarem fome na América Latina** (FAO, 2020). A caracterização de um aparelho estatal a serviço do mercado, antes do que das pessoas, precarizou as condições mínimas para a manutenção sadia do tecido social, colocando, por exemplo, 10% da população do continente em situação de desemprego (CEPAL, 2019). Apenas no Brasil estima-se que quase 25% da população encontra-se em situação informal de trabalho (IBGE, 2019).

Nos últimos quatro anos, os bancos privados no Brasil bateram sucessivos recordes de lucros, chegando, em 2019, a um aumento de 18% em seus ganhos, enquanto que a renda dos 5% mais pobres caiu 3,2%, de acordo com o DIEESE (2019).

Os casos emblemáticos desta "normalidade" servente ao mercado financeiro, nesse momento de pandemia, são os próprios sistemas de saúde em colapso por simples falta de investimento público.

A "normalidade" que construímos é, fatidicamente, o sofrimento da maioria em prol da felicidade da minoria. A "normalidade" que logramos construir é a concentração de renda e a desigualdade social. Esta é a "normalidade" para qual desejamos ansiosamente regressar?!



[5] - **Pessoas que vivem com menos de R$ 406,00 por mês.**

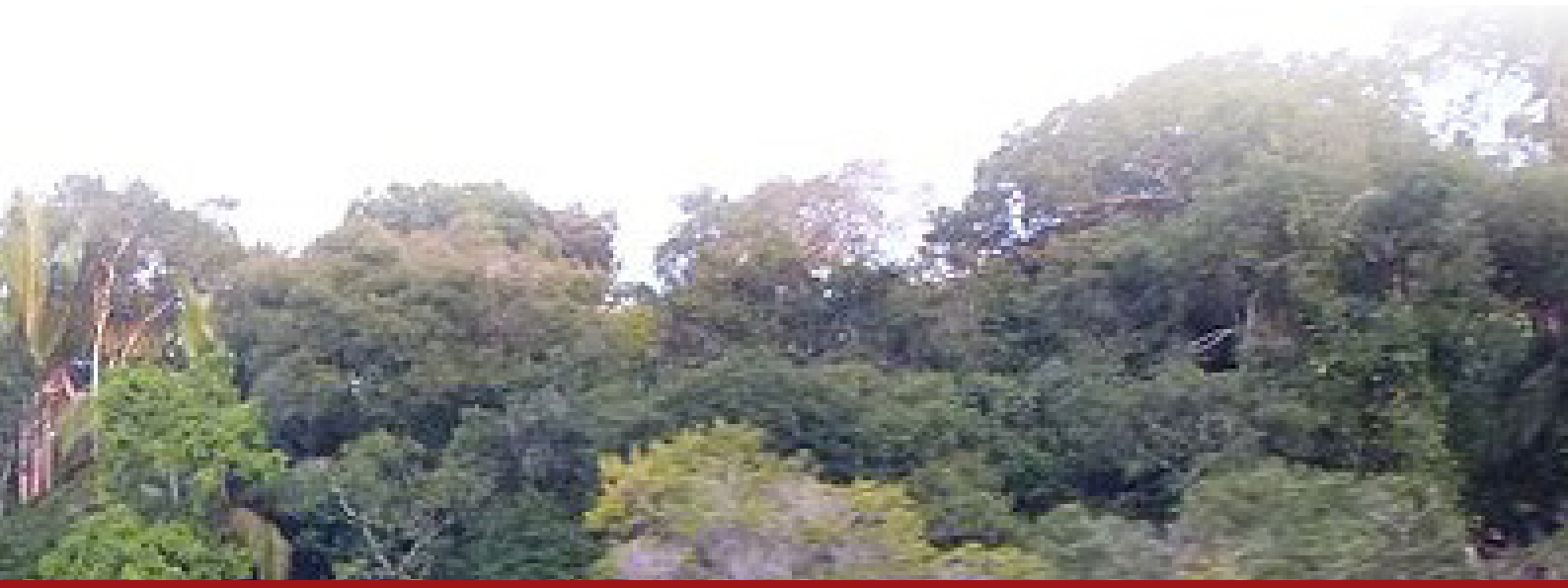
[6] - **Pessoas que vivem com menos de R$ 7,00 diários.**

Enfim, a "normalidade" que logramos construir desvinculou totalmente nossos estilos de vida e de produção da manutenção sustentável do planeta. De acordo com o Greenpeace (2019), apenas entre 2018 e 2019 desmatamos da Amazônia seis vezes o tamanho de São Paulo (9.762 km²), para retirada de madeira e criação de **gado.**

Que "normalidade" é essa?! A que fecha os olhos para a raiz humana da crise ecológica? Para o fato de que se o mercado agir de forma descontrolada com a cumplicidade de um *Estado-Empresa* o homem será, de fato, o lobo do próprio homem? O voltar para a "normalidade", que muitos anseiam, é regressar a um estado subjetivo obnubilado que **nos anestesia em um circuito diário, ciclicamente descartável de casa-trabalho-compras-casa?**

A pandemia de COVID-19 possui uma origem comprovadamente zoológica e isso deflagra a doentia relação que estabelecemos com a natureza, e suas consequências avassaladoras deflagram a doentia relação que estabelecemos entre nós mesmos, os humanos[7]. Leonardo Boff (2020) é taxativo ao afirmar sua teoria: a Terra é um ser vivo, ativo, desde a mais remota antiguidade civilizacional a Terra sempre foi vista como sagrada, como Mãe, um superorganismo que combina todos os fatores e as energias cósmicas de tal forma que sempre se mantém viva e que produz permanentemente as mais diversas formas de vida. *"A hipótese que proponho é que, neste momento a Terra reage, contra-ataca e faz a sua revanche contra a Humanidade."*

> *Isso me lembra os ensinos de minha velha avó que dizia: "os povos faziam suas migrações não só para fugir do perigo mas para deixar a natureza se renovar, na volta tudo estava recuperado, e eles podiam novamente usar dos alimentos, as palhas, a argila. Uma forma de respeito com a Mãe Terra, de cuidado mútuo. Isso na cultura dos povos chama-se Bem-Viver e o tempo é sem dúvida necessário. Quanto tempo essa pandemia vai durar não sabemos, o que sabemos é que nesse tempo em que o maior predador se recolheu em seu habitat a natureza está trabalhando para continuar servindo a humanidade.* (Márcia Kambeba)



[7] - É importante assinalar que Ailton Krenak, ao longo de seus dois últimos livros (*Ideias para adiar o fim do mundo* (2019) e *O futuro não está à venda* (2020)) oferta um questionamento contundente sobre este ideário de humanidade que se consolidou na modernidade, principalmente com arranjos entre instituições multilaterais de cunho global, após a segunda guerra mundial.

Portanto, antes de deixarmos a ansiedade avançar para o regresso da "normalidade", temos a oportunidade histórica de refletir sobre que "normalidade" é esta. **O futuro não está dado. Não é fato que sairemos deste momento mais altruístas e solidários**, tampouco que descortinaremos um momento mais ambicioso, ganancioso e destrutivo. A Razão Proléptica, denunciada por Boaventura de Sousa Santos (1995), que infere uma lógica linear e predeterminada da racionalidade e da subjetividade humana já foi, há muito, retirada de seu estandarte de *vere absolutum*.

Como sairemos desse momento, como construiremos o futuro e a possibilidade de uma Nova-normalidade está em jogo e tomará definições a partir de alguns elementos que pretendemos salientar a seguir.

1. TEMPO PARA SENTIR

Como salientaram recentemente Bruno Latour (2020), pensando o futuro pós-pandemia, e Eliane Brum (2020) afirmando que "O futuro pós-Coronavírus já está em disputa", o primeiro fato, até pouco tempo inimaginável, já aconteceu: uma desaceleração radical foi imposta aos modos de viver e produzir.

> *De fato, ficou provado que é possível, em questão de semanas, suspender, em todo o mundo e ao mesmo tempo, um sistema econômico que até agora nos diziam ser impossível desacelerar ou redirecionar. A todos os argumentos apresentados pelos ecologistas sobre a necessidade de alteração do nosso modo de vida, sempre se opunha o argumento da força irreversível do "trem do progresso", que nada era capaz de tirar dos trilhos* (LATOUR, 2020, p. 2).

A partir dessa parada obrigatória ganhamos a chance de refletir sobre novas formas de viver e produzir. Na quarentena essas experiências já estão em curso na medida em que milhares de pessoas vivenciam outras formas de relações familiares e domésticas, outras dinâmicas laborais, fábricas trabalhando em sistema de rodízio, sistemas educativos refletindo sobre o que de fato é essencial em suas grades curriculares, etc.

A disputa pela *Nova-normalidade* pós-pandemia, neste momento, passa sem dúvida pela subjetividade de cada sujeito. Latour mesmo, no texto supracitado, oferta uma série de questões que ajudam a refletir sobre quais atividades realmente são fundamentais ao nosso estilo de vida, de quais poderíamos abrir mão e quais novas ações poderíamos criar para ajustar a "normalidade" a novos parâmetros aliados a um viver - bem.

Em uma "normalidade" onde reclamávamos incansavelmente da falta de tempo, fomos impelidos a romper com a cadência, com o ritmo e com a velocidade com que levávamos a vida.

O tempo está dado. Como você está usando o seu?

2. QUESTIONAR AS ESTRUTURAS DA DESIGUALDADE E DAS INJUSTIÇAS

Neste tempo somos convidados a refletir sobre como desconstruir elementos basilares das injustiças. Estes questionamentos têm borbulhado atualmente com a requisição social de taxação sobre grandes fortunas, sobre a eminente necessidade de plebiscito sobre as concessões televisivas, sobre a necessidade de descentralizar a posse da terra, a necessidade de construir um Estado minimamente sadio garantindo emprego e saúde para a população, sobre a imperativa necessidade de uma renda mínima universal.

Infelizmente, os governos democráticos de cunho popular que conquistaram a América Latina no início deste século, não lograram as transformações estruturais necessárias. Apesar de garantirem a diminuição da pobreza e a operacionalização da justiça através de políticas públicas que visavam a equidade social, flertaram com as estruturas opressoras aceitando as negociatas dos mercados internacionais e das elites políticas, deixando um legado frágil, facilmente desmantelado por governos ultraliberais subsequentes[8].

É, portanto, inevitável que neste tempo questionemos as estruturas que sustentam as desigualdades na América Latina e no Brasil. Ailton Krenak (2020) apresenta questões contundentes para um exame individual e coletivo, caso tenhamos realmente o interesse de criar uma *Nova-normalidade*:

> *Como produzimos aquilo que comemos e por que comemos aquilo? Como nos relacionamos com a água? Como nos relacionamos com a energia?*

Ailton Krenak.
Foto: Percurso da Cultura (CC BY-SA)

[8] - Sobre esse cenário, afirma o ex-presidente uruguaio Pepe Mujica (BAHIANA, 2018), "na maioria dos casos nos contentamos em transformar pobres em consumidores, ao invés de cidadãos".

No contexto de pandemia explicitou-se ainda mais a fricção entre economia e vida. A Ecologia Integral é enfática ao afirmar que não existem duas crises distintas: não existe uma crise social e outra crise ambiental, elas são facetas diferentes de uma mesma moeda. Pensar uma pós-pandemia só é possível dentro de uma perspectiva socioambiental integralista onde tudo está interligado.

> *Todos precisam despertar, porque, se durante um tempo éramos nós, os povos indígenas, que estávamos ameaçados de ruptura ou da extinção dos sentidos das nossas vidas, hoje estamos todos diante da iminência de a Terra não suportar a nossa demanda* (KRENAK, 2019, p. 23).

Impressiona como construímos historicamente uma dissociação entre a natureza e a vida. Insolentemente, sentimos nossa vida mais ameaçada pela crise econômica do que pela crise climática, a despeito de todas as possibilidades de viver que encontramos ao analisar os aproximadamente 350 mil anos de história da humanidade frente aos aproximadamente 200 anos de capitalismo moderno.

Recentemente, através da Rede de Promoção de Justiça Socioambiental da Província dos Jesuítas do Brasil, lançamos um manifesto tratando desse tema específico[9] no contexto da COVID-19. Nele afirmamos:

> *Não existe equivalência cabível entre a vida humana e a economia. A defesa da vida é valor máximo e supremo, se sobrepõe a qualquer outra esfera do tecido social e possui valor em si mesmo, constitui-se em seu próprio fim. O cuidado pela vida é também o melhor caminho para a economia* (OLMA, 2020, p. 2).

Nessa *Nova-normalidade* **há de se pensar na força que possui a natureza ao usar sua sabedoria para, em um curto espaço de tempo, ensinar ao homem a ciência do amor, da solidariedade e do cuidado.** Como a terra cuida dos homens, como as árvores cuidam do solo, como o solo alimenta a população microbiana que é invisível aos nossos olhos, mas que desenvolve um papel extraordinário em todo nosso sistema.

[9] - Texto disponível em: http://olma.org.br/2020/03/26/o-cuidado-pela-vida-e-o-melhor-caminho-para-a-economia/.

Ao questionarmos as estruturas que originam as injustiças socioambientais em nossa sociedade mostra-se urgente a construção de novas formas de organização e participação popular nas políticas públicas e na ordenação do aparelho estatal. Estas novas formas terão que ocorrer à margem dos métodos e protocolos construídos até o momento.

Shiva, por exemplo, sinaliza a exigência de uma outra noção de solidariedade associada a democracia como responsabilidade, *"a democracia real - não a democracia como o direito de comprar o que deseja, mas a democracia como a responsabilidade de prestar contas a todos ao seu redor."* (LONDON, 2005, p. 35).

> *"Como foram expulsas do sistema político, as alternativas irão entrar cada vez mais frequentemente na vida dos cidadãos pela porta dos fundos das crises pandêmicas, dos desastres ambientais e dos colapsos financeiros."* (SOUSA, 2020, p. 6).

A crise vigente deve servir também, no campo das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais, para revisitarmos nossas ações. Surge a impressão de que geralmente nos debruçaremos apenas sobre as consequências desumanas desta "normalidade". Devemos nos questionar se temos alcançado o tencionamento, a incidência e a transformação, mesmo que mínima, de elementos que realmente são estruturantes das desigualdades e das injustiças socioambientais. Nosso foco está correto? Nossas estratégias são efetivamente transformadoras ou paliativas?

Foto divulgação: [e-book] A cruel pedagogia do vírus de https://www2.boitempoeditorial.com.br/produto/a-cruel-pedagogia-do-virus-1021.

Para esta reflexão Santos (2020), em *A Cruel Pedagogia do Vírus*, aponta algumas lições que podem auxiliar:

A) O tempo político e midiático condiciona o modo como a sociedade se apercebe dos riscos que corre.

B) As pandemias não matam tão indiscriminadamente quanto se julga.

C) Enquanto modelo social, o capitalismo não tem futuro.

D) A extrema-direita e a direita hiper-neoliberal ficam definitivamente (espera-se) descreditadas.

E) O colonialismo e o patriarcado estão vivos e reforçam-se nos momentos de crise aguda.

F) O necessário regresso do Estado e da comunidade é fato.

Para as respostas que necessitamos o habitual modo de refletir não serve. Analisar essas questões estruturantes sob a égide da cosmovisão eurocentrada nos colocará em um círculo vicioso metacognitivo esquadrinhado dentro de sua própria lógica. É necessário um novo modo de proceder, é necessário promover uma ruptura na cosmovisão hegemônica.

3. RUPTURA DA COSMOVISÃO

Tratando-se de outras formas de perceber o mundo, devemos admitir que há décadas os povos tradicionais, entre eles de maneira especial os indígenas e quilombolas, anunciam esse momento de crise humanitária e, além de apontarem os equívocos de nossas escolhas, oferecem caminhos alternativos, embasados em seus próprios modos milenares de viver.

Os povos indígenas, durante séculos, desenvolveram técnicas para contribuir com o equilíbrio entre homem e natureza. Percebendo a relação espiritual e sensitiva deles com a Terra, de cuidado e dependência, acabam por nominá-la Grande Mãe. Para eles tudo que existe sobre a terra e vive, tem espírito: as árvores, os pássaros, a água, o fogo. Assim, tudo o que acontece na aldeia é celebrado dentro de um ritual; por isso, não se pode matar além do necessário e essa caça terá que ser partilhada entre todos e todas.

Krenak (2020) denuncia nossa percepção hegemônica de tempo como algo retilíneo, linear e progressista, que limita a criatividade das alternativas. Em contrapartida ele apresenta a perspectiva temporal cíclica das populações indígenas, e nela uma vez mais se comprova que tudo está interligado. O tempo é uma espiral ascendente e aquilo que não foi resolvido no passado regressará com outra roupagem no presente.

Para além da perspectiva linear do tempo moderno, ocorre que a cosmovisão ocidental é acima de tudo racional, a apreciação do mundo passa primordialmente pelo sistema cognitivo e isto limita profundamente nossa compreensão. Esta limitação é nociva em diversas esferas, permite, por exemplo, que possamos justificar a domesticação destrutiva da natureza para fins comerciais.

Para uma *Nova-normalidade* devemos de fato abandonar a cosmovisão, abandonar a metacognição que a ciência cartesiana embutiu na lente pela qual percebemos o mundo, devemos substituí-la por uma cosmosensação, justamente aos moldes das culturas milenares. **A cosmosensação é a apreciação do mundo através dos cinco sentidos de forma integrada, consequentemente, deslocando do cérebro para outras centralidades do corpo a assimilação.** De acordo com Ailton, deslocada da cabeça, essa centralidade passa a operar no que simbolizamos como coração, nas emoções. **Com a cosmosensação passamos a compreender o mundo pelo que sentimos e não pelo que pensamos.** Este sentir carrega em si o elemento da intuição que, para além da apreciação dos cinco sentidos, conecta a percepção humana com elementos imateriais, invisíveis a realidade concreta.

> *"É no coração a morada da consciência"* (KRENAK, 2020, p. 22).

Também o Povo de Axé, originários na sua cosmopercepção de mundo, orienta-se com conhecimentos que já anunciavam a necessidade de apreender a viver a teoria do impacto, onde nada que existe ocorre sem a consciência do contraste. Então, o que estamos vivendo é o tempo do contraste. Estávamos desacostumados a viver conosco mesmo, estávamos desacostumados a viver com o tempo. Este é o contraste imposto por este tempo de pandemia. Aprender com o contraste tempo-confinamento-solidão-vazio-estar consigo mesmo é reconhecer nossa distopia diante da vida e nos permitir, verdadeiramente, marcar um encontro com nossa alma para checar o que estamos fazendo com a nossa vida.

Há um provérbio dos povos africanos Swalili, chamado Kuumba: **A criatividade como princípio orientador da vida em comunidade guia a capacidade de inventar-criar-compartilhar.**

O princípio africano Swalili é importante para estes tempos, pois pode nos dar uma resposta mais adequada ao impacto imposto pela pandemia à nossa subjetividade. Na cosmosensação ou cosmopercepção destes povos de axé tal princípio implica na *"necessidade em expandirmos a luz sobre as trevas"*. A luz é o convite a estarmos mais em contato com nossa alma – nosso emi – ou seja, colocar como meta de nossa vida a atitude de solidariedade-criatividade-responsabilidade, nossa luz.

A ruptura da habitual cosmovisão em prol da cosmosensação é reveladora de outras formas de aprendizagens, como apontou David Ausubel no início dos anos 90, com o conceito de aprendizagem significativa. Ela toma novo fôlego na cena ocidental com a *Encíclica Laudato Si'* (2015), ao apresentar o Paradigma da Ecologia Integral. Bebendo das fontes do Bem-Viver oriundas das populações tradicionais da América Latina e da África, a Ecologia Integral apresenta-se como um novo paradigma interdisciplinar que, obrigatoriamente, nos leva a uma análise mais sistêmica da realidade.

Como exemplo, não basta mais ensinarmos as crianças a separar o lixo ao longo de oficinas escolares deslocadas da realidade. É necessário auxiliá-las a compreender, sentir, cheirar, emocionar-se com os caminhos que aquele resíduo percorreu até chegar as suas mãos. Quais atores e realidades estão envolvidos nesse percurso? Como vivem, quem são, porque vivem assim? Quantos anos esse elemento viverá na natureza caso seja descartado incorretamente? Quais as consequências desse descarte impróprio? Porque produzimos e para que precisamos? Essas e outras questões são fundamentais em uma Nova-normalidade-pedagógica que parte da premissa libertadora de que tudo está interligado.

> *A pandemia revela que o modo como habitamos a Casa Comum é nocivo à sua natureza. A lição que nos transmite soa: é imperioso reformatar nossa forma de viver sobre ela, enquanto planeta vivo. Ela nos está alertando que assim como estamos nos comportando não podemos continuar* (BOFF, 2020, p. 1).

A *Nova-normalidade* ou fundará uma nova ética humana embasada no respeito, no cuidado, na integralidade, na conversão socioambiental objetiva e subjetiva, reunindo um conjunto de novos filo-valores, ou estará fadada ao fracasso. É apenas a partir da ascensão de uma nova cosmosensação que a humanidade conseguirá estabelecer outra relação com a natureza e uma *Nova-normalidade*. A disputa que já está em jogo, como evoca Eliane Brum, passa sem dúvida pela alteração dos vetores que subjetivam cada pessoa. Antes de mais nada, a *Nova-normalidade* depende de uma reforma interna. Nunca, neste sentido, foi tão propícia a expressão de Mahatma Gandhi: *"Seja a mudança que você quer no mundo".*

A afirmativa pode parecer um jargão aos ouvidos acostumados a escutar por décadas tal expressão, contudo, muito pouco se concretizou neste caminho. A incongruência parece ser condição prima do humano, temos um longo caminho a traçar entre o que falamos e o que fazemos e isto é o próprio caminho entre a doença e a saúde, como assinalou Maslow, pai da psicologia humanista.

A concretização da ação renovada baseada em uma nova ética humana parece esbarrar em um material cultural incorporado desde nosso nascimento e reforçado ao longo de cada etapa de nossa singularização, que não permite nos distanciarmos e operarmos de maneira crítica do *modus operandi* da sociedade, algo que Pierre Bourdieu (1979) descreveu enfaticamente como *habitus*[10]. Assim, romper com a "normalidade" socialmente imposta até aqui significa romper com nossa própria "normalidade" individual. Isto que está em jogo no desafio de concretizar **"sermos a mudança que desejamos para o mundo".**

Como você tem apreendido o mundo? Quais sentidos lhe conduzem? Sua assimilação tem sido mental ou emocional? E, principalmente, qual sua força interna, sua potência de vida, sua força de desacomodação para romper seus próprios hábitos? São perguntas que deveriam nos guiar nesta necessária transição.

[10] - O *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas produzidos e que geram sentido à vida." (BOURDIEU, 2007, p. 121).

4. FALAR É AÇÃO QUE CONSTRÓI A REALIDADE

Roda de conversa, 4a SEMEA (http://olma.org.br/4asemea-principaismateriais/)

Inúmeros autores clássicos do desenvolvimento humano, entre eles Piaget, Wallon e Vygotsky, demonstraram como a linguagem ocupa um lugar central da organização interna e externa da realidade humana. Mais recentemente, no contexto da "antiga normalidade[11]" Habermas defendeu extensamente o poder constitutivo da comunicação, apresentando a Teoria da Ação Comunicativa que se contrapunha a razão instrumental enquanto único elemento operante da vida em sociedade. Partindo da perspectiva que a linguagem constitui uma importante ferramenta de transformação, Habermas argumenta que, através da ação comunicativa, podemos transformar os aspectos objetivos, subjetivos e sociais do mundo.

As culturas tradicionais, com sua cosmosensação, através da oralidade, também criam outras normativas na compreensão do tempo e do espaço. Os contadores de história constroem uma ponte entre os ensinamentos tradicionais e o momento presente. A cada vez que a história é repetida cresce o nível de compreensão sobre a mesma e sua materialidade na realidade.

"Assim eu falei!" diz Wacai, um querido amigo, líder Kariri Xocó Fulniô, ao término de suas falas mais inspiradas, e nos ensina que quando diz isso é como dissesse: *"Assim falaram por mim todos e todas que me antecederam"*, constituindo uma realidade povoada de imaterialidade viva que molda a cena a partir de diversos aspectos psicológicos, sociológicos, espirituais, sensoriais, perceptivos.

[11] - Período pré-pandemia de Covid-19.

Algumas tradições ameríndias do norte das américas historicamente praticam o Pow-Wow (Partilha/Renovação) onde diferentes nações se encontram após um inverno rigoroso de isolamento social com o intuito de partilhar seus aprendizados pessoais e familiares. Círculos de cura, de anciões, de caçadores, entre tantos outros duram dias e noites a fim de elevar a consciência coletiva e pessoal através das narrativas. O Ritual é mantido, anualmente, até os dias de hoje.

> *O modo de pensar do Povo Vermelho difere bastante do modo de pensar dos outros povos. Nós não costumamos revelar qual a real mensagem contida em nossas histórias. Assim os ensinamentos são repassados de forma que cada um possa aprender conforme seu próprio modo de ser* (SANS, 1993, p. 250).

Para Nação Muzunguê, o Ipádè, que em uma tradução livre da língua Yorubana significa Encontro, é uma reunião circular, sagrada, onde mais velhos e mais novos sentam-se em círculos, com seus tambores ao centro, para dialogarem e receberem orientações de suas divindades sobre os mais diversos temas, como educação, relações pessoais, fazerem consultas e tomarem decisões diversas. O Ipádè orienta a ação dos kilombolas no Ilè (na Terra). É uma força circular em que Tudo habita, diretamente conectada com todos os elementos e todos os sinais da natureza. O Ipádè é também a materialização das três dimensões que habitam em cada um (a) e na comunidade como um todo, o passado, com a conexão junto aos ancestrais; o presente através daqueles que se encontram; e o futuro, ao refletirem, sentirem, dialogarem com as próximas gerações.

> *Sobre esse período que estamos vivendo, isso já havia sido compartilhado conosco, pelas divindades, no Ipádè. Já havíamos sido avisados há muito tempo. Recebemos agora, nos Ipádès a orientação de como devemos agir frente a esse cenário:* ***com atenção permanente, solidariedade constante, cuidado e zelo incessante com a natureza, com a nossa terra, e com nossos irmãos e irmãs.*** *Eles nos mostram como agir depois deste processo, porque isso vai passar: com criatividade, reinventando e nos reinventando a cada dia, no hábito de comer, de estar com o próximo, de viver* (Yashodhan).

A *Nova-normalidade*, consequente exigência da pandemia causada pela COVID-19, cobra um outro compasso em termos local e global. Inclusive, compasso que nos induza para uma outra arquitetura do viver no que tange às diferentes instâncias de poder, inclusive o poder da fala. Somente com o tempo teremos noção de como tudo isso marcará intimamente nossa subjetividade.

Para a construção desta *Nova-normalidade* ainda em disputa, a fala, o diálogo, a narrativa, a dialogicidade, o registro oral pelo modo como cada um e cada uma e por congruência, pelo modo como a história contará sua vivência, seus processos e seus possíveis aprendizados no tempo de quarentena e pandemia, trará a materialidade para o que até então encontra-se em disputa no âmbito abstrato e subjetivo.

O que você tem a dizer?

Referências

BAHIANA, Ana Maria. Transformamos pobres em consumidores e não em cidadãos, diz Mujica. *Folha de São Paulo*, 21 dez. 2018. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/12/transformamos-pobres-em-consumidores-e-nao-em-cidadaos-diz-mujica.shtml. Acesso em: 1 maio 2020.

BOFF, Leonardo. O Coronavírus: a autodefesa da própria Terra. *Leonardo Boff*, 23 mar. 2020. Disponível em: https://leonardoboff.org/2020/03/23/o-coronavirus-a-auto-defesa-da-propria-terra/. Acesso em: 1 maio 2020.

BOFF, Leonardo. A Terra contra-ataca a Humanidade pelo coronavírus. *Leonardo Boff*, 16 abr. 2020. Disponível em: https://leonardoboff.org/2020/04/16/a-terra-contra-ataca-a-humanidade-pelo-coronavirus/. Acesso em: 1 maio 2020.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção*: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BRUM, Eliane. O futuro pós-Coronavírus já em disputa. *El País*, 8 abr. 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-04-08/o-futuro-pos-coronavirus-ja-esta-em-disputa.html. Acesso em: 1 maio 2020.

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). *Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe*. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44604/1/S1900309_es.pdf. Acesso em: 1 maio 2020.

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). *Panorama Social de América Latina*. Disponível em: https://unstats.un.org/sdgs/indicators/database/. Acesso em: 1 maio 2020.

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). *Pobreza na América Latina*. Disponível em: https://nacoesunidas.org/cepal-preve-aumento-da-pobreza-na-america-latina-e-caribe-em-2019/. Acesso em: 1 maio 2020.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). *Boletim de Conjuntura*, n. 19, set. 2019. Disponível em: https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2019/boletimConjuntura019.pdf. Acesso em: 1 maio 2020.

FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica Laudato Si'*. Louvado sejas: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus; Loyola, 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 25 mar. 2020.

G1. Lucro dos Bancos em 2019. *G1 Economia*, 13 fev. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/02/13/lucro-dos-maiores-bancos-do-brasil-cresce-18percent-em-2019-e-soma-r-815-bilhoes.ghtml. Acesso em: 1 maio 2020.

GRENPEACE. Desmatamento na Amazônia Legal. *Greenpeace Brasil*, 18 nov. 2019. Disponível em: https://www.greenpeace.org/brasil/blog/desmatamento-da-amazonia-tem-3a-maior-alta-percentual-da-historia/. Acesso em: 1 maio 2020.

HABERMAS, J. *The theory of communicative action*. v. 1. Reason and the rationalization of society. Boston: Beacon Press, 1984.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos*: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. Conversas Selvagens: Contexto de Pandemia. *SELVAGEM ciclo de estudos sobre a vida*. Vídeo (70 min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xeAI7GDOefg. Acesso em: 1 maio 2020.

LATOUR, Bruno. O futuro pós-pandemia. *ClimaInfo*, 3 abr. 2020. Disponível em: https://climainfo.org.br/2020/04/02/barrar-producao-insustentavel-e-onsumismo/. Acesso em: 1 maio 2020.

LONDON, Scott. In the Footsteps of Gandhi: An Interview with Vandana Shiva. *Scott London*. Disponível em: https://scott.london/interviews/shiva.html. Acesso em: 15 ago. 2017.

Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA). Nota Pública: O Cuidado plena vida é o melhor caminho para a economia. *OLMA*, Brasília, 26 mar. 2020. Disponível em: http://olma.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Nota-Pública-OLMA-O-CUIDADO-PELA-VIDA-É-O-MELHOR-CAMINHO-PARA-A-ECONOMIA.pdf. Acesso em: 1 maio 2020.

Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). FAO: coronavírus aumentará fome e probreza na América Latina e Caribe. *EBC*, 29 abr. 2020. Disponível em: https://radioagencianacional.ebc.com.br/internacional/audio/2020-04/fao-coronavirus-aumentara-fome-e-pobreza-na-america-latina-e-caribe. Acesso em: 1 maio 2020.

SANS, Jaime. *As cartas do Caminho Sagrado*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente*: contra a lógica do desperdício da experiência. São Paulo: Loyola, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra, Portugal: Almedina, 2020.

SAVEDA,Thiago. *Lágrima ou chuva*. Disponível em: https://blogdosaveda.com.br/blog/post/141824/poema. Acesso em: 9 maio 2020.

RAONI
NOBEL DA PAZ
#raoninobeldapaz2020
www.fundar.org.br
REPAM
OLMA
FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO
CÁRITAS BRASILEIRA
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura
Cátedra Unicap de Direitos Humanos Helder Camara
Universidade Católica de Pernambuco - Unicap
Estabelecida em 2009
CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
Cáritas
Arquidiocesana de Brasília

DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO: IMPASSES E PASSOS

Originalmente publicado em 2020.

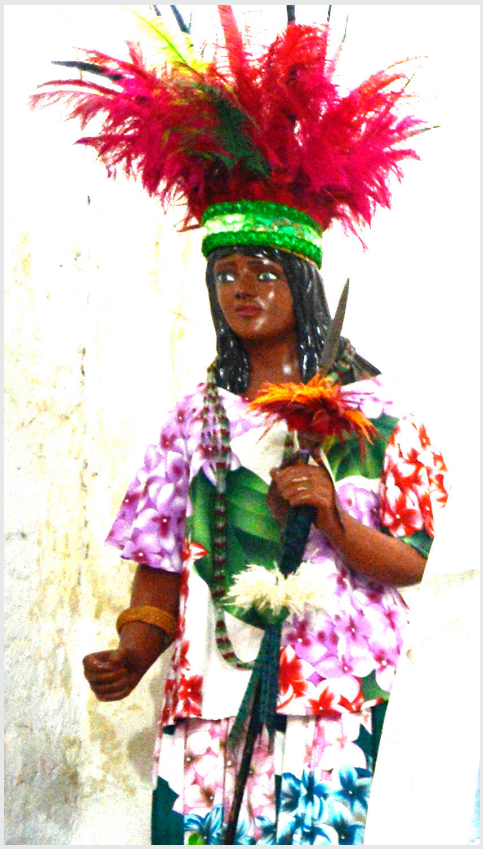
Gilbraz Aragão[1]

APRESENTANDO OS DESAFIOS

A paz na Terra depende, em grande parte, do diálogo entre as religiões. E são muitos os desafios que o mundo enfrenta no campo (da falta) do diálogo inter-religioso. Não bastassem os conflitos econômicos e políticos, a China e a Coreia do Norte perseguem ideologicamente os grupos espirituais tradicionais. O Irã e a Arábia Saudita apadrinham a versão de uma religião e perseguem muçulmanos dissidentes, cristãos e baha'is. O Paquistão condena à morte quem os extremistas denunciam por blasfêmia, normalmente xiitas, cristãos, hindus e ahmadis. Na Síria e Iraque o grupo Estado Islâmico desencadeou ondas de terror contra yazidis, cristãos e xiitas, bem como contra os gays e as mulheres. Budistas radicais na Birmânia agridem os muçulmanos rohingya. Na República Centro-Africana, milícias cristãs destruíram quase todas as mesquitas do país. Na Nigéria, o Boko Haram continua a atacar cristãos e inúmeros muçulmanos que se opõem ao grupo. Muçulmanos e judeus continuam se confrontando na Palestina. O extremismo político-religioso também aterroriza Europa e EUA – e não são apenas os ditos muçulmanos antiocidentais que o promovem: grupos que se proclamam cristãos matam médicos que defendem os direitos reprodutivos.

[1] - Professor da Universidade Católica de Pernambuco, coordenador do Observatório Transdisciplinar das Religiões no Recife.

No Brasil, as denúncias de discriminação e intolerância religiosa aumentam e a maioria dos fatos envolve o Povo de Santo das religiões afro-indígenas-brasileiras, com cultos de imprecações "cristãs" contra os seus Terreiros e agressões aos seus símbolos e aos seus membros. Não se trata de criticar as pessoas que gostam do evangelho e criam comunidades em torno dele para promover mais vida, mas de questionar um projeto de dominação político-cultural articulado por algumas lideranças evangélicas e católicas, que consiste inclusive em um cisma com respeito à tradição profética do cristianismo. Pois elas opõem um "Deus" pai sério e punitivo a uma divindade amorosa de justiça e compaixão; manifestam um apego teológico ao pecado original, contra uma espiritualidade da criação e sua compreensão de bênção original; pregam a intolerância ao estrangeiro e ao "estranho" moral, contra o abraço ao feminino e aos outros gêneros; estimulam o medo da ciência, ao invés do incentivo à sapiência; anunciam uma igreja exclusivista, rígida e hierárquica, contra os movimentos inter-religiosos em favor da terra ecoconsciente.



RECUPERANDO A HISTÓRIA

Vivemos em um contexto cultural ainda muito cristão e católico. No missal romano antigo, com efeito, éramos convidados a rezar todos os dias pelos católicos e somente uma vez ao ano pelo resto da família humana, na sexta-feira santa. Nesse dia se rezava pelos "cismáticos", pensando-se nos cristãos ortodoxos do Oriente, pelos "heréticos", pensando-se nos protestantes, pelos "judeus pérfidos" e, pelos "pagãos", pensando-se nos adeptos das outras religiões do mundo. E se pedia que o Deus Todo-poderoso retirasse a iniquidade dos seus corações e que, deixando seus ídolos, eles se voltassem para o verdadeiro Deus, o Deus vivo, e para o seu Filho único, Jesus Cristo, nosso Deus e Senhor.

Tal liturgia projetava os católicos como "filhos da luz", e deixava o restante da humanidade nas trevas. Olhando o mundo desta perspectiva, pareceu justo que as nações cristãs da Europa tivessem submetido e colonizado os outros continentes: isso abria as portas para a missão da Igreja. A teologia subjacente enfatizava, na mais perfeita boa consciência, que nós reconhecemos Jesus como o Salvador do mundo, o único Mediador entre Deus e os homens. Tornou-se famoso o ditado de Cipriano, "*Extra Ecclesiam Nulla Salus*", muito embora, o Concílio de Trento tenha chegado a formular a noção de "batismo de desejo" como válvula de escape teológico para a salvação dos pagãos do Novo Mundo.

Frente a essa fase exclusivista e eclesiocêntrica de até pouco tempo, levantou-se o inclusivismo de Karl Rahner e Henri de Lubac, lembrando que o Verbo de Deus ilumina todo ser humano nascido neste mundo, que Jesus anunciou as Bem-aventuranças como caminho de santidade oferecido a todo ser humano e que Deus reconciliou em Cristo todas as coisas, na terra e nos céus. O Concílio Ecumênico Vaticano II, em 1965, lembrou então as "sementes do Verbo" presentes em todas as culturas e religiões e, a partir daí, ficou conhecida a teoria de Rahner sobre os "cristãos anônimos". Até então, acreditava-se de fato que Deus havia revelado em Jesus Cristo e até o último apóstolo, pelo Espírito, um depósito de informações verdadeiras frente às quais deveríamos ter fé - enquanto consentimento racional e aderência sentimental -, tratando de adequar-nos moralmente a tais verdades.

Depois do Vaticano II, deve-se conceber a Revelação como uma verdadeira pedagogia divina: é o Espírito Santo que nos permite interpretar os "sinais dos tempos" e, numa certa altura do esperançoso compromisso prático para com a defesa da vida no mundo, acreditarmos que aquele grito que despertou a nossa práxis amorosa é sagrado, ou seja, percebermos que dentro da nossa relação amorosa fala-nos processualmente uma Palavra - Revelação - diferente, que causa diferença na vida, de forma que a Palavra de Deus não está presente só nos "livros sagrados", nem somente na literatura cristã.

Assim, existem teólogos que consideram Jesus não como expressão "constitutiva" e sim "normativa" da graça salvífica. Jacques Dupuis, Michael Amaladoss e Edward Schillebeeckx não insistem, por esta razão, na inclusão das outras religiões no cristianismo, mesmo ficando "limitadas" frente ao cristianismo. Para eles, nas religiões, acontecem autênticas manifestações de Deus, completadas e levadas à perfeição no mistério de Jesus Cristo. Há até quem afirme que "o mistério de Cristo inclui todas as manifestações de Deus na história, não apenas as realizadas em Jesus". Jesus seria a manifestação de Deus em toda sua profundidade, mas não em toda sua extensão, por conta da "kénose", ou esvaziamento, que deriva da sua encarnação particular.

> *"Ao contrário da tese exclusivista tradicional 'Fora da Igreja não há salvação', ou melhor pontuando a tese inclusivista mais recente 'Fora do Cristo não há salvação', Schillebeeckx propõe (...) uma tese mais radical ainda: 'Fora do mundo não há salvação'. Para este autor, 'quem ofende e profana este mundo comete, sob o ponto de vista teológico, um pecado contra o Criador do céu e da terra, contra Aquele que muitos indivíduos chamam, ainda que com nomes diferentes, Deus'. A salvação, para Schillebeeckx, não pode vincular-se exclusivamente às religiões e às igrejas, mas reporta-se ao mundo e à história, que para ele são a base de toda realidade salvífica"*[2].

Assim, hoje, cristãos mais amadurecidos têm uma crença mais razoável (se sigo a Jesus, posso encontrar uma vida boa, verdadeira e abençoada pelo seu caminho de amor, mas entendo que outros possam igualmente descobrir outras espiritualidades válidas) e até mais pluralista (há algo da consciência de Cristo em todos os seres e culturas, sendo o cristianismo uma de suas interpretações) e inclusive mais integral (a espiritualidade também se verifica na profundidade da observação científica e nas relações intersubjetivas profundas, podendo-se mesmo conceber uma "missa sobre o mundo" para além das místicas explicitamente eclesiais).

[2] - **TEIXEIRA, Faustino. *Teologia das religiões*. São Paulo: Paulinas, 1995. p. 113.**

APONTANDO NOVOS HORIZONTES

O diálogo inter-religioso, que vem transformando teologias e práticas católicas e cristãs, foi despertado pela consciência moderna da pluralidade religiosa desde o Parlamento Mundial das Religiões, realizado nos Estados Unidos em 1893. Esse movimento cria relações entre participantes de tradições espirituais distintas e acontece em vários níveis ou formas. Independentemente da maneira em que se concretiza, a prática dialogal traduz um espírito de abertura, hospitalidade e cuidado. Uma importante forma de diálogo acontece no âmbito da cooperação religiosa em favor da paz. Trata-se de um diálogo de obras, envolvendo ações e colaboração comum em favor de um mundo mais humano e justo. Uma outra forma de diálogo ocorre a nível dos intercâmbios teológicos. Trata-se aqui de um diálogo envolvendo especialistas e peritos das várias tradições religiosas. O objetivo deste diálogo consiste em confrontar, aprofundar e enriquecer os respectivos patrimônios simbólicos. A um nível mais profundo encontra-se o diálogo da experiência religiosa. Aqui se dá o encontro de pessoas profundamente enraizadas nas suas tradições para viver e compartilhar com outras as experiências de oração, contemplação e fé, bem como a forma de envolvimento destas experiências com a vida concreta.

O grande obstáculo ao avanço das diversas frentes do diálogo são os seus pressupostos filosóficos, mais precisamente a lógica ocidental da identidade, que inviabiliza toda compreensão alterativa e plural no entendimento da salvação: se meu caminho é bom, o outro deve ser ruim ou limitado. Contudo, a situação de pluralidade que cresce em todas as culturas provoca debates e confrontos inter-religiosos, buscas de orações e engajamentos comuns, que acabam engendrando, apesar de tudo e cada vez mais, ensaios de místicas transreligiosas. O transreligioso traduz um caminho espiritual para outros, decifrando o significado que os une, embora igualmente os ultrapasse, desenvolvendo místicas que vão além da própria referência teológica de crenças e ritos, rumo a uma dimensão maior e aberta, de experiência espiritual comum entre e além das religiões, incluindo as vivências pós e não-religiosas. A transreligiosidade, por seu turno, enquanto reflexão sobre esse movimento cultural

e espiritual, desenvolve-se a partir da transdisciplinaridade, que é uma modelização de sistemas complexos de pensamento, apoiada em uma metodologia que comporta a compreensão de níveis de realidade e percepção e os integra pela lógica do Terceiro Incluído. A transdisciplinaridade[3] transgride as fronteiras de cada ciência disciplinar e constrói um novo conhecimento "através" das ciências, um conhecimento integrado em função da humanidade, resgatando as relações de interdependência.

> *"A transdisciplinaridade operacionaliza uma nova forma, complexa, de ver e entender a natureza, a vida e a humanidade. Ela engendra uma lógica ternária para administração de controvérsias e estimula a construção do saber através de campos inter ou transdisciplinares. Isso porque busca a unidade do conhecimento, entre e além das disciplinas científicas, incluindo a nossa subjetividade e as sabedorias tradicionais, para ajudar a encontrar sentido na existência. A transdisciplinaridade reivindica a centralidade da vida em toda discussão, propondo uma mudança na compreensão do conhecimento: como relação entre sujeitos e objetos, atenta ao contraditório em tudo, mas aberta à sua superação em outros níveis de realidade - pela inclusão de um Terceiro termo lógico"*[4].

Enquanto modo para pensar o diálogo, a transdisciplinaridade se desdobra em uma atitude transcultural e permite fundamentar uma mística transreligiosa. Em um mesmo nível de realidade, religiões diferentes seriam possivelmente antagônicas e excludentes, mas, se considerarmos outros níveis, surge um "Terceiro" que, incluído, pode reconciliá-las. Trata-se da base antropológica que constitui a todos e exige uma hospitalidade e comunhão ética, ou da altitude mística para cujo silêncio e sonho comum colaboram os sons diferentes de todas as tradições espirituais. A lógica do Terceiro Incluído, debruçada sobre o fenômeno das religiões e as contradições que surgem do seu pluralismo, remete à busca de um plano mais sutil, àquela ética do amor, que pode religar crentes doutrinalmente antagônicos em uma fé que se faz silêncio místico ou atitude de cuidado pelos outros e pelo nosso meio e permite o acesso ao sagrado, aos portais para o mistério da vida e da realidade, acesso à zona de resistência misteriosa que religa sujeito e objeto. Por aí, analogicamente, passa a experiência do divino mais autêntico, por entre e para além das religiões.

[3] - Cf. NICOLESCU, Basarab. *O manifesto da transdisciplinaridade*. São Paulo: Triom, 1999.

[4] - ARAGÃO, Gilbraz; SOUZA, Mailson. Transdisciplinaridade, o campo das Ciências da Religião e sua aplicação ao Ensino Religioso. *Estudos Teológicos*, v. 58, p. 42-56, 2018. p. 44.

Com base nesses princípios e modelos, as diversas tradições espirituais e religiosas podem exercer, pela sua abertura ao diálogo, um importante papel na humanização - e espiritualização - da Terra. As crises do nosso tempo desafiam as religiões do mundo a lançar uma nova força espiritual que transcende a fronteiras religiosas, culturais e nacionais para uma nova consciência da unicidade da comunidade humana. Os povos e a terra inteira estão ligados pela mesma origem em um quase-nada-caótico, de sorte que juntos é que devemos encarar nossa comum missão de salvar e aprimorar a qualidade profunda da vida, de espiritualizar o mundo.

COMPARTILHANDO MARCOS NA CAMINHADA

E podemos logo evocar quatro laboratórios que confluem para essa contribuição das religiões em vista da defesa, entre e além das diversas espiritualidades, da dignidade humana e da justiça socioambiental, da humanização da existência. Dois deles são representativos de movimentos deflagrados por estudiosos das religiões e os outros dois são resultantes de eventos de promoção do diálogo inter-religioso.

Abertura cerimónia 1993
https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/11/Chicago-Parliament.webm

O primeiro, resultante dos esforços de Hans Küng e da sua construção de uma teologia inter-religiosa e de uma ética intercultural, está expresso na Declaração de Ética Mundial do Parlamento das Religiões Mundiais, que já em **1993** defendeu que não há nova ordem mundial sem uma ética mundial, que o desafio básico é que todo ser humano tem que ser tratado de forma humana, em vista do que devemos assumir quatro preceitos inamovíveis: compromisso com uma cultura da não-violência e do temor diante da vida, compromisso com uma cultura da solidariedade e uma ordem econômica justa, compromisso com uma cultura da tolerância e uma vida de veracidade, compromisso com uma cultura da igualdade de direitos e do companheirismo entre homem e mulher.

"Reiteradas vezes, e em diversos lugares deste mundo, observamos que líderes e adeptos de religiões instigam à agressão, ao fanatismo, ao ódio e à xenofobia; e inspiram e legitimam até mesmo confrontos sangrentos e marcados pela violência. Usurpa-se a religião para fins meramente voltados à conquista do poder político, até o extremo da guerra. Isso nos causa grande repugnância. Condenamos todos esses desenvolvimentos e declaramos que isso não tem que ser assim. Já existe uma ética capaz de oferecer orientação diversa à desses desdobramentos globais funestos. Embora essa ética não ofereça soluções diretas para todos os imensos problemas mundiais, oferece a base moral para uma ordem individual e global melhor: uma visão capaz de afastar homens e mulheres do desespero, e as sociedades, do caos. Somos homens e mulheres que professam os mandamentos e práticas das religiões mundiais. Afirmamos já haver um consenso entre as religiões, capaz de constituir a base para uma ética mundial: um consenso fundamental mínimo, no que diz respeito a valores obrigatórios, parâmetros inamovíveis e atitudes morais básicas"[5].

[5] - PARLAMENTO DAS RELIGIÕES MUNDIAIS. *Declaração de Ética Mundial*. Chicago: PRM, 1993. Disponível em: https://www.weltethos.org/1-pdf/10-stiftung/declaration/declaration_portuguese.pdf. Acesso em: 19 maio 2019. p. 9.

O segundo, fruto da militância de Karen Armstrong e da sua história comparada das religiões, está expressa na Carta da Compaixão e nos diversos movimentos e intervenções organizados, desde 2009, em torno a uma Regra de Ouro comum às principais religiões do mundo:

> *"O princípio da compaixão é o cerne de todas as tradições religiosas, éticas e espirituais, conclamando-nos a tratar sempre todos os outros da mesma maneira como gostaríamos de ser tratados. A compaixão nos impele a trabalhar incessantemente com o intuito de aliviarmos o sofrimento do nosso próximo, o que inclui todas as criaturas, de nos destronarmos do centro do nosso mundo e, no lugar, colocar os outros, e de honrarmos a santidade inviolável de todo ser humano, tratando todas as pessoas, sem exceção, com absoluta justiça, equidade e respeito"*[6].

O terceiro, oriundo da Conferência das Religiões do Mundo, que reuniu estudiosos das religiões em 2016 em Montreal, para pensar no fator religioso depois do "11 de setembro" pelo mundo afora, promulgou uma "Declaração Universal de Direitos Humanos pelas Religiões do Mundo", em cujo preâmbulo defende:

> *"Considerando que é essencial incluir as religiões do mundo como recursos positivos em matéria de direitos humanos; considerando que as comunidades de fé determinaram que levar a vida plenamente em consideração abrange o bem-estar material, bem como social, cultural, comunitário, ambiental e espiritual; considerando que as religiões instam os seres humanos a criar e sustentar uma sociedade justa, onde os direitos humanos fundamentais são promovidos e protegidos; considerando que as religiões do mundo ensinam a verdade fundamental sobre a unidade da família humana; considerando que as diversas comunidades que compõem a população mundial devem intercambiar não apenas ideias, mas também ideais; considerando que a base de consciência das pessoas de fé foi afetada devido ao fracasso de indivíduos e autoridades das religiões do mundo em questões de defesa dos direitos humanos, e as atrocidades e ferimentos dos direitos humanos que os mesmos cometeram em nome da religião, incluindo atos de terrorismo; considerando que certas formas de extremismo ideológico violento, tanto religioso quanto secular, continuam a ameaçar o exercício dos direitos humanos; considerando que os direitos humanos de uma pessoa merecem proteção independentemente dos deveres que essa pessoa cumpre e que a concepção e aplicação dos mesmos mantêm uma relação integral com o exercício de deveres morais e legais; considerando que as religiões reconhecem que o exercício pleno dos direitos humanos depende do cumprimento de deveres em diferentes níveis da sociedade; considerando que a falta de reconhecimento e reparação das injustiças cometidas contra as vítimas de racismo, sexismo, discriminação religiosa, nacionalismo, classismo, castrismo e qualquer outra forma de opressão vai contra o exercício pleno e a prosperidade dos direitos humanos; a seguinte Declaração Universal dos Direitos Humanos pelas Religiões do Mundo é proposta como complemento à Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas"*[7].

[6] - COUNCIL OF CHARTER FOR COMPASSION. *Carta para a compaixão*. Bainbridge Island: CFC, 2009. Disponível em: https://charterforcompassion.org/charter. Acesso em: 19 maio 2019. p. 1.

[7] - GLOBAL CONFERENCE ON WORLD'S RELIGIONS. *Universal Declaration of Human Rights by the World's Religions*. Montreal: GCWR, 2016. Disponível em: http://worldsreligions2016.org/. Acesso em: 19 maio 2019. p. 6.

O quarto, resulta do documento firmado em 2019 no encontro do papa Francisco com o Grande Imam de Al-Azhar, Ahmad Al-Tayyib: eles assinaram uma declaração conjunta que marca a história das relações entre o cristianismo e o islamismo, convidando os fiéis das maiores religiões do mundo para um caminho compartilhado de combate à miséria, à exploração e à degradação:

> *"A fé leva o crente a ver no outro um irmão que se deve apoiar e amar. Da fé em Deus, que criou o universo, as criaturas e todos os seres humanos – iguais pela Sua Misericórdia –, o crente é chamado a expressar esta fraternidade humana, salvaguardando a criação e todo o universo e apoiando todas as pessoas, especialmente as mais necessitadas e pobres. Partindo deste valor transcendente, em vários encontros dominados por uma atmosfera de fraternidade e amizade, compartilhamos as alegrias, as tristezas e os problemas do mundo contemporâneo, a nível do progresso científico e técnico, das conquistas terapêuticas, da era digital, dos mass-media, das comunicações; a nível da pobreza, das guerras e das aflições de tantos irmãos e irmãs em diferentes partes do mundo, por causa da corrida às armas, das injustiças sociais, da corrupção, das desigualdades, da degradação moral, do terrorismo, da discriminação, do extremismo e de muitos outros motivos. De tais fraternas e sinceras acareações que tivemos e do encontro cheio de esperança num futuro luminoso para todos os seres humanos, nasceu a ideia deste «Documento sobre a Fraternidade Humana"*[8].

OFERECENDO UM TESTEMUNHO

À guisa de conclusão, ousamos repartir também o testemunho do nosso próprio envolvimento com o diálogo. Desde 2005 começamos um grupo de estudos na Universidade Católica de Pernambuco, que se reúne toda quarta à tarde em busca de novas lógicas e dinâmicas para o diálogo inter-religioso. É formado por estudantes do Programa de Ciências da Religião, mas também por militantes de um ecumenismo mais amplo no Recife. Desenvolvemos dissertações e teses sobre o assunto, mas igualmente documentários e assessorias, sempre trabalhando por uma fé esclarecida e pela coexistência das pessoas com diferentes tradições de fé - inclusive aquelas não ou pós-religiosas.

[8] - FRANCISCO, Papa; AL-TAYYIB, Ahmad. *Documento sobre a fraternidade humana*. Abu Dhabi; Vatican, 2019. Disponível em: https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2019/02/04/0097/00199.html#port. Acesso em: 19 maio 2019. p. 3.

[9] - https://www1.unicap.br/observatorio2.

Temos um site na internet[9], onde compartilhamos vários subsídios sobre as religiões de nossa região e, também, problematizamos questões que as atravessam, como os desafios de gênero, as compreensões de sacrifício, os entendimentos da educação religiosa. Descobrimos que o Ensino Religioso nas escolas pode ser um grande multiplicador do diálogo entre culturas e religiões: por isso militamos para que ele deixe de ser catequese de igrejas e se assuma, pedagogicamente, como aprendizagem crítica sobre as experiências espirituais da humanidade.

Resultou de nossas ações uma rede de Feiras das Religiões nas escolas públicas, já premiada pela Secretaria de Educação. Também ajudamos na fundação do Fórum Diálogos para promoção da diversidade religiosa, que reúne cerca de quinze grupos espirituais em Pernambuco. E estamos colaborando ainda para o Parque das Religiões, um museu em movimento que vai surgindo com processos de pesquisa e divulgação, com uma sede que será em Igarassu, mas igualmente representações e exposições que já estão se espalhando e envolvendo as pessoas que querem conhecer melhor o desenvolvimento das religiões; suas divindades e palavras inspiradoras; os espaços, calendários e rituais sagrados; as visões da vida para além; a vivência comunitária e ética nas tradições espirituais; seus conflitos, sincretismos e diálogos místicos. Trata-se de um vasto projeto de educação sobre o que as culturas manifestam como divino.

O nosso projeto foi batizado como Observatório Transdisciplinar das Religiões no Recife, está situado na UNICAP, a Católica de Pernambuco, que é uma Universidade dos jesuítas, e por isso colaboramos também na área das Relações Étnico-raciais e Diálogo Inter-religioso do OLMA, o Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida, da Província Brasil da Companhia de Jesus. Estamos emaranhando os nossos trabalhos nessa rede e com ela vamos multiplicando forças e aprofundando as ações na linha da justiça socioambiental, vinculando assim as práticas de superação das injustiças presentes em nossa herança histórica e reproduzidas pelo atual modelo de desenvolvimento neoliberal, gerador de desigualdades sociais, exclusões culturais e agressões ambientais.

Participamos desse mutirão, para somar e refletir sobre as ações da rede, junto com o Grupo Inter-Religioso de Diálogo da UNISINOS e os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas das Universidades inacianas, que trabalham a coexistência entre culturas e religiões. E percebemos, cheios de contentamento, que o diálogo inter-religioso e intercultural é chamado a criar ambiência mística de compromisso, entre e para além dos caminhos de fé, com a frente ecumênica e ecológica que o papa Francisco aponta na carta “Sobre o Cuidado da Casa Comum”.

Enfim, desejamos ajudar a somar e multiplicar na busca por uma espiritualidade dialogal e transreligiosa. Há quase 15 anos o nosso Observatório vem ajudando a cruzar caminhos entre e para além das religiões: afinal, os templos apontam para o além e, se ficarmos apenas olhando os templos, perdemos o mistério sem fim da realidade e o seu reflexo, em nosso interior, na natureza e na história, nos olhos do outro!

[9] - https://www1.unicap.br/observatorio2.

Para saber mais

ARAGÃO, Gilbraz; SOUZA, Mailson. Transdisciplinaridade, o campo das Ciências da Religião e sua aplicação ao Ensino Religioso. *Estudos Teológicos*, v. 58, p. 42-56, 2018.

ARAGÃO, Gilbraz. Sobre epistemologias e diálogos. *In*: CRUZ, Eduardo; DE MORI, Geraldo (orgs.). *Teologia e Ciências da Religião*. São Paulo: Paulinas; Belo Horizonte: PUCMinas, 2011.

ARAGÃO, Gilbraz. Do transdisciplinar ao transreligioso. *In*: TEPEDINO, Ana; ROCHA, Alessandro (orgs.). *A teia do conhecimento*. São Paulo: Paulinas, 2009.

Site do Observatório na Internet: https://www1.unicap.br/observatorio2/.

Revolução Laudato Si

Você sabe o que é essa Revolução?

A união de franciscanos/as e jesuítas na "Revolução Laudato Si Brasil" insere-se em um movimento internacional – a "Laudato Si Revolution" - e reveste-se de um grande simbolismo, por aproximar os carismas e as forças dos dois grandes santos fundadores - Francisco e Inácio – que se refletem na imagem do papa Francisco que personifica os dois, enquanto jesuíta escolhendo o nome de Francisco.

Tal união propõe uma "revolução" que incorpora uma profunda mudança de paradigma no relacionamento com a Terra, nossa "casa comum"; em defesa dos pobres e excluídos, concebendo-os como interlocutores e não apenas destinatários; em defesa dos povos indígenas e outras minorias; e, enfim, em defesa da democracia e contra todo tipo de autoritarismo.

Para os idealizadores da união entre franciscanos/as e jesuítas, a "Revolução Laudato Si" está alinhada em dois caminhos vigorosos movidos por duas espiritualidades que são intensamente convergentes. "Desde o Santo de Assis e o Santo de Loyola, até nossos dias, existe algo de muito profundo que interconecta estes dois caminhos e as práticas que lhes são inerentes, em um natural enriquecimento mútuo. A família inaciana e a família franciscana se percebem unidas, especialmente, no cuidado com os dons da criação, com a casa comum e com a construção de relações justas e respeitosas", explicam.

À frente da organização da Revolução Laudato Sí Brasil estão o Serviço Interfranciscano de Justiça, Paz e Ecologia da Conferência da Família Franciscana no Brasil (Sinfrajupe), o Observatório Luciano Mendes de Almeida (OLMA), articulador da Rede de Justiça Socioambiental dos Jesuítas, e o Movimento Católico Global pelo Clima. São parceiros o programa MAGIS Brasil e a Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE).

Você sabe
o que é essa
Revolução?
Laudato si'
REVOLUÇÃO
REALIZAÇÃO
SINFRAJUPE
OLMA
MOVIMENTO CATÓLICO
GLOBAL PELO CLIMA
APOIO
Faculdade Jesuíta
de Filosofia e Teologia
MAGIS
BRASIL
Acesse:
facebook.com/revolucaolsbrasil

A série Lendo e Refletindo é uma iniciativa do Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA), que busca socializar, através de sucintos textos, reflexões pertinentes às diferentes práticas e/ou pensamentos ligados ao conceito de justiça socioambiental, economia solidária, educação popular, diálogo Inter-religioso, educação para as relações étnico-raciais, povos tradicionais, trabalho em rede, cenários políticos e administrativos nacionais, entre outros.

Para ler os textos já enviados acesse: http://olma.org.br/serie-lendo-e-refletindo/.

RECEBA UM LIVRO EM CASA!

Com o objetivo de incentivar a leitura e discussão dos mais variados temas de interesse comum, o OLMA oferece, junto com a "Série Lendo e Refletindo", um programa onde qualquer pessoa tem a possibilidade de escolher e receber um dos livros oferecidos, via correio, em todo território nacional, sem custos. **Veja como fazer:**

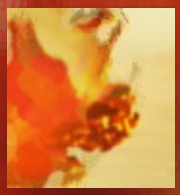
- Entenda melhor o programa e preencha o formulário acessando o link abaixo.
- Também lá, informe seus dados e indique quais livros, entre os disponíveis, desejaria receber via correio, sem custos.

Se você for sortead@, ganha o livro disponível de sua preferência na ordem que indicar, e o recebe em casa, junto com mais alguns brindes surpresa.

A biblioteca com os livros para escolha está em continua atualização. **Acesse** http://olma.org.br/livros-programa-de-doacao-olma/ e saiba mais.

Se possível opine sobre os outros temas/publicações da série e **aumente suas chances**.

Compartilhe esta idéia!

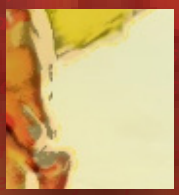


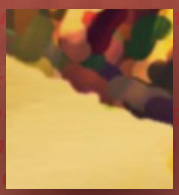
OLMA 5 anos

Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida

A série Lendo e Refletindo é uma iniciativa do Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA), que busca socializar, através de sucintos textos, reflexões pertinentes às diferentes práticas e/ou pensamentos ligados ao conceito de justiça socioambiental, economia solidária, educação popular, diálogo Inter-religioso, educação para as relações étnico-raciais, povos tradicionais, trabalho em rede, cenários políticos e administrativos nacionais, entre outros.

Para ler os últimos textos enviados e nos conhecer um pouco mais acesse:
http://olma.org.br/





OLMA Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida

Casa Leiria

ISBN 978-65-89503-16-3